



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

---

**FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

**A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGRAS NO GINÁSIO MARIA ORTIZ, ANEXO  
À ESCOLA NORMAL PEDRO II DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO (1936-1943)**

**VITÓRIA  
2022**



Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA

**A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGRAS NO GINÁSIO MARIA ORTIZ, ANEXO  
À ESCOLA NORMAL PEDRO II DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO (1936-1943)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Helena Silva Simões

VITÓRIA  
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de  
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

C837p Costa, Fernanda Maria Oliveira da, 1992-  
A presença de estudantes negras no Ginásio Maria Ortiz,  
anexo à Escola Normal Pedro II de Vitória, Espírito Santo (1936  
1943) / Fernanda Maria Oliveira da Costa. - 2022.  
131 f. : il.

Orientadora: Regina Helena Silva Simões.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Educação - História. 2. Ensino secundário. 3. Estudantes do  
ensino ginasial. 4. Negras. I. Simões, Regina Helena Silva. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III.  
Título.

CDU: 37

---



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA

### A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGRAS NO GINÁSIO MARIA ORTIZ, ANEXO À ESCOLA NORMAL PEDRO II DE VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO (1936-1943)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Aprovada em 04 de março de 2022.

#### COMISSÃO EXAMINADORA

---

Professora Doutora Regina Helena Silva Simões  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Professora Doutora Rosianny Campos Berto  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Professora Doutora Maria Alayde Alcantara Salim  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Professora Doutora Eurize Caldas Pessanha  
Universidade Federal da Grande Dourados

## AGRADECIMENTOS

À professora Regina Helena Silva Simões, pela atenção, confiança, paciência, zelo e dedicação no acompanhamento constante durante a pesquisa e construção deste trabalho. Sem dúvidas Regina não é apenas uma referência acadêmica, mas também de humanidade. Um privilégio ter sido sua orientanda.

Às professoras Eurize Pessanha, Maria Alayde Salim e Rosianny Berto, por aceitarem compor a banca de avaliação e pela leitura atenta e cuidadosa do trabalho.

À Rosianny Campos Berto, pelo convite, em 2017, para a Iniciação Científica e orientação por dois anos. Foi no desenvolvimento da IC que iniciei os passos como pesquisadora e se deu o despertar para a temática que hoje constitui o tema desta dissertação. Obrigada pela orientação em todos esses anos, parceria e amizade. Minha eterna admiração a quem chamo com muito carinho de “fada madrinha”.

À Elda Alvarenga, pelo belíssimo trabalho sobre profissionalização e feminização do magistério capixaba, que tanto me inspirou. Agradeço a disponibilidade de colaborar com esta dissertação com sua leitura cuidadosa e contribuições.

Às/aos colegas do Nucaphe, pelo acolhimento, pelo aprendizado, pelas preciosas discussões, produções historiográficas e apresentações, desde 2017.

Aos meus alunos/alunas e ex-alunos/alunas pelo companheirismo em todo o processo, sempre curiosos/as sobre o andamento da pesquisa e ansiosos/as por saber se já poderiam me chamar de “mestra”. A vocês, meus amores, deixo não só o meu agradecimento, mas também o sentido do meu ofício. É por vocês que quero aprender cada dia mais. Seguiremos juntos.

Aos funcionários e funcionárias do Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, pelo atendimento desde a pesquisa desenvolvida na IC até o auxílio em busca dos documentos para a elaboração desta dissertação. Ao servidor Tiago de Matos Alves, deixo minha gratidão pelo empenho em busca do Decreto Estadual nº 14.388/1943, fonte fundamental para a escrita sobre o Ginásio Maria Ortiz.

Aos funcionários e funcionárias da EEEM Maria Ortiz onde a pesquisa foi realizada, pela recepção, acompanhamento, atenção e pelos cafés gentilmente oferecidos.

Às/aos amigos/as pela parceria, admiração e incentivo durante o percurso do mestrado.

À minha família, sempre. Mãe, minha maior referência feminina, negra, profissional e acadêmica, obrigada por todos os ensinamentos enquanto mãe e professora. Pai, o homem que mais admiro, obrigada por todo apoio e respeito. Bruna (minha amada irmã), obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos, por me dar forças. Ser sua irmã é uma dádiva.

Agradeço infinitamente a Deus, que sabe de todas as coisas, e à Nossa Senhora da Penha, que me guarda.

## RESUMO

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), as políticas públicas buscaram unificar o ensino por meio de um conjunto de reformas da educação, traduzidas em ações locais sustentadas pela atuação das Escolas Normais em diferentes estados brasileiros. No conjunto dessas políticas, este estudo objetiva investigar, no Espírito Santo, a presença de estudantes negras na passagem entre o curso secundário da Escola Normal Pedro II, iniciado em 1936, e a instituição legal do Ginásio Maria Ortiz, em 1943, focalizando, especialmente, o processo de feminização do magistério e os efeitos do pensamento eugênico na sociedade brasileira durante o período estudado. O recorte temporal estabelecido – 1936 a 1943 – situa-se entre a instituição do ensino secundário da EN Pedro II, em observância à Lei estadual nº 74/1936, e a denominação Ginásio Maria Ortiz, adotada conforme o Decreto estadual nº 14.388/1943. O *corpus* documental compreende leis e decretos sobre a instrução pública no período investigado, ofícios, requerimentos, termos de visitas de inspetores, relatórios, fichas cadastrais discentes e fotografias. O mapeamento, a seleção e a análise das fontes amparam-se em teorizações de Bloch (2001) e Ginzburg (1989, 2002), explorando especialmente o método indiciário. A partir do entrecruzamento das fontes, este estudo problematiza o processo de branqueamento sofrido por algumas alunas no processo de matrícula, compreendido no contexto das políticas públicas materializadas nas reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942), uma vez que as ações do governo Vargas afirmavam a construção de um “novo” Brasil, tendo o nacionalismo e as ideias eugênicas como fios condutores. Ao tornar visíveis a presença dessas estudantes negras e outros elementos da própria história do GMO, inclusive com base em fontes até aqui negligenciadas, pretende-se contribuir para a ampliação da escrita da história da educação capixaba.

**Palavras-chave:** Ensino Secundário. Escola Normal Pedro II. Alunas negras. Ginásio Maria Ortiz. História da Educação no Espírito Santo.

## ABSTRACT

During the first Vargas government (1930-1945), public policies sought to unify education through a set of educational reforms, which resulted in local actions supported by the operation of Normal Schools (Teacher Training Secondary Courses) in different states in Brazil. In the context of those policies, this study aims at investigating the presence of black students in the transition between the secondary course of the Pedro II Normal School, which began in 1936, and the legal institution of Maria Ortiz Gymnasium in 1943, in the state of Espírito Santo, focusing especially on the process of feminization of the teaching profession and the effects of eugenic thought in Brazilian society during the period under study. The time frame established – from 1936 to 1943 – is situated between the institution of secondary education at Pedro II, in compliance with state law Nº 74/1936, and the denomination Maria Ortiz Gymnasium, according to state decree Nº 14.388/1943. The documental corpus includes laws and decrees about public education in the investigated period, letters, requests, inspectors' visits, reports, students' records and photographs. The mapping, selection and analysis of the sources are based on the theories of Bloch (2001) and Ginzburg (1989, 2002), especially exploring the indiciary method. From the intersection of the sources, this study questions the whitening process suffered by some female students during the enrollment process, in the context of the public policies materialized in the Francisco Campos (1931) and Capanema (1942) reforms, since the actions of the Vargas government affirmed the construction of a "new" Brazil, having the nationalism and the eugenic ideas as conductive threads. By making visible the presence of these black students and other elements of the history of Maria Ortiz Gymnasium itself, including sources neglected so far, it is intended to contribute to the expansion of writings about the history of education in Espírito Santo.

**Keywords:** Secondary Education. Pedro II Normal School. Black students. Maria Ortiz Gymnasium. History of Education in Espírito Santo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Organização do ensino secundário nas reformas Campos e Capanema.....	21
Quadro 2 – Artigos selecionados.....	34
Quadro 3 – Documentos do Fundo de Educação do APEES – selecionados para análise.....	39
Quadro 4 – Microfilmes do jornal A Gazeta – selecionados para análise .....	40
Quadro 5 – Documentos localizados no Arquivo da EEEM Maria Ortiz.....	40
Quadro 6 – Organização das caixas do Arquivo da EEEM Maria Ortiz.....	46
Quadro 7 – Currículo do curso secundário fundamental na reforma Francisco Campos.....	48
Quadro 8 – Currículo do Curso Ginásial na Reforma Capanema.....	50
Quadro 9 – Configuração religiosa do corpo discente.....	64
Quadro 10 – Vínculo com a Instituição de Ensino.....	73
Quadro 11– Cor das alunas de acordo com os atestados de vacinação.....	78
Quadro 12 – Cor da população de acordo com os censos do IBGE.....	83
Quadro 13 –Cor das alunas de acordo com a documentação.....	96
Quadro 14 – Nomenclaturas identificadas em <i>Nem preto nem branco, muito pelo contrário</i> ..	101

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cabeçalho utilizado nos documentos oficiais da escola.....	18
Figura 2 - Decreto nº 14.388/1943... ..	22
Figura 3 - Sala destinada ao arquivo da escola.....	42
Figura 4 - Documentos localizados no arquivo.....	43
Figura 5 - Separação documental das alunas.....	44
Figura 6- Vida escolar (capa).....	49
Figura 7 - Vida escolar - Disciplinas .....	49
Figura 8 - Solicitação para realizar exame de admissão.....	54
Figura 9 - Atestado de vacinação (1938).....	55
Figura 10 - Certificado de exame de admissão (1938).....	56
Figura 11- Comprovante de pagamento da taxa de matrícula- 1940.....	58
Figura 12 - Dispensa de pagamento de taxa de matrícula.....	59
Figura 13 - Isenção de taxa de matrícula.....	60
Figura 14 - Solicitação de redução de matrícula.....	60
Figura 15 - Requerimento de matrícula- declaração de religião.....	62
Figura 16 - Requerimento de matrícula- autoriza assistir as aulas de religião católica.....	62
Figura 17 - Requerimento de matrícula- autoriza assistir as aulas de religião.....	62
Figura 18 - Requerimento de matrícula- não assistir as aulas de religião.....	63
Figura 19 - Corpo Docente em exercício.....	66
Figura 20 - Estatística de Aproveitamento- 1942.....	67
Figura 21- Mapa das aulas dadas – Mês de Maio de 1943.....	68
Figura 22 - Condições das salas de aula.....	69
Figura 23 - Quantitativo de matrículas.....	70
Figura 24 - Instalações e materiais para prática de exercícios físicos.....	71
Figura 25- Escola Estadual Maria Ortiz (antiga EN Pedro II e GMO).....	73
Figura 26 - Fotografia 3x4 da aluna Iracema da Silva.....	74
Figura 27 - Fotografia 3x4 da aluna Nirma de Souza.....	74
Figura 28 - Fotografia 3x4 da aluna Marinette Soares de Souza.....	75
Figura 29 - Fotografia 3x4 da aluna Norma Oliveira de Freitas.....	75
Figura 30 - Anúncio de escravos fugidos (1886).....	82
Figura 31- Fotografia 3x4 da aluna Cecília Ferreira Bispo.....	85
Figura 32 - Atestado de vacinação da aluna Cecília Ferreira Bispo.....	85

Figura 33 - Fotografia 3x4 da aluna Jandyra Gabriel.....	86
Figura 34 - Atestado de vacinação da aluna Jandyra Gabriel.....	86
Figura 35 - Fotografia 3x4 da aluna Glaura Pessoa.....	87
Figura 36 - Atestado de vacinação da aluna Glaura Pessoa.....	87
Figura 37- Fotografia 3x4 da aluna Maria da Glória Sá.....	88
Figura 38 - Atestado de vacinação Maria da Glória Sá.....	88
Figura 39 - Fotografia 3x4 da aluna Diester Cintra.....	89
Figura 40 - Atestado de vacinação Diester Cintra.....	89
Figura 41 - Fotografia 3x4 da aluna Raymunda Mendonça.....	90
Figura 42 - Atestado de vacinação da aluna Raymunda Mendonça.....	90
Figura 43 - Fotografia 3x4 da aluna Zuleika Luiza da Silva.....	92
Figura 44 - Atestado de vacinação da aluna Zuleika Luiza da Silva.....	92
Figura 45- Fotografia 3x4 da aluna Emilia dos Anjos.....	93
Figura 46- Atestado de vacinação da aluna Emilia dos Anjos.....	93
Figura 47 - Fotografia 3x4 da aluna Nicéa Souza.....	94
Figura 48- Atestado de vacinação da aluna Nicéa Souza.....	94
Figura 49- Traslado da certidão de nascimento da aluna Nicéa Souza.....	95
Figura 50- Fotografia 3x4 da aluna Maria Josefina Loureiro.....	96
Figura 51- Fotografia 3x4 da aluna Ethel Santos Martins .....	96
Figura 52- Fotografia 3x4 da aluna Hercília Josefina Mér .....	97
Figura 53 - Atestado de vacinação da aluna Jurema Rocha (1938).....	98
Figura 54 - Atestado de vacinação da aluna Jurema Rocha (1939).....	99
Figura 55 – Fotografia 3x4 da aluna Jurema Rocha .....	100

## **LISTA DE SIGLAS**

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CBHE - Congresso Brasileiro de História da Educação  
CFNE-ABE - Conferência Nacional de Educação – Associação Brasileira de Educação  
Colubhe - Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação  
CSCP - Curso Superior de Cultura Pedagógica  
EEEM - Escola Estadual de Ensino Médio  
EN - Escola Normal  
GMO - Ginásio Maria Ortiz  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IC – Iniciação Científica  
MES - Ministério da Educação e Saúde  
Mesp - Ministério da Educação e Saúde Pública  
Nucaphe - Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação  
PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação  
Sedu - Secretaria de Estado da Educação  
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 TEMA E QUESTÕES DE ESTUDO .....</b>	<b>16</b>
2.1 OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO .....	24
<b>3 LITERATURA SOBRE O TEMA .....</b>	<b>25</b>
3.1 ARTIGOS .....	33
<b>4 OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA .....</b>	<b>36</b>
4.1 OS DIAS NO ARQUIVO.....	41
<b>5 A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGRAS NO GINÁSIO - DESCOBERTAS PELO MÉTODO INDICIÁRIO .....</b>	<b>47</b>
5.1 A COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE DO GMO.....	65
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>105</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE A – DISSERTAÇÕES E TESES SELECIONADAS PARA ANÁLISE... 116</b>	
<b>APÊNDICE B – TRABALHOS APRESENTADOS NOS PRINCIPAIS EVENTOS NA ÁREA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE C – TRABALHOS .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE D – NATURALIDADE E RESIDÊNCIA DO CORPO DISCENTE DO GMO .....</b>	<b>120</b>
<b>APÊNDICE E – COR NOS ATESTADOS DE VACINAÇÃO X TRAÇOS FENOTÍPICOS NAS FOTOS .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO A – PONTOS PARA A PROVA- 1ª SÉRIE TURMAS A E B (1943).....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO B – LEI Nº 190/1936.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO C – HORÁRIOS DAS AULAS DO GINÁSIO MARIA ORTIZ.....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO D – RELAÇÃO DO MATERIAL DO GABINETE DE CIÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

<b>ANEXO E – LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA DA ESCOLA NORMAL PEDRO II.....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXO F – BOLETIM DE FREQUÊNCIA DA 1ª SÉRIE- MÊS DE MAIO.....</b>	<b>130</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O interesse pela temática da inserção feminina nas salas de aula tem acompanhado minha vida acadêmica e pessoal. Em 2017, no âmbito do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), comecei a pesquisa de Iniciação Científica (IC)<sup>1</sup> intitulada “Mulheres em cena na reforma educacional escolanovista do Espírito Santo (1928-1930)”, vinculada ao projeto “Desenhos e estratégias para a formação e a prática de professores nas reformas da educação no Espírito Santo (1908-1952)”. Ao longo da pesquisa, propus-me a investigar a inserção educacional e social das professoras participantes do Curso Superior de Cultura Pedagógica (CSCP) que, em 1929, formou professores capixabas de acordo com os princípios da escola ativa (BERTO, 2013).

Após analisar diversas fontes<sup>2</sup>, constatei que a maioria das professoras participantes do CSCP havia estudado na Escola Normal (EN) Pedro II<sup>3</sup>, em Vitória. Nas imagens analisadas, por outro lado, saltou-me aos olhos a ausência de mulheres negras, bem como de homens negros. Essas imagens despertaram o meu interesse em investigar a presença de normalistas e professoras negras na Escola Normal e no quadro geral do magistério capixaba, *vis a vis* a ausência observada no CSCP.

Ao propor essas questões, relembrei minha trajetória enquanto aluna da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), iniciada no ano de 2010, quando ingressei no curso de Arquivologia e, por quatro anos, tive apenas dois professores (homens) negros e nenhuma professora negra. O bacharelado em Arquivologia aguçou meu “faro” investigativo e minha admiração pela História e não hesitei em iniciar outra graduação. Assim, no segundo semestre de 2014, retornei à Ufes como estudante do curso de licenciatura em História. Foi então que descobri não só minha disposição para a pesquisa, mas também minha profissão: professora. No entanto, cabe aqui a retomada ao tema central deste resgate acadêmico, que foi o fato de, por quatro anos, ter tido apenas uma professora negra e nenhum professor negro na graduação em História. E a pergunta que fiz à fotografia de 1929 levou-me a questionar o meu processo de formação: Onde estão os educadores negros? Seria esse um “problema” do Ensino

---

<sup>1</sup> Edital PIBIC 2017/2018, no qual fui bolsista durante o período de um ano.

<sup>2</sup> As fontes utilizadas na pesquisa de Iniciação Científica (Edital PIBIC 2017/2018) foram: a revista *Vida Capixaba* (1925-1940); o periódico *Diário da Manhã* (1923-1939); a *Revista de Educação do Espírito Santo* (1930-1934); e as mensagens e relatórios de governo, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

<sup>3</sup> A Escola Normal do Espírito Santo foi criada oficialmente pelo Decreto nº. 2, de 4 de junho de 1892, assinado pelo então presidente da Província, Dr. José de Melo Carvalho Moniz Freire. Em 1925, foi denominada Escola Normal Pedro II, em homenagem ao centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2008).

Superior?<sup>4</sup> Resgatei então minha formação na educação básica<sup>5</sup>. Lembrei-me das professoras Valmara e Márcia, mulheres negras, professoras da Educação Infantil. Já durante o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio, apenas uma professora negra integrou a minha formação escolar, a professora Rita de Cássia<sup>6</sup>.

Este estudo, portanto, decorre da minha inquietação enquanto mulher negra e professora que ainda hoje percebe a baixa representatividade negra nas salas de aula. Foi então que busquei inspiração para investigar os processos de formação de professoras que atuaram no Estado do Espírito Santo, a princípio entre 1928 e 1937, formadas pela Escola Normal Pedro II, tomando como foco a presença ou a ausência de professoras negras nesses processos.

Pesquisar a presença/atuação das mulheres na educação, sobretudo capixaba, é um tema que cada vez mais vem sendo desenvolvido e ganhando espaço, dentro e fora do cenário acadêmico. Nesse sentido, uma produção que muito motivou esta dissertação e que, sem dúvidas, figura como referência nacional é a tese<sup>7</sup> *A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no Estado do Espírito Santo (1845-1920)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo, de autoria da professora Elda Alvarenga.

A autora investigou os principais elementos que permearam a passagem de uma profissão inicialmente exercida exclusivamente por homens, para uma atividade profissional feminizada, utilizando como eixos de análise a expansão do acesso à escolarização, as reformas na instrução pública e a atuação da Escola Normal no processo de ocupação feminina no magistério público e da sua posterior feminização. Argumenta que o ingresso das mulheres no magistério esteve vinculado indissociavelmente à expansão da instrução básica para meninos e meninas, à medida que, para atender aos padrões sociais do período estudado, as mulheres foram chamadas para exercer a docência em turmas destinadas ao sexo feminino, ao mesmo tempo em que, devido à carência geral de professores normalistas, a sua presença se fez necessária também em classes mistas.

Além disso, a tese aborda as reformas do ensino realizadas em 1892 e em 1908, as quais promoveram alterações na instrução primária no Espírito Santo, ao aprimorarem a

---

<sup>4</sup> Para aprofundamento nesta questão, destaco dois trabalhos: *Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas*, de Maria Simone Euclides (2017), da Universidade Federal do Ceará; e *Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente*, de Maria de Lourdes Silva (2013), da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>5</sup> Destaco que minha formação escolar foi realizada em escolas particulares de Vitória/Vila Velha e sempre fui uma das poucas alunas negras dessas escolas.

<sup>6</sup> Professora Rita de Cássia Oliveira Pessanha da Costa que, antes de ter sido minha professora, é minha mãe e inspiração.

<sup>7</sup> Defendida em janeiro de 2018.

institucionalização do ensino público; expandiram as matrículas em escolas públicas para ambos os sexos; reformularam a Escola Normal e estabeleceram parâmetros para a profissionalização do magistério, tendo a Escola Normal como *locus* privilegiado para a formação de mulheres professoras.

Tendo em vista o papel exercido pela Escola Normal no processo de formação de professoras, interessou-me investigar a composição do corpo discente dessa instituição. Dessa maneira, inspirada pelo trabalho de Alvarenga (2018) e motivada pela minha trajetória enquanto uma das poucas alunas negras das salas de aula que frequentei, decidi investigar a presença ou a ausência das alunas negras no Ensino Secundário ofertado no mesmo espaço da EN Pedro II.

No entanto, ao iniciar a busca pelas fontes no arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Maria Ortiz (antiga EN Pedro II), fui surpreendida pela ausência da documentação referente ao período desejado, que contemplaria sobretudo as décadas de 1920 e 1930, bem como de datas anteriores a 1920, que possibilitariam a compreensão da composição docente e discente da referida Escola. Faltavam também informações sobre as disciplinas ministradas, a administração institucional, enfim, fontes que permitiriam a compreensão da configuração da EN Pedro II, instituição de destaque no cenário educacional capixaba. Busquei também a referida documentação no arquivo da EEEM Fernando Duarte Rabelo, antigo Instituto de Educação de Vitória<sup>8</sup>, e no arquivo do setor das escolas extintas da Secretaria de Estado da Educação (Sedu), porém em nenhum dos dois localizei fontes referentes à EN Pedro II que pudessem auxiliar a pesquisa.

Por outro lado, o mapeamento dos documentos disponíveis no arquivo da escola EEEM Maria Ortiz possibilitou a identificação do ano de 1937 como a data inicial da documentação preservada e disponibilizada para o acesso público, mediante autorização da Sedu.

A partir dessa realidade, o projeto originalmente intitulado *Da Escola Normal Pedro II às salas de aula: em busca das professoras negras no estado do Espírito Santo (1928-1937)* ganhou novo rumo. Afinal, como nos lembra Bloch (2001, p. 79), “[...] o explorador sabe muito bem, previamente, que o itinerário que ele estabelece, no começo, não será seguido ponto a ponto”, porém não ter um implicaria o risco de errar ao acaso, eternamente. Manteve-se, dessa maneira, a motivação intrínseca à pesquisa, que sempre foi a busca pelas mulheres negras no contexto educacional capixaba, ainda que a documentação localizada não respondesse aos questionamentos quanto às alunas normalistas, e sim às alunas do curso fundamental<sup>9</sup> do Ensino Secundário, que funcionou no mesmo espaço da EN Pedro II, entre as décadas de 1930 e 1970.

---

<sup>8</sup> Em virtude da “transferência” da EN Pedro II para o Instituto de Educação, na década de 1970.

<sup>9</sup> Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, na gestão de Francisco Campos no Governo Vargas.

No decorrer desses quase 40 anos de história do ensino secundário anexo à Escola Normal, na cidade de Vitória, tornou-se possível identificar a instauração do ensino secundário da EN Pedro II, em 1936, e a alteração de denominação para Ginásio Maria Ortiz (GMO), em 1943, e sua extinção, em 1971, em decorrência da instituição do ensino de 1º e 2º graus<sup>10</sup>, quando passou a denominar-se Escola de 1º e 2º Graus Maria Ortiz.

Dada a inviabilidade e impossibilidade de tempo para investigar todo o período compreendido pelo ensino secundário associado à EN Pedro II, pelo tempo de execução do trabalho final de mestrado, além da necessidade de ajustar a pesquisa às fontes disponíveis no arquivo da EEEM Maria Ortiz, definimos como recorte temporal deste estudo o período compreendido entre 1936-1943, tradicionalmente designado na historiografia brasileira como Era Vargas (1930-1945). Esse período foi caracterizado por uma política ambígua: por um lado, o governo Vargas abriu o caminho para importantes conquistas sociais, como o voto feminino e os direitos trabalhistas; por outro, o país foi governado de forma autoritária durante o período ditatorial conhecido como “Estado Novo”. Nesse contexto, tomamos como eixo central de análise as políticas públicas estabelecidas no campo da educação para o ensino secundário, a fim de reconstituir, na medida do possível, a história do GMO, bem como sua configuração discente.

O recorte temporal justifica-se pela criação do curso fundamental na EN Pedro II e adequação do estado do Espírito Santo às determinações da Reforma Federal de Educação – conhecida como Reforma Capanema –, que englobava “[...] um projeto repartido de educação, encaminhado por Francisco Campos e endossado pelos intelectuais católicos” (NUNES, 2001, p. 103). A referida reforma estabelecia duas redes de escolarização: uma primária profissional, abrangendo os ensinos primário, técnico e a formação de professores para o ensino básico, e a rede secundária superior. Para garantir a criação dessas redes, foram lançados decretos nos últimos três anos do Estado Novo e no período posterior à queda de Vargas, que ficaram conhecidos como leis orgânicas<sup>11</sup>. Para efeito deste trabalho, enfatizaremos o Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942, também conhecido como a lei orgânica do ensino secundário, que tratou de estruturar o ensino ginasial.

Sendo assim, o estudo investiga a configuração do quadro discente do curso secundário anexo à EN Pedro II, em busca de traçar o perfil dos/das estudantes em formação, estabelecendo

---

<sup>10</sup> Lei nº 5.692/1971

<sup>11</sup> Ensino industrial (Decreto-lei nº 4.073, de 30/01/1942 e Decreto-lei nº 4.048, de 22/01/1942); Ensino secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 09/04/1942); Ensino comercial (Decreto-lei nº 6.141, de 28/12/1943); Ensino primário (Decreto-lei nº 8.529, de 02/01/1946); Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530, de 02/01/1946); Ensino agrícola (Decreto-lei nº 9.613, de 20/08/1946).

como foco principal de interesse a presença de mulheres negras<sup>12</sup> nessa instituição. Para isso, o recorte temporal estabelecido – 1936 a 1943 – situa-se entre a instituição do ensino secundário da EN Pedro II, em observância à Lei Estadual nº 74/1936, e a denominação Ginásio Maria Ortiz (GMO), adotada conforme o Decreto Estadual nº 14.388/1943.

Considerando as lacunas<sup>13</sup> existentes no que tange à presença ou ausência de mulheres negras no magistério capixaba no período investigado, este estudo torna-se relevante na medida em que integra um conjunto de trabalhos desenvolvidos acerca da História da Educação do Espírito Santo no âmbito do Nucaphe. Além disso, ressaltamos a possibilidade de contribuir com os estudos de gênero e das questões étnico-raciais, já que propõe investigar a presença/ausência de mulheres negras que integraram as turmas do GMO, que funcionava anexo à “[...] mais tradicional instituição pública [EN Pedro II] até então responsável pela formação dos professores primários capixabas” (COSTA, 2014, p. 14). Trata-se de interrogar a presença de alunas negras no GMO, possivelmente futuras professoras em escolas públicas, em um período marcado pelo pensamento eugênico, que não só preconizava a higiene e a saúde física, mas também a continuidade da raça branca tida como superior. Cabe ainda ressaltar que, nos levantamentos das produções acadêmicas realizados, sobretudo no cenário capixaba, não identificamos qualquer pesquisa cujo lócus tenha sido o Ginásio Maria Ortiz. Finalmente, o presente estudo poderá contribuir para dar continuidade à construção de narrativas historiográficas acerca da formação de professores no Espírito Santo, tendo como foco um importante e ainda não explorado objeto de pesquisa.

---

<sup>12</sup> Adotamos aqui a ideia defendida por Marcus Vinícius Fonseca (2007), em seu artigo *A arte de construir o invisível - o negro na historiografia educacional brasileira*, no qual o autor discute que o conceito de negro é produto de uma construção teórica que se liga às experiências sociais vivenciadas entre o final do século XIX e o século XX. Antes desse período, o termo negro era raramente empregado e o que encontramos é uma pluralidade de denominações como pretos, pardos, crioulos, cabras, mulatos, mestiços, africanos etc. Embora cada um desses termos tenha um sentido específico (e que merece ser problematizado), neste trabalho agregaremos essa pluralidade de denominações ao conceito de negro com objetivo de potencializar a comparação em relação às diferentes formas de escrita da história da educação e para avaliar as possíveis transformações em seus padrões de análise.

<sup>13</sup> Observadas a partir da pesquisa de Iniciação Científica (Edital PIBIC 2017/2018), na qual, a partir das fotografias publicadas pela revista *Vida Capixaba*, não identifiquei nenhuma professora negra compondo o quadro do professorado selecionado para participar do CSCP, em 1929.

## 2 TEMA E QUESTÕES DE ESTUDO

No Espírito Santo, a Escola Normal foi oficialmente criada no ano de 1873. Entretanto, como observa Alvarenga (2018)<sup>14</sup>, anos antes já se acenava para a necessidade de uma instituição que proporcionasse a formação das professoras e dos professores, que respondia a uma inquietação recorrente apontada nos relatórios de governo: a falta de profissionais preparados para o exercício do magistério. Neste estudo, o objetivo não é remontar ao processo de constituição da Escola Normal, uma vez que isso já foi feito por outros autores<sup>15</sup>, a partir de cujos trabalhos desenvolvemos a escrita sobre o curso fundamental do Ginásio Estadual Maria Ortiz, anexo à Escola Normal Pedro II.

Em linhas gerais, a instrução primária e normal do Espírito Santo foi regulamentada pelo Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892, assinado pelo então presidente de província Moniz Freire<sup>16</sup>.

Tratou o Governo de aparelhar o educandário com material de ensino científico. A Escola Normal desde a sua criação, enfrentou processos de acertos e desacertos com períodos de expansão e de extinção, estando à mercê dos interesses públicos e das políticas educacionais (BARRETO, 2007, p. 4).

No entanto, em 1925, comemorava-se o centenário de nascimento do segundo imperador do Brasil, D. Pedro II, e em homenagem a essa data a Escola Normal passou a se chamar Escola Normal Pedro II. Localizada na Cidade Alta, em um prédio próximo à sede do governo, permaneceu naquele local até o ano de 1971, quando foi transferida para o prédio do Instituto de Educação<sup>17</sup>, localizado na Praia de Santa Helena, também na Capital.

Desde 1928 até 1930, quando foi deposto em decorrência da Revolução de 1930, o governo Aristeu Borges de Aguiar promoveu, no Espírito Santo, uma reforma educacional de cunho escolanovista conduzida pelo secretário de Instrução Pública Attilio Vivacqua. Dessa maneira, interrompeu-se bruscamente o processo de implantação da escola ativa capixaba, na medida em que o governou estadual passou a ser exercido pelo interventor federal João Punaro Bley.

---

<sup>14</sup> Tese defendida em 2018, intitulada *Professoras primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845- 1920)*. Dentre sua enorme contribuição à história da Educação do Espírito Santo, destaco o fato de a inserção da mulher no magistério ter ocorrido paralelamente à profissionalização docente, no contexto de criação e expansão das Escolas Normais.

<sup>15</sup> Franco (2001), Schwartz (2004), Alvarenga (2018).

<sup>16</sup> Governou a província do Espírito Santo de 1892 a 1896.

<sup>17</sup> Criado pela *Lei nº 2.561, de 1º de fevereiro de 1971*, pelo Decreto nº. 311-E, de 9 de março de 1971, passa a chamar-se “Instituto de Educação Fernando Duarte Rabelo” (COSTA, 2014).

Compõem ainda o contexto desta pesquisa duas reformas do ensino secundário nacional – Francisco Campos (1931) e Capanema (1942) – que promoveram transformações na educação brasileira, uma vez que, até o ano de 1930, o ensino secundário do Brasil não apresentava organização atrelada à base de um sistema nacional, ou seja, existiam sistemas estaduais que não estavam subordinados a uma política educacional federal. Somente a partir de 1930, por meio da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, o primeiro governo de Getúlio Vargas formalizou ações de um sistema educativo organizado e controlado pelo governo federal.

Francisco Campos foi o primeiro a assumir o Ministério da Educação e Saúde Pública, ocupando o cargo durante o governo provisório de Vargas (1930-1934) e, entre 1931 e 1932, elaborou uma série de decretos<sup>18</sup> que culminou na reforma educacional Francisco Campos. Para efeito deste trabalho, destinaremos nossa atenção à reforma do ensino secundário proposta pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931<sup>19</sup>, e consolidada pelo Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Acompanhando tais decretos, Francisco Campos expôs os motivos que endossaram a reforma educacional:

A finalidade exclusiva do ensino secundário não há de ser a matrícula nos cursos superiores; o seu fim, pelo contrário, deve ser a formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, constituindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamento que o habilitem a viver por si e tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes e mais seguras (CAMPOS *apud* ROMANELLI, 1986, p. 135).

A referida reforma teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecer um currículo seriado, obrigatoriedade da frequência escolar e equiparar todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II.

Outra novidade apresentada para o ensino secundário foi a divisão em dois ciclos: “O ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar” (BRASIL, 1931a), cuja frequência era exigida para o ingresso no ensino superior.

---

<sup>18</sup> Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que estruturou o ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário.

<sup>19</sup> Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

Em cumprimento às diretrizes federais, o governo do Espírito Santo sancionou a Lei nº 74/1936<sup>20</sup>, declarando que o ensino da Escola Normal passaria a abranger dois cursos: “[...] fundamental, idêntico ao do Collegio Pedro II, obedecendo a legislação federal em tudo quanto se refira á seriação de matérias e ao regimento didactico, e normal propriamente dito, de dois anos [...]” (ESPÍRITO SANTO, 1936a, p. 5).

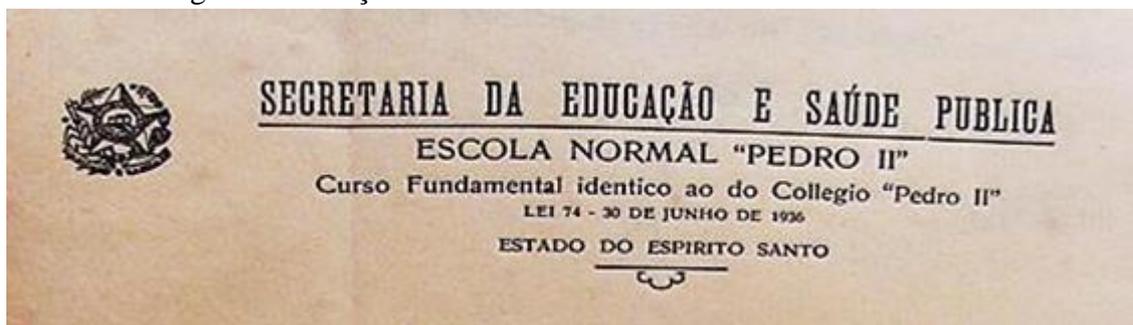
Ainda sobre a legislação local, identificamos o Decreto nº 7.921/1936<sup>21</sup>, que tratava da regulamentação do Ensino Normal nos termos da Lei nº 74, de 30 de junho de 1936:

Art. 2º- O ensino normal compreenderá dois cursos seriados:

- a) – fundamental, idêntico ao do Collegio Pedro II, obedecendo á legislação federal em tudo quanto se refira á seriação de materias ao seu regime didactico;
- b) – normal propriamente dito ou de formação de professores, que será feito em dois annos (ESPÍRITO SANTO, 1936b, p. 3).

Diante do contexto apresentado, localizamos nos documentos escolares evidências dessa organização institucional. A figura 1 mostra o cabeçalho utilizado nos documentos oficiais da EN Pedro II, no qual é possível identificar o funcionamento do Curso Fundamental idêntico ao do Colégio Pedro II, bem como referência à Lei Estadual nº 74, de 30 de junho de 1936.

Figura 1- Cabeçalho utilizado nos documentos oficiais da escola



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Dessa forma, o funcionamento do ensino secundário oferecido pela EN Pedro II comprovadamente esteve em conformidade com a legislação vigente. Até o ano de 1936, a

<sup>20</sup> Publicada no dia 30 de junho de 1936, assinada pelo Interventor Federal João Punaro Bley e pelo Secretário de Estado da Educação e Saúde Pública, Paulino Müller.

<sup>21</sup> Publicado no dia 15 de julho de 1936, assinado pelo Interventor Federal João Punaro Bley e pelo Diretor da Escola Normal Pedro II e escolas anexas, Arnulpho Mattos.

Escola manteve o Curso Normal de quatro séries. Funcionava, no mesmo prédio, a Escola de Aplicação<sup>22</sup> “Jerônimo Monteiro”, criada em 1927, oferecendo o curso primário de cinco anos.

Entre 1937 e 1945, o regime ditatorial varguista (Estado Novo) sufocou lutas ideológicas em torno de questões educacionais brasileiras. De acordo com Romanelli (1986), a constituição de 1937 deixava de proclamar o dever do Estado quanto à educação. Em 1942, por iniciativa do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, alguns ramos do ensino passaram por reformulações estabelecidas por um conjunto legislativo denominado Leis Orgânicas do Ensino<sup>23</sup>.

Dentre os Decretos-lei que compõem a reforma Capanema, destacamos o de nº 4.244/1942, que promulgou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, em consonância com as características conservadoras do Estado Novo varguista. Sobre a promulgação desse Decreto-lei, o ministro Capanema afirmou:

[...] o que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral e, bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. O ensino secundário deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão, e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, e seu destino (ROMANELLI, 1986, p. 156).

Importante ressaltar que o pronunciamento de Capanema expressa explicitamente as finalidades definidas pelo Decreto-lei para o ensino secundário, em seu artigo 1º:

- 1- Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
- 2- Acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
- 3- Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial (BRASIL, 1942).

Assim como Romanelli (1986), entendemos que o Decreto-lei nº 4.244 refletia o momento político pelo qual passava a sociedade brasileira em pleno Estado Novo, vivendo um regime autoritário e populista.

---

<sup>22</sup> Em obediência à Lei n. 545, de 10 de fevereiro de 1927, que dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária no Espírito Santo e estabelece e assegura, em seu art. 47, a criação de uma Escola Modelo, também conhecida como “Escola de Aplicação” (BARRETO, 2007).

<sup>23</sup> Tratando da organização do ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro) e do ensino secundário (Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril). Referindo-se ao ensino comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943), ao ensino normal (Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de junho de 1946), ao ensino agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 22 de agosto de 1946) e ao ensino primário (Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946).

Ao aprofundarmos a análise da reforma educacional Capanema, identificamos a permanência da divisão do ensino secundário em dois ciclos, dando, porém, uma configuração diferente a essa estrutura: o primeiro ciclo, compreendendo um só curso – o curso ginásial, de quatro anos; o segundo ciclo com dois cursos paralelos, cada qual com a duração de três anos, sendo qualquer um deles acessível aos candidatos que tenham concluído o curso ginásial. Nota-se que o ensino ginásial ganhou destaque ao se tornar pré-requisito para o ingresso nos estudos de segundo ciclo.

Sendo essa uma orientação federal, ficou a cargo de cada estado a sua obediência e adequação às novas diretrizes para a educação, como se observou no Espírito Santo. Na capital, Vitória, identificamos as seguintes instituições de ensino ginásial: Ginásio do Espírito Santo, Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, Ginásio São Vicente de Paulo – os três transformados em colégios a partir do Decreto-lei nº 4.244/1942 – e o Ginásio Maria Ortiz, que funcionava anexo à EN Pedro II e pouco é mencionado na historiografia da educação capixaba.

Na construção teórico-metodológica da pesquisa aqui relatada, percebemos silêncios e lacunas em torno do Ginásio Maria Ortiz não como impossibilidade, mas como potência, a partir do entendimento de que seja possível “[...] conjecturar o invisível a partir do visível, do rastro” (GINZBURG, 2002, p. 57). Nesse movimento, ao levantarmos as informações sobre o ensino secundário oferecido pela EN Pedro II, localizamos a cópia digitalizada do livreto comemorativo *100 anos da Escola Maria Ortiz*, organizado pela Secretaria de Estado da Educação, que nos remete à trajetória dessa instituição:

[...] surgiu então, em 30 de junho de 1936 o Ginásio Estadual ‘Maria Ortiz’ funcionando anexo à Escola Normal ‘Pedro II’. Seu primeiro diretor foi o Prof. Ciro Vieira da Cunha, médico, jornalista, poeta, escritor e catedrático em Língua Portuguesa, com várias obras publicadas (ESPÍRITO SANTO, 1992, p. 9).

Nesse livreto, a data de inauguração do Ginásio Maria Ortiz acompanha a historiografia da educação capixaba. Segundo Schwartz (2004, p. 53), “A partir de 1936, em virtude da reforma de ensino, denominada Reforma Capanema, o ensino normal foi remodelado e passou a contar com o Ginásio Maria Ortiz como anexo”. Conforme Alvarenga (2018, p. 209), “O Ginásio Estadual Maria Ortiz, criado em 1936, funcionou, até 1970, anexo à Escola Normal, quando ela foi transferida para a Praia de Santa Helena, também na capital do Estado”.

Nesse caso, chamou-nos a atenção o estabelecimento de 1936 como ano inicial do Ginásio Maria Ortiz em associação à Reforma Capanema, uma vez que a legislação federal

referente ao ensino ginásial, orientado pela referida reforma, data da década seguinte, conforme indica o Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

[...]

Art. 6º Os estabelecimentos de ensino secundário não poderão adotar outra denominação que não a de ginásio ou de colégio. (BRASIL, 1942)

Sendo assim, eram distintas as denominações e a duração dos cursos do ensino secundário em 1936 e 1942. Para melhor compreensão do tema, elaboramos o quadro abaixo com os respectivos Ministros da Educação e Saúde, seguidos do tempo de gestão, da vigência das reformas e da nomenclatura/organização do ensino secundário estabelecido por cada Reforma.

Quadro 1- Organização do ensino secundário nas reformas Campos e Capanema

<b>Ministro da Educação e Saúde</b>	<b>Gestão</b>	<b>Vigência da Reforma</b>	<b>Nomenclatura/ Organização do ensino secundário</b>
Francisco Campos	1931-1934	1931-1942	Curso Fundamental (5 anos)
Gustavo Capanema	1934-1945	1942-1961	Curso Complementar (2 anos)
			1º ciclo - Ginásio (4 anos)
			2º ciclo - (3 anos): Clássico ou Científico

Fonte: Elaborado pela autora com base nas reformas educacionais Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942).

Diante dessas informações, que aproximações ou distanciamentos podem ser observados entre o curso secundário oferecido pela Escola Normal em 1936 e o Ginásio Maria Ortiz instituído pela Reforma Capanema? Partindo do pressuposto de que “[...] os historiadores nunca se aproximam diretamente da realidade, seu trabalho é necessariamente inferencial [...]” (GINZBURG, 2011, p. 348), ao interrogarmos os documentos, buscamos responder a essa e outras questões da pesquisa por meio de uma prática historiográfica orientada por teorizações e métodos da micro-história italiana. Nessa perspectiva, destacamos o uso do método indiciário, para a construção de um “[...] tipo de conhecimento [no qual] entram em jogo [...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 1989, p. 177). E foram tais elementos que nos fizeram problematizar o significado de diferentes datas “inaugurais” em referência ao Ginásio Maria Ortiz.

A história do referido Ginásio está imbricada à história da EN Pedro II, o que pode ser constatado a partir do relatório de inspeção assinado pelo Padre Osvaldo Rocha, Inspetor Federal de Ensino Secundário. Consta no relatório que, por meio do Decreto nº 14.388, de 10 de março de 1943, o curso secundário da EN Pedro II passou a chamar-se Ginásio Maria Ortiz, em obediência ao artigo VI do Decreto-lei Federal nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (Reforma Capanema), conforme indica a figura 2.

Figura 2- Decreto nº 14.388/1943



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

No Decreto, lemos que “O curso secundário da Escola Normal Pedro II passa a denominar-se ‘Ginásio Maria Ortiz’, em obediência ao que dispõe o artigo 6º do decreto-lei federal nº 4.244, de 9 de abril de 1942”. Além da denominação, alterada em 1943, em observância às disposições legais emanadas da Reforma Capanema, que continuidades e descontinuidades podem ser detectadas na passagem do “curso secundário da Escola Normal” para o agora denominado Ginásio Maria Ortiz?

De acordo com o relatório de inspeção mencionado anteriormente, a matrícula no curso de formação de professores ministrado pela Escola Normal, com duração de dois anos, estava condicionada à apresentação do certificado de conclusão do curso ginásial.

O Ginásio, assim como a Escola Normal, estava subordinado à Secretaria de Educação e Saúde Pública, em consonância com o artigo 25 da Lei Orgânica do Ensino Secundário, segundo o qual a educação secundária das mulheres deveria ter lugar em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. Lê-se no relatório: “[...] nele [no Ginásio], são matriculadas, apenas, meninas, o que constitui a seção feminina do Ginásio Oficial do Estado”

(RELATÓRIO..., 1943, p. 2). Ainda de acordo com o inspetor, o GMO obedecia ao regulamento a critério da Secretaria da Educação, cujo escopo consistia em, “[...] além do aperfeiçoamento intelectual, moral e físico, formar brasileiros dignos, inculcar neles, de modo especial, os deveres para com a pátria e, acima de tudo o máximo de amor ao Brasil” (RELATÓRIO..., 1943, p. 2).

Tendo em vista o papel desempenhado pelo Ginásio Maria Ortiz no processo de formação do magistério capixaba, este estudo focaliza o perfil do seu corpo docente, investigando a sua configuração, especialmente no que se refere à composição étnico-racial das turmas. Desse modo, investigará a presença ou a ausência das alunas negras em uma das principais instituições de ensino da época, na cidade de Vitória.

Para a compreensão do contexto político e social do período estudado e especificamente do nosso objeto de estudo, identificamos como importante eixo de análise a eugenia<sup>24</sup>, termo criado em 1883, por Francis Galton, que acreditava poder aplicar a teoria da seleção natural, proposta por Charles Darwin, aos seres humanos. De acordo com Del Cont (2008, p. 206)<sup>25</sup>,

Galton pretendeu estender as implicações da teoria da seleção natural, indicando que os seus estudos demonstravam que além da cor do olho, feição, altura e demais aspectos fisiológicos, também traços comportamentais, habilidades intelectuais, poéticas e artísticas seriam transmitidas dos pais aos filhos.

Apesar de ter sido apresentado ao mundo pela Grã-Bretanha, o projeto eugênico de Galton foi colocado em prática pela primeira vez nos Estados Unidos. Nos primeiros anos do século XX, as ideias eugênicas chegaram ao Brasil e, em 1929, aconteceu o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia<sup>26</sup>, na cidade do Rio de Janeiro. O evento fortaleceu as ideias eugênicas que ganhavam cada vez mais espaço no cenário brasileiro e encontrou apoio de grandes nomes nacionais, como o antropólogo Roquette-Pinto, o médico paulista Renato Khel, o jurista Levi Carneiro, o educador Fernando de Azevedo, dentre outros nomes.

Segundo Dávila (2006), a eugenia forneceu um impulso e uma gama de práticas que conformaram a renovação e a expansão da escola pública no Brasil. Como observa Lauff (2018), o reforço do discurso eugênico almejava a regeneração da “raça brasileira” e tinha a escola como principal propulsora.

---

<sup>24</sup> Na obra *Herencia e eugenisia* (1988), o teórico Francis Galton define a eugenia como a ciência que trata de todas as influências que melhoram as qualidades inatas de uma raça bem como das qualidades que se pode desenvolver até alcançar a máxima superioridade.

<sup>25</sup> Pesquisador do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

<sup>26</sup> Recebeu manchete em diversas páginas do periódico capixaba *Diário da Manhã*.

Caminhando nesse sentido, dentre os acontecimentos que marcaram o governo varguista, destacamos a promulgação da Constituição de 1934, a primeira a incluir um capítulo especial sobre a educação e a estabelecer o estímulo à educação eugênica por parte da União, dos Estados e dos municípios. Essa Carta Magna permaneceu em voga até a outorga da Constituição de 1937<sup>27</sup>, elaborada sem a participação popular e que, por sua vez, retirou o capítulo sobre a eugenia, mas foi um importante instrumento para a execução do projeto político do Estado Novo.

## 2.1 OBJETIVO E QUESTÕES DE ESTUDO

Entre 1936 e 1943 (recorte temporal deste trabalho), bem como em todo o primeiro governo de Getúlio Vargas, as políticas públicas buscaram unificar o ensino brasileiro por meio de um conjunto de reformas da educação, traduzidas em ações locais sustentadas, em diferentes estados, pela atuação das Escolas Normais. No conjunto dessas políticas, este estudo investiga, no Espírito Santo, a presença de estudantes negras na passagem entre o curso secundário da Escola Normal Pedro II, iniciado em 1936, e a instituição legal do Ginásio Maria Ortiz, em 1943, focalizando, especialmente, o processo de feminização do magistério e desdobramentos do pensamento eugênico observados durante o período pesquisado.

Questões de estudo:

- a) Que objetivos orientaram a criação do Ginásio Maria Ortiz no conjunto das reformas educacionais instituídas pelo governo Vargas?
- b) Quais os critérios de acesso ao GMO?
- c) Como se configurava a presença de mulheres negras no corpo docente do Ginásio Maria Ortiz?
- d) Quais as relações observadas entre o pensamento eugênico e a classificação da cor nos documentos de matrícula no GMO?

---

<sup>27</sup> Ano em que foi implantada a ditadura do Estado Novo. É a quarta Constituição do Brasil e a terceira da República. Ficou conhecida como Polaca, por ter sido baseada na Constituição da Polônia.

### 3 LITERATURA SOBRE O TEMA

Considerando que a história só pode ser feita com ajuda mútua (BLOCH, 2001), buscamos ampliar a compreensão sobre o ensino secundário a partir das reformas educacionais no governo Vargas por meio da interlocução com a produção acadêmica sobre a temática, privilegiando, inicialmente, o mapeamento e a seleção de trabalhos produzidos no campo da história da educação. Para tanto, consultamos a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)<sup>28</sup>, publicações disponíveis na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), os bancos de dados dos periódicos *Revista História da Educação/Asphe*, *Revista Brasileira de História da Educação*, *Revista Brasileira de Educação*, *Acta Scientiarum da Educação*, *Cadernos de HE da Ufu* e *Revista da FAEEBA* e os anais<sup>29</sup> do Congresso Brasileiro de História da Educação, do Congresso Iberoamericano de História da Educação e do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.

O levantamento das publicações foi realizado a partir dos descritores “Escolas Normais e Ginásios”, “eugenia”, “políticas educacionais na Era Vargas”, “ensino secundário no Brasil”, “reformas da educação na Era Vargas” e “negros e educação”.

Iniciamos com a análise sobre a inserção feminina no magistério, destacando os trabalhos de Siqueira (2008) e Alvarenga (2018), por discutirem as questões de gênero no magistério articuladas aos processos políticos e sociais marcados pelas relações de poder características do início da República, bem como as relações de força estabelecidas pela sociedade patriarcal da época. Os estudos de Gondra e Schueler (2008) apontam que, logo após a Proclamação da República, houve um crescimento no percentual de alfabetização feminina, enquanto o percentual masculino não apresentou alteração considerável. Desde o período imperial, criticava-se a falta de escolas para mulheres, uma vez que, ao existir a necessidade de proporcionar a instrução ao público feminino, haveria, por consequência, a necessidade de mulheres habilitadas para a formação do magistério. Nessa direção, Franco (2004, p. 312) esclarece que:

Como não se concebia que as meninas pudessem estudar (ensino primário) com professores, começou a crescer a ideia de se criarem escolas que habilitassem as mulheres para serem mestras. Para isso foi fundamental a propagação da ideia de que a mulher seria por natureza uma educadora e, portanto, mais apta a desempenhar as

<sup>28</sup> As dissertações e teses selecionadas para análise estão elencadas no Apêndice A.

<sup>29</sup> Apresentamos no Apêndice B um panorama de como a temática vem sendo apresentada nos principais eventos acadêmicos de educação.

atividades de ensino. O magistério assim se transformou em coisa de mulher e, rapidamente até o final da Primeira República, já se tinha feminizado, fato que, no Espírito Santo, pode ser comprovado com o levantamento do número de alunos das principais escolas de formação do magistério.

Ainda que com o advento da República as mulheres tenham ganhado mais destaque no cenário educacional, não só como alunas, mas como professoras não podemos perder de vista o fato de que desde meados do século XIX a questão da educação feminina já aparecia na imprensa local, embora fosse uma educação voltada para o aprimoramento do seu papel de mãe e esposa:

Ao que parece, a Reforma Moniz Freire<sup>30</sup> alinhava-se às expectativas para a educação das mulheres no entresséculo: habilitar as meninas para o exercício do magistério ao mesmo tempo em que também preparava mulheres para cumprir o papel social de boas mães e esposas. Essa tendência se revela, por exemplo, nas aulas de trabalhos com agulha, corte, moldes e bordados. (ALVARENGA, 2018, p. 144).

De acordo com Alvarenga (2018), a partir da leitura e análise de 51 mensagens do período imperial e 29 relatórios referentes ao período republicano dos presidentes, vice-presidentes e governadores do Espírito Santo, foi possível compreender que no Espírito Santo a Escola Normal funcionou como eixo fundamental para a constituição da profissão docente.

Considerando que a criação da Escola Normal data de 1873, observamos que anos antes já se acenava para a necessidade de criação de uma instituição para a formação dos professores/as. Via de regra, a Escola Normal é apontada como a solução para o problema identificado na maioria dos relatórios de governo: a falta de preparação dos professores/as (ALVARENGA, 2018, p. 186).

A partir de então, as mulheres conquistaram a profissionalização por meio do Curso Normal e, por consequência, expandiram a presença feminina no magistério.

A criação de escolas femininas de nível secundário possibilitou que, nessa época, as mulheres começassem a se candidatar a vagas de professores nas diferentes escolas espalhadas por toda a província. Começaram então a surgir os primeiros concursos para preenchimento de vagas (FRANCO *apud* ALVARENGA, 2018, p. 213).

No entanto, o início da inserção das mulheres no magistério não foi visto com “bons olhos” por grande parte da sociedade, uma vez que as alunas matriculadas nas Escolas Normais, como argumenta Alvarenga (2018), provinham de famílias com baixa renda. Com o tempo, o ingresso na Escola Normal, destinado à formação para o exercício profissional do magistério, passou a ser percebido como oportunidade de continuação dos estudos ou simplesmente de preparação de moças de famílias mais abastadas para o casamento.

---

<sup>30</sup> Ano de 1892.

Ao analisar a educação na cidade de Vitória, Siqueira (2008) contribui com a escrita da história da educação capixaba, não só por tratar da profissionalização do magistério, mas também por trazer a Escola Normal como o local que possibilitou a expansão da formação docente capixaba.

Sobre a Escola Normal Pedro II, selecionamos a tese de Schwartz, *Tradicional Instituição e Ensino de Qualidade: representação e imagem da escola normal D. Pedro II nos anos de 1950 – Vitória* (2004), que, apesar de focalizar a década de 1950, produz uma historiografia da escola normal e a analisa enquanto local privilegiado de ensino. Seu trabalho também nos é de extrema importância no que tange ao uso e ao tratamento das fontes, especialmente ao analisar a representação da Escola nas fotografias, jornais e revistas da época.

Considerando o período em estudo, um tema que aparece com muita força é a questão da eugenia, a qual trabalharemos como um dos eixos analíticos. Iniciamos com o trabalho de Lauff (2018) que, ao abordar as diretrizes curriculares para a formação de professores no Espírito Santo, entre 1930 e 1937, contribui para a compreensão do contexto político e educacional capixaba. A autora indica que a Conferência Nacional de Educação – Associação Brasileira de Educação (CFNE-ABE) (1931-1932) estabeleceu a tradição católica, o nacionalismo e a eugenia como critérios de definição da constituição da nação brasileira. O Espírito Santo, sob o governo de Bley, “[...] foi fiel às diretrizes centrais de ensino no período que Vargas dirigia o Brasil” (LAUFF, 2018, p. 93).

Tendo em vista a circulação do pensamento eugênico nesse período, é possível localizarmos suas influências na educação, em especial na sociedade capixaba, a começar pela reforma Vivacqua, em 1929, como bem apresenta o trabalho de Lauff (2018, p. 76-77, grifo nosso):

A reforma da Instrução Pública promovida por Vivacqua implementou mais disciplinas referentes ao escolanovismo no curso Normal, como a Educação Física, por exemplo. [...] novas temáticas surgiram, buscando a compreensão do funcionamento do corpo humano (Anatomia e Antropometria), da metodologia de ensino (Didática), das formas lúdicas de educação (Escotismo) e de valorização da produção cultural brasileira (Literatura Nacional). Sociologia foi suprimida e outras disciplinas foram acrescentadas: Puericultura, **Eugenia**, Prática de Primeiros Socorros e Agricultura e Indústrias Rurais.

Após a Revolução de 1930, de acordo com Dávila<sup>31</sup> (2006), o ensino público virou alvo de projetos de reforma e da expansão do papel do estado na sociedade. Esse momento coincidiu

---

<sup>31</sup> Jerry Dávila é formado em História pelo Dartmouth College, com mestrado e PhD em História pela Universidade Brown, nos Estados Unidos. É diretor do Instituto Lemann para Estudos Brasileiros, da Universidade de Illinois. Suas pesquisas são focadas na influência racial em políticas públicas e nos movimentos sociais

com o auge do movimento eugênico no Brasil e em outros países, que influenciou os principais articuladores dos processos de renovação educacional que passaram a ser conhecidos como movimentos da Escola Nova. Entre os articuladores desse movimento, no Brasil, destacaram-se nomes como Fernando de Azevedo, Manoel Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

No momento final da década de 1920, o pensamento eugênico ganhava força e estava presente não só nos assuntos médicos, mas também no que se referia à educação. De acordo com o historiador Jerry Dávila, em visita ao Brasil,

A ligação entre eugenia e escola teve efeitos contraditórios: por um lado, concentrou esforços, recursos e técnicas para ampliar a educação pública num molde que alcançava famílias que até então eram excluídas; mas por outro lado, os conceitos eugênicos que nortearam essa escola e ordenavam os alunos e professores dentro deles tendiam a definir pessoas que eram negras, ou vinham de meios pobres, como deficientes. Em lugar da exclusão, resultou numa moderna inclusão marginalizadora (DÁVILA *apud* CARVALHO; CORRÊA, 2016, p. 231).

A complexidade do tema nos leva à percepção da centralidade dos marcadores étnico-raciais e eugênicos na investigação historiográfica da educação, especialmente no período focalizado neste estudo, tendo em vista a estreita relação estabelecida entre as teorias eugênicas e as políticas desenvolvidas no governo Vargas.

Ao analisar e discutir as influências do pensamento liberal na Primeira República Brasileira (1889-1930), Gerson Duarte (2016) buscou identificar ações implementadas no processo de reconstrução da sociedade por meio das reformas educacionais instituídas em âmbitos nacional e estadual. No Espírito Santo, o autor destaca iniciativas dos governos Moniz Freire (1892-1896), Jerônimo Monteiro (1908-1912) e Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Ao longo do trabalho, Gerson Duarte (2016) aponta que as reformas do ensino capixaba atuaram para incentivar a instrução na capital e no interior, mas não atingiram o ideário de uma formação educacional mais ampla, no sentido de universalizá-la, ou seja, a instrução primária expandiu-se no interior do estado, enquanto o ensino secundário fixou-se na capital, onde se destacavam a Escola Normal e as escolas a ela equiparadas, além do *Gynnásio Espírito-Santense*.

Considerando o contexto republicano que precedeu o governo Vargas e, especialmente no Espírito Santo, a reforma educacional promovida pelo secretário da Instrução, Attilio Vivacqua (1928-1930), recorreremos ao trabalho de Berto (2013), que analisa, historicamente, o

---

estadistas no século XX. Dentre suas publicações, destacamos *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil*, que contribuiu para a construção deste trabalho.

processo de constituição da escola ativa no Espírito Santo. A proposta da reforma foi modernizar a educação capixaba por meio de uma reformulação do ensino baseada nos princípios pedagógicos da Escola Nova, mais precisamente nas proposições da escola ativa como diretriz pedagógica para o sistema educacional (BERTO, 2013).

Visando à implantação da escola ativa no Espírito Santo, fez-se necessário desenvolver estratégias para a divulgação dos princípios escolanovistas e uma delas, destinada à difusão desse ideário, foi a criação do Curso Superior de Cultura Pedagógica<sup>32</sup>, que visava à formação de professores e inspetores selecionados para atuar nos estudos e, posteriormente, na difusão das práticas e teorias aprendidas.

Apesar do esforço empreendido, a reforma Vivacqua foi interrompida pela Revolução de 1930, com a chegada da Interventoria Federal, que no território capixaba ficou sob a liderança de João Punaro Bley. A ação política de intervenção mostrou-se centralizadora, ao substituir os governadores dos estados por interventores nomeados pelo presidente.

Ao iniciar o primeiro governo de Getúlio Vargas, o qual se estendeu por 15 anos ininterruptos (1930-1945), ampliamos a discussão quanto às suas influências políticas na educação. Nessa direção, selecionamos o trabalho de Rosa (2008), por realizar uma análise das diretrizes que nortearam as políticas públicas para a educação no governo Vargas que, na busca pela concretização de seu projeto político de construção do Estado Nacional, deu ênfase à formação de uma identidade nacional e à construção da brasilidade. De acordo com a autora, a educação, nesse contexto, desempenhava um papel estratégico, servindo como veículo de propaganda dos ideais do governo, de construção de um novo homem para um Estado Novo. No Espírito Santo, o interventor João Punaro Bley encaminhou medidas, em consonância com o reordenamento que se dava no âmbito nacional, no que diz respeito às políticas públicas voltadas para as questões sociais, principalmente na saúde, educação e assistência social, também abordadas no trabalho de Lauff (2018).

Rosa (2008) acrescenta que o governo Bley expandiu a rede de ensino estadual, principalmente no nível primário, e empreendeu uma política educativa objetivando a formação vocacional, espiritual, cívica, física e eugênica das novas gerações, de acordo com os pressupostos nacionais preconizados pela nova estrutura política estatal.

---

<sup>32</sup> O CSCP começou a funcionar em maio de 1929 nas dependências do Grupo Escolar Gomes Cardim, tendo como anexo a Escola Activa de Ensaio, destinada à preparação prática dos cursistas. Teve como idealizador e responsável o educador paulista Pedro Deodato de Moraes. A pesquisa de Iniciação Científica (Edital PIBIC 2017/2018) investigou os efeitos profissionais que o Curso proporcionou às professoras participantes.

Tendo como pano de fundo o referido contexto político, encontramos, no trabalho de Borel (2017), a análise da configuração docente no Ginásio do Espírito Santo nas primeiras décadas do século XX. De acordo com as fontes analisadas pela autora, a instituição de ensino era comparada ao Colégio Pedro II<sup>33</sup>, ou seja, era uma referência para a educação capixaba.

Dialogamos também com Faria (2019) quanto aos elementos do Ginásio do Espírito Santo. A autora focaliza a configuração do Ensino de História no referido Ginásio durante o Estado Novo (1937-1945), momento em que o governo Vargas instituiu políticas públicas que impactaram fortemente a condução da educação no Brasil. E o Ginásio do Espírito Santo assumiu, nesse contexto, um caráter modelar na execução dessas políticas no âmbito estadual.

Aos trabalhos de Borel (2017) e Faria (2019) acrescentamos ainda a tese de Salim (2009), a qual, embora tenha como foco de investigação as práticas de leituras desenvolvidas nas duas instituições públicas de ensino secundário capixabas durante a Primeira República, em muito contribui com este trabalho ao apresentar um generoso e elucidador histórico sobre as condições gerais que marcaram o funcionamento da Escola Normal e do Ginásio Espírito Santo durante as primeiras três décadas do século XX.

Sendo assim, Salim (2009), Borel (2017) e Faria (2019) destacam-se especialmente por trazerem à tona uma das principais instituições públicas da cidade de Vitória e que, por vezes, aparece nos documentos referentes a alunas do curso ginásial anexo à Escola Normal Pedro II. Sem explicitar o motivo, as fontes informam que muitas das alunas, que aqui serão apresentadas, foram transferidas do Ginásio do Espírito Santo para a EN Pedro II, ou seja, identificamos no período analisado uma comunicação entre os dois cursos ginásiais.

Quanto à configuração das instituições de ensino secundário, mais especificamente do curso ginásial, identificamos produções que dialogam com esta pesquisa no sentido de trazerem Ginásios anexos a Escolas Normais, a saber: Peixoto (2013), Zacharias (2013), Cipriani (2006) e Dallabrida (2017).

O estudo de Peixoto (2013) teve por finalidade investigar a origem e a trajetória do Educandário Nossa Senhora Aparecida no município de Ipameri-GO, fundado e dirigido pela Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado, no período de 1936 a 1969. Em um movimento semelhante ao da nossa pesquisa, a autora utilizou a documentação da instituição

---

<sup>33</sup> Fundado em 2 de dezembro de 1837, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Uma das mais tradicionais instituições públicas de ensino básico do Brasil. A Proclamação da República determinou a mudança de seu nome para Instituto Nacional de Instrução Secundária e, logo em seguida, para Ginásio Nacional. Só em 1911 voltou a ostentar o nome de origem. Até a década de 1950, era designado “Colégio Padrão do Brasil”, visto que seu programa de ensino servia como modelo de educação de qualidade para os colégios da rede privada, que solicitavam ao Ministério da Educação o reconhecimento de seus certificados justificando a semelhança de seus currículos aos do Colégio Pedro II.

como fonte e constatou, em um dos relatórios de inspeção, que o edifício do Educandário foi projetado e construído para abrigar o Ginásio e a Escola Normal Nº. S<sup>a</sup>. Aparecida. Também identificou que a instituição foi denominada “Educandário Nossa Senhora Aparecida” e “Colégio Nossa Senhora Aparecida”, quando havia apenas o primário, e “Ginásio do Educandário Nossa Senhora Aparecida” e “Ginásio e Escola Normal”, quando passou a ofertar o ensino complementar. No desenvolvimento do trabalho, a autora evidencia os marcos da educação durante o Governo de Getúlio Vargas, tendo como pano de fundo o nacionalismo brasileiro do Estado Novo.

Encontramos no trabalho de Zacharias (2013), intitulado *Espaços e processos educativos do Ginásio Paranaense - Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)*, a constituição material do Ginásio desde sua criação (como Liceu de Curitiba, em 1846) até meados do século XX, quando considerado a instituição representativa do ensino secundário público na capital paranaense. A autora analisou a cultura escolar apreendida através de sua materialidade, dos vestígios iconográficos e da arquitetura do edifício, o qual, como bem tombado, mantém parte considerável de suas características originais. Diferente do que vem sendo pesquisado, o trabalho de Zacharias apresenta a Escola Normal anexa ao Ginásio (e não o Ginásio anexo à Escola Normal):

A Escola Normal da capital paranaense funcionou anexa ao Ginásio, desde sua criação em 1876, até o ano de 1922, compartilhando o mesmo espaço e também o corpo docente durante todo esse período. A construção de uma sede própria para o Ginásio Paranaense e Escola Normal foi efetuada após vários pedidos de Diretores da Instrução Pública, os quais acumulavam também o cargo de diretor das duas instituições (ZACHARIAS, 2013, p. 6).

Considerando a questão do compartilhamento do espaço, algumas discussões relacionadas à convivência com a Escola Normal foram apresentadas pela autora, contudo o foco de sua dissertação foi a instituição de ensino secundário, o Ginásio Paranaense.

Contribui ainda para a discussão do tema o trabalho de Cipriani (2006), ao apresentar um estudo das relações de poder que permearam a Escola Normal Pedro II, do município de Blumenau (SC), sobretudo entre o corpo docente e discente que a ela estiveram vinculados entre as décadas de 1940-1950. O autor privilegiou a análise dos primeiros cursos oferecidos com a instalação da Escola Normal Pedro II, ou seja, o primário, o ginásio e o normal. De acordo com o autor, todas as alterações (reformas educacionais) que vinham ocorrendo em âmbito nacional, bem como no Estado de Santa Catarina, fizeram com que a instituição educacional passasse a ser denominada “Escola Normal Pedro II” (CIPRIANI, 2006). Esse estabelecimento passou a

contar com três cursos seriados: o elementar, o curso ginásial e o curso do segundo ciclo normal, em três séries anuais.

Encontramos no Diário Oficial do Estado o Decreto-lei n° 316 de 04 de dezembro de 1946 estabelecendo a criação de uma Escola Normal em Blumenau, conforme reza seu artigo 1o. Já com o Decreto Estadual n° 3.781 de 27 de janeiro de 1947, denomina de “Pedro II” a Escola Normal de Blumenau e, no seu artigo 2o, afirma ser extensiva essa denominação aos cursos seriados do Ginásio, bem como ao Grupo Escolar (CIPRIANI, 2006, p. 77).

Ainda que não pertença ao recorte temporal deste trabalho, recorremos a Dallabrida, referência nos estudos sobre ensino secundário, em uma de suas últimas produções, *Ensino Secundário público e de qualidade no antigo Instituto de Educação: Florianópolis, 1947-1963*, publicada em 2017. A obra destaca a história do primeiro estabelecimento público que ofertou o ensino secundário de forma gratuita no estado de Santa Catarina, tendo funcionado no mesmo prédio que a Escola Normal Catarinense, entre 1947 e 1963. Compõe ainda a referida publicação uma apresentação que situa o/a leitor/a acerca do processo de constituição de um ginásio e posteriormente de um colégio neste espaço educacional.

Integra também esta seção a recente publicação organizada por Pessanha e Silva (2021), *Implantação e expansão regional do ensino secundário*<sup>34</sup>, uma coletânea de estudos sobre o desenvolvimento do ensino secundário em diferentes regiões do Brasil. Composta por capítulos que expressam um esforço coordenado de pesquisas, diálogos e avanços em relação a estudos anteriores, contribui no sentido de trazer a público os desafios históricos, ao lado das políticas que orientaram a organização e a expansão do ensino secundário no Brasil. Quanto a configuração espacial das instituições de ensino secundário, as autoras indicam que havia uma demanda, por parte das sociedades locais, para a instalação dos ginásios, não podendo o Ensino Secundário funcionar em “qualquer lugar”: “[...] alguns prédios receberam nomes reveladores: ‘palácios de instrução’, ‘gloriosos, templos de sabedoria’ e se tornaram, ‘cartões postais’ das respectivas cidades (PESSANHA, 2021, p. 43).

A partir dos trabalhos levantados, percebemos que a inserção feminina no magistério capixaba vem sendo produzida e ganhando espaço nos debates. Destacamos novamente o trabalho de Alvarenga (2018), que inspirou esta pesquisa, ao propor a continuação do resgate da história das mulheres no ensino capixaba. Já a temática da eugenia perpassa muitos trabalhos, quando se tem o objetivo de investigar as características políticas das primeiras décadas do século XX, com destaque para a Era Vargas. E para além das teorias eugênicas, as produções,

---

<sup>34</sup> Volume 1.

sobretudo realizadas no Espírito Santo, discutem e analisam a educação durante o governo getulista.

Ao trazermos o debate das questões étnico-raciais, destacamos a tese *'Vozes Negras' na História da Educação: racismo, educação e movimento negro no Espírito Santo (1978- 2002)*, cujo autor Gustavo Henrique A. Forde (2016) inspirou sua pesquisa em teorizações ginzburgianas, especialmente no que tange ao uso e tratamento das fontes, no sentido de não as descartar, mesmo que aparentem ter menor valor. Sendo assim, desenvolveu um trabalho de escuta, leitura e análise de histórias ora invisibilizadas, ora silenciadas. Ao produzir uma história da educação capixaba contemporânea pela ótica dos movimentos sociais negros, seu trabalho nos guiará, especialmente, quanto às reflexões sobre o pertencimento identitário na análise da composição étnico-racial do corpo discente do Ginásio Maria Ortiz, no contexto já apresentado e marcado pelo pensamento eugênico e o nacionalismo varguista, capaz de “amenizar” a diversidade racial brasileira, defendendo a ideia do mito da democracia racial<sup>35</sup>, procurando exaltar a mistura das três raças, em detrimento da composição majoritariamente negra na sociedade brasileira. Enfim, “[...] assumir-se branco ou negro, da maneira expressa nas relações étnico-raciais brasileiras, remete a um processo de aprendizado em assumir pertencimento a certo grupo étnico, cujas fronteiras são construções sociais e dinâmicas”. (FORDE, 2016, p. 211).

### 3.1 ARTIGOS

O levantamento inicial de artigos publicados sobre o tema resultou em um total de 21 trabalhos, sendo: 14 publicados em anais dos eventos acadêmicos mencionados anteriormente e 07 publicados em periódicos<sup>36</sup> de educação. Conforme apontado anteriormente, dentre as produções mapeadas, selecionamos aquelas que mais se aproximaram da temática e do recorte temporal proposto nesta pesquisa, mais especificamente para esta seção, privilegiamos aqueles que tratam diretamente sobre o ensino secundário/ginasial e por essa razão utilizamos os seguintes descritores: “ginásio”, “ensino ginasial” e “ensino secundário”.

Assim, chegamos a dois artigos, que compuseram o dossiê “Ensino Secundário nos séculos XIX e XX: implantação, expansão e experiências inovadoras”<sup>37</sup>, cujas pesquisas tomam

---

<sup>35</sup> Ideia sustentada pelo sociólogo Gilberto Freyre e amplamente divulgada em seu livro “Casa Grande e Senzala” (1933). Tal teoria foi de grande utilidade para o planejamento nacional de Getúlio Vargas em seu primeiro governo.

<sup>36</sup> Para fins de consulta, estão relacionados nos Apêndices B e C, respectivamente.

<sup>37</sup> Publicado pela *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade* em 2020.

o ensino secundário como objeto de estudo, a partir de abordagens, fontes e recortes diversos, possibilitando a compreensão mais ampla dos processos históricos que produziram/produzem o ensino secundário (atual ensino médio).

Quadro 2 – Artigos selecionados

TÍTULO	AUTORIA	PERIÓDICO
O ensino secundário no Brasil enquanto um subcampo da Educação: da legislação à realidade educacional	Claudecir dos Santos Leoncio Vega Gil	Revista da FAEEDBA
Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo	Daniel Ferraz Chiozzini Nadia Arabadgi de Andrade	Revista da FAEEDBA

Fonte: elaborado pela autora.

Em *O ensino secundário no Brasil enquanto um subcampo da Educação: da legislação à realidade educacional*, os autores Santos e Gil (2020) problematizam a relação entre a legislação que estabelece as diretrizes do ensino secundário no Brasil e a realidade educacional deste nível de ensino, concluindo que quanto maior for a participação dos sujeitos que atuam nesse nível de ensino, mais claro se tornará seu poder de refração, embora decorra da legislação.

Das contribuições do trabalho, destacamos o resgate histórico das legislações que fixaram e fixam ainda hoje as diretrizes do ensino secundário no Brasil (atual ensino médio), iniciando com o ano de 1837<sup>38</sup>, quando aconteceu a conversão do Seminário de São Joaquim em Colégio de Instrução Secundária e dessa conversão nasceu o Colégio de Pedro II, e finalizando, em 2017<sup>39</sup>, com a reforma do Ensino Médio. Nesse ínterim, Santos e Gil (2020) trazem as reformas educacionais realizadas no governo Vargas, as quais guiam as discussões deste trabalho. Ao analisarem a reforma Francisco Campos, os autores destacam que, apesar da intenção de ampliar a formação do jovem, o alcance da Reforma ficou limitado a uma minoria que podia passar cinco anos dentro de uma instituição, adquirindo uma “sólida cultura geral”. Tendo em vista a conjuntura da época, essa não era a realidade da maioria da população. Sendo assim, os autores concluem que a referida Reforma seguiu privilegiando um ensino secundário para a formação adequada de uma pequena parcela da sociedade.

Resgatamos também a análise dos autores sobre a Reforma Capanema, a qual, sob o nome de Leis Orgânicas, consagrou uma tendência que vinha sendo afirmada pela Reforma Campos: a dualidade do sistema de ensino brasileiro, sendo um ensino secundário público

<sup>38</sup> Decreto-Lei de 2 de dezembro de 1837.

<sup>39</sup> Lei nº 13.415/2001.

destinado às elites condutoras do país e um ensino profissionalizante destinado à formação da classe trabalhadora, fortalecendo o caráter elitista deste nível de ensino.

O artigo *Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo* relaciona-se com o de Santos e Gil (2020) ao passo que analisa as reformas educacionais implementadas durante o governo Vargas e trata do aspecto elitista destinado ao ensino secundário. Chiozzini e Andrade (2020), ao recorrerem à documentação da Secretaria de Educação do estado de São Paulo, depararam-se com uma série de taxas (exame de admissão, matrícula, exames finais, emissão de certificados e construção de laboratórios) reajustadas e repassadas para a sociedade. Os autores concluem que, apesar de a legislação educacional federal visar à organização e à expansão do ensino secundário, impôs barreiras colocando mais à margem os menos favorecidos.

Sendo assim, os artigos selecionados auxiliam-nos quanto à compreensão dos aspectos sociais atrelados ao ensino secundário, sobretudo a partir das reformas educacionais Francisco Campos e Capanema. Ainda que o lócus dos trabalhos não seja o estado do Espírito Santo, permitem pensarmos a configuração do corpo discente do GMO, estabelecendo associações e afastamentos quanto ao caráter elitista dos cursos secundários evidenciado pelos trabalhos.

Enfim, é a partir do panorama fornecido pelos estudos apresentados, bem como do nosso debruçar sobre as fontes localizadas na EEEM Maria Ortiz que realizamos a análise e compreensão do tema, pelo movimento de distanciamento e aproximação, atentando-nos para o ajuste do foco de nossas lentes e para a variação das escalas de observação, uma vez que “[...] para a micro-história, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado” (LEVI, 1992, p. 137).

#### 4 OPERAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Em busca de compreender a constituição do corpo discente do Ginásio Maria Ortiz, utilizamos fontes localizadas nos acervos da cidade de Vitória e aquelas reproduzidas pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Na definição do *corpus* documental, entendemos, como Bloch (2001, p. 80), que “Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documento, específico para tal emprego [...]”.

Se na historiografia da educação capixaba a dispersão e a fragmentação das fontes se impõem como um desafio para pesquisadores e pesquisadoras, na investigação da história do Ginásio Maria Ortiz nos deparamos com a escassez de documentação que remonta à sua constituição enquanto instituição de ensino, saltando-nos aos olhos outro desafio para além da compreensão do corpo discente: o de resgatar o GMO em suas origens, uma vez que muito se fala da EN Pedro II, mas pouco se encontra sobre esse ginásio que funcionou anexo a ela.

Bloch (2001, p. 73) considera que, “[...] como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, [...] um conhecimento através de vestígios”. Como o autor, entendemos que os documentos são vestígios, marcas perceptíveis aos nossos sentidos e que não falam por si mesmos, mas apenas quando adequadamente interrogados, sendo necessário, então, interrogá-los para além do que evidenciam à primeira vista, pois “[...] mesmo o mais claro e complacente dos documentos não fala senão quando se sabe interrogá-lo. É a pergunta que fazemos que condiciona a análise e no limite, eleva ou diminui a importância de um texto retirado de um momento afastado” (BLOCH, 2001, p. 8).

A tarefa de localizar e reunir os documentos não é fácil, principalmente porque as condições dos arquivos, salvo algumas exceções, são precárias. Entretanto, como sugere Bloch (2001, p. 83), compreende-se que “O espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses, raramente entedia. É o tudo pronto que espalha o gelo e o tédio”. É, então, e não apenas, no desafio de localizar fontes que abarcam a História da Educação do Espírito Santo que o autor contribui para este trabalho, auxiliando-nos a interpretar os documentos e as lacunas neles detectadas.

Considerando que as interdições e as possibilidades no uso das fontes se encontram inevitavelmente relacionadas com as nossas escolhas teórico-metodológicas (SIMÕES, 2012), entendemos que a partir do método indiciário (GINZBURG, 1989) é possível produzir outras leituras e, conseqüentemente, outros modos de narrar a história.

Na perspectiva ginzburguiana do paradigma indiciário, esta pesquisa parte do pressuposto de que, na análise historiográfica, se “[...] a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Nesse sentido, a tarefa do/a historiador/a é perceber os indícios, valer-se deles para compreender e reconstituir um determinado contexto histórico, bem como considerar as particularidades dos processos analisados. O método indiciário entende a realidade como “[...] fundamentalmente descontínua e heterogênea” (GINZBURG, 2007, p. 269).

Também por privilegiar o detalhe, o método escolhido sinaliza para a necessidade de examinarmos os pormenores mais negligenciáveis<sup>40</sup>, como os “[...] os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés” (GINZBURG, 1989, p. 144), ou seja, muito mais que as características notáveis dos registros, sobretudo as fotografias, importam-nos os detalhes contidos em cada uma delas. Dessa forma, as particularidades das fontes tornam-se peças-chave na composição da tapeçaria, sendo o tapete equivalente ao “[...] paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico” (GINZBURG, 1989, p. 170). A analogia do tapete é um convite do autor para sairmos da linearidade, ou seja, podemos percorrer por várias direções até alcançarmos o desenho do tapete, sem abandonarmos a ideia de totalidade.

Procuramos observar os possíveis “espaços em branco” que podem surgir, ao analisarmos documentos, sejam eles imagens, manuscritos ou narrativas, pois entendemos que os detalhes que muitas vezes passam despercebidos podem contribuir para a compreensão do objeto a ser investigado. A adoção dessa postura teórico-metodológica tem como princípio o tensionamento das fontes encontradas, inclusive considerando a escassez de documentos e as lacunas identificadas nas buscas, compreendendo a necessidade de “[...] ler a realidade às avessas, partindo de sua opacidade, para não permanecer prisioneiro dos esquemas da inteligência [...]” (GINZBURG, 2004, p. 14).

Neste estudo, trata-se de resgatar a história do ensino secundário ofertado no mesmo espaço institucional da EN Pedro II e, então, buscar as alunas, sobretudo as alunas negras. Ao escutá-las, procuramos romper silenciamentos, fazendo falar as entrelinhas e os espaços em branco das/nas fontes. E assim, segundo Simões (2012, p. 215), pretendemos “[...] descortinar, na proporção inversa dos apagamentos históricos, sujeitos e histórias encobertas, mal contadas, ou simplesmente apagadas da/na historiografia”.

---

<sup>40</sup> Como sugere Giovanni Morelli (1816-1891), historiador e político italiano, ao desenvolver um método de crítica de obras de arte através de uma análise minuciosa, conferindo atenção aos detalhes.

Sendo assim, no que tange à identificação das relações de poder que atravessam a história, recorreremos à importância da leitura dos documentos a contrapelo, “[...] ao modo benjaminiano, ‘contra as intenções de quem os produziu’. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas” (GINZBURG, 2002, p. 43). Dessa forma, a leitura a contrapelo propõe aos historiadores a tarefa de farejar o que a história não conta, mas que, de alguma forma, esteve presente na composição da trama tecida nas relações de forças que interferiram para que a configuração de um determinado fato se desse de uma forma e não de outra (ALVARENGA, 2018).

Por entender que “[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise” (BLOCH, 2001, p. 83), Bloch defendia que o “espetáculo da busca” também compusesse a narrativa do historiador.

Ao realizarmos aqui um trabalho orientado por teorizações e métodos da micro-história italiana, propomos uma narrativa que foge das generalizações e dá espaço à liberdade relativa dos indivíduos. Popularmente, dizem que a micro-história é a história das pequenas coisas, mas na verdade é a história nas pequenas coisas, é uma história que você faz com elas, a partir delas. Não necessariamente está ali só para contar os detalhes daquilo considerado pequeno, mas é dali que abrimos o leque, pois, assim como Ginzburg (2007, p. 277), procuramos defrontar “[...] a questão da comparação de uma forma diferente e, em certo sentido, oposta: através da anomalia, e não através da analogia. Antes de tudo, supondo como potencialmente mais rica a documentação mais improvável”.

Também o diálogo com Ginzburg nos aproximou das discussões levantadas pela micro-história italiana, para pensarmos as implicações teórico-metodológicas da redução da escala de análise dos objetos de estudo. Para Levi (*apud* SIMÕES; FARIA FILHO, 2012), a micro-história é uma operação historiográfica que elabora perguntas gerais que possam ser respondidas a partir de investigações locais e não sinônimo de uma história do micro. Isso significa dizer que, quando a escala de observação é alterada, fenômenos que até então eram considerados como bastante descritos e compreendidos podem assumir novos significados.

Por acreditarmos que não basta nos atentarmos somente ao contexto do objeto, mas também ao contexto das fontes, apresentaremos a seguir como procedemos à identificação, seleção e análise dos documentos empregados nesta investigação.

Sendo assim, as fontes utilizadas foram encontradas no Fundo de Educação disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES); no acervo da EEEM Maria Ortiz<sup>41</sup>, localizada no prédio onde funcionou o GMO; no *site* da Hemeroteca da Biblioteca Nacional<sup>42</sup>.

No APEES, identificamos 152 caixas no Fundo de Educação, compreendendo documentos da Secretaria de Instrução Pública, da Diretoria Geral de Instrução Pública e da Secretaria de Educação e Saúde Pública, produzidos de 1859 a 1941. Embora o Fundo não contemple totalidade do período desta pesquisa, selecionamos 8 caixas e 2 livros contendo documentos até 1941.

Quadro 3 - Documentos do Fundo de Educação do APEES – selecionados para análise

CAIXA	CONTEÚDO	PERÍODO
20	Ofícios	1936
23-B	Ofícios	1938-1939
84	Requerimentos	1936
140- B	Relatórios de professores	1938/1941
141- A	Termos de visitas de Inspetores de Ensino	1930-1932/ 1935/ 1938
142	Termos de visitas de Inspetores de Ensino	1931-32/1935/1937-1938
144	Termos de visitas de Inspetores de Ensino	1931-1938
152	Processos diversos	1923-1939
LIVRO	CONTEÚDO	PERÍODO
2	Livro de estatística escolar de diversas escolas públicas e municipais	1930
27	Livro dos resultados dos trabalhos letivos de escolas diversas	1924-1937

Fonte: Elaborado pela autora com base no Fundo de Educação- APEES.

Ao realizarmos a busca pelo objeto estudado investigado em órgãos da imprensa capixaba - *Diário da Manhã* e *Revista Vida Capixaba* – em circulação até 1939 e 1957, respectivamente, utilizando os descritores *Gymnasio Maria Ortiz*, *Ginásio Maria Ortiz*; *Gymnasio anexo* e *Ginásio anexo*, não localizamos qualquer ocorrência. No entanto os referidos periódicos nos fornecem informações quanto à política capixaba e a circulação social, especialmente de mulheres na década de 1930, sobretudo na capital Vitória. A leitura do jornal *A Gazeta*, disponível no APEES, também contribui no sentido de fornecer um panorama político-social-econômico, além de noticiar acontecimentos da educação capixaba. Desse jornal, selecionamos cinco artigos<sup>43</sup> publicados em virtude das comemorações do aniversário da EN Pedro II, na expectativa de encontramos qualquer menção ao Ginásio Maria Ortiz, a ela associado.

<sup>41</sup> Mesmo local em que funcionava o Ginásio Maria Ortiz.

<sup>42</sup> Disponível no endereço eletrônico: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

<sup>43</sup> Apesar de posteriores ao recorte temporal deste trabalho, os artigos foram selecionados por trazerem em seu teor o resgate histórico da EN Pedro II. Sendo o Ginásio Maria Ortiz uma instituição anexa à referida Escola Normal, pensamos ser prudente a verificação das publicações, em razão das comemorações institucionais.

Quadro 4 – Microfilmes do Jornal A Gazeta – selecionados para análise

<b>TÍTULO DOS ARTIGOS</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>DATA DE PUBLICAÇÃO</b>
História da Escola Normal Pedro II	Geraldo Costa Alves	1 julho 1959
História da Escola Normal Pedro II	Geraldo Costa Alves	21 julho 1959
Despediram-se as quartanistas da Escola Normal Pedro II	A Gazeta	18 novembro 1959
Escola Normal Pedro II: 73 anos dignificando o ensino no ES	Willis Machado	3 junho 1965
Escola Normal Pedro II - Aniversário de fundação	Placidino Passos	3 junho 1965

Fonte: Elaborado pela autora com base nos microfilmes disponíveis no APEES.

No entanto, realizada a leitura atenta das páginas microfilmadas, intrigou-nos o silêncio detectado nas fontes, considerando que menções ao Ginásio do Espírito Santo e a outros elementos da Escola Normal foram localizados. O que explicaria essa ausência de notícias, até mesmo quando se tratava do resgate da história da Escola Normal? Questões que permanecem em aberto, mas podem indicar o modo como o Ginásio Maria Ortiz era percebido.

Além dos periódicos mencionados, recorreremos aos arquivos digitalizados<sup>44</sup> da *Revista de Educação* que circulou entre os anos de 1934 e 1937, cuja criação, de acordo com Lauff (2007), deu-se em meio a disputas políticas e entrou em circulação com a intenção, implícita ou explícita, de divulgar as representações dos grupos que estavam no poder, ou seja, possuía uma perspectiva formadora, mas, também, interesses ideológicos. Também nas revistas de educação identificamos o silêncio sobre o GMO.

Compõem ainda o conjunto de fontes para esta pesquisa documentos identificados no arquivo da EEEM Maria Ortiz (antigo GMO), distribuídos em 11 caixas, sem ordenação definida. Identificamos nessas caixas documentos de ordem institucional, a saber: estatísticas de provimento; relatórios das condições do Ginásio, assinados por inspetores federais do ensino secundário; mapa das aulas ofertadas e pontos para prova<sup>45</sup>; bem como os documentos de ordem pessoal relacionados ao corpo discente: fichas cadastrais, certificados de exames de admissão, atestados de vacinação e saúde, guias de transferência; boletins e fotos 3x4.

Quadro 5 - Documentos localizados no Arquivo da EEEM Maria Ortiz

<b>CORPO DISCENTE</b>	
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>Quantidade</b>
Fichas cadastrais discentes	144
Certificados de exame de admissão	55
Guia de transferência de Instituição de Ensino	88

<sup>44</sup> Acervo do Nucaphe.

<sup>45</sup> ANEXO A- Pontos para a prova- 1ª série turmas A e B (1943).

Boletins escolares	144
Atestados de vacinação e saúde	64
Fotografias 3x4	122
<b>Total</b>	<b>617</b>
<b>INSTITUIÇÃO DE ENSINO</b>	
<b>DOCUMENTOS</b>	<b>Quantidade</b>
Estatística de provimento - ano letivo de 1942	01
Relatório das atuais condições do Ginásio – 1943	01
Relação de livros da Biblioteca	01
Mapa das aulas dadas julho/agosto 1943	01
Relação do corpo docente em exercício – 1943	01
Relação do corpo docente em exercício - 1943 (turmas suplementares)	01
Horário das aulas do curso ginásial (s/ano)	07
Pontos para a prova de História (1ª série ginásial)	01
<b>Total</b>	<b>14</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos da EEEM Maria Ortiz.

Anexamos a este trabalho amostras de documentos pinçados no referido acervo, na perspectiva da investigação indiciária, ou seja, em permanente atenção ao detalhe e à singularidade no trabalho com as fontes (GINZBURG, 1989). Acreditando que cada pesquisador(a) sabe a dor e a delícia de ser o que é<sup>46</sup>, pensamos que o encanto da pesquisa, assim como o rigor do método utilizado não se revelam apenas nos resultados, mas no percurso investigativo incorporado à narrativa historiográfica.

Nessa linha de pensamento, ao abordar a função particular da narrativa, Giovanni Levi (1992) argumenta que os procedimentos da pesquisa, as limitações documentais, as técnicas de persuasão, assim como as interpretações precisam ser explicitadas ao longo do texto. Levi (1992, p. 153) acredita que, ao optar pela narrativa que descreve o processo de pesquisa “[...] e as limitações da evidência documental, a formulação de hipóteses e as linhas de pensamento seguidas não estão mais escondidas dos olhos do não iniciado”. Assim, possibilita-se ao/à leitor/a um envolvimento com a história em construção, convidando-os a dialogar com aquela história que está sendo contada e ganhando forma.

#### 4.1 OS DIAS NO ARQUIVO

Na manhã de segunda-feira, 11 de maio de 2020, foi realizada a primeira visita<sup>47</sup> ao arquivo da EEEM Maria Ortiz, localizada no centro de Vitória/ES, ao lado do Palácio Anchieta,

<sup>46</sup> Parafrazeando Caetano Veloso (1986). VELOSO, Caetano. Dom de Iludir. In: **Totalmente Demais**. Polygram, 1986.

<sup>47</sup> Visita esta aguardada por três meses, tempo levado pela Sedu para autorizar o acesso à escola.

sede do governo estadual. Fomos gentilmente recebidos por servidores e servidoras efetivos/as e não efetivos/as, que nos acompanharam até o arquivo para que pudéssemos realizar o primeiro diagnóstico do acervo documental.

Ao entrar no arquivo, deparamo-nos com uma sala ampla, localizada no térreo da escola, iluminada com lâmpadas fluorescentes, alguns ventiladores de teto, fiação exposta, janelas lacradas, chão de assoalho e estantes de aço que formavam corredores. Em sua maioria, os documentos encontram-se acondicionados em caixas-arquivo de plástico, estando alguns dispersos em mesas e cadeiras (figura 3).

Figura 3- Sala destinada ao arquivo da escola



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Para a realização do levantamento documental, guiamo-nos pela data-limite descrita nas etiquetas das caixas. Feita a conferência dos documentos contidos em cada uma delas, notamos, além dos papéis soltos em cima das mesas e cadeiras, uma dispersão documental também dentro das caixas. Na figura 4, podemos observar a forma como os documentos estavam acondicionados. Não havendo um método para o arquivamento, foi recorrente a identificação da documentação referente a uma mesma aluna em caixas diferentes.

Figura 4- Documentos localizados no arquivo



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Antes de iniciar o trabalho de consulta às fontes, percebemos a necessidade da realização de uma intervenção arquivística<sup>48</sup> no acervo, ao menos nas caixas com a data-limite que possivelmente atenderiam à pesquisa. Para Bloch (2001, p. 82), uma das tarefas mais difíceis do historiador é reunir os documentos que estima necessários. “De fato ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda a sorte”.

Ocupamo-nos de separar a documentação referente a cada aluna identificada naquelas caixas, em um exercício de remontar a sequência documental da vida escolar das meninas. Cada conjunto documental<sup>49</sup> que surgia era envolvido em um pedaço de papel (para não agredir os documentos haja vista sua avançada temporalidade) e identificado com o nome das alunas, conforme ilustra a figura 5.

<sup>48</sup> Minha primeira graduação é em Arquivologia (bacharelado) pela Ufes (2014) e, por essa razão, atentei-me logo à essa necessidade. Sem dúvidas foi no curso de Arquivologia que dei os primeiros passos na pesquisa documental.

<sup>49</sup> Inicialmente não era a minha intenção realizar um trabalho arquivístico, propriamente dito no acervo da EEEM Maria Ortiz. No entanto, devido à necessidade de uma organização prévia das fontes para o prosseguimento da pesquisa, iniciei com os recursos que estavam ali disponíveis, um processo de gerenciamento documental.



dito anteriormente, a ideia da pesquisa girava em torno do título inicial do projeto: *Da Escola Normal Pedro II às salas de aula: em busca das professoras negras no estado do Espírito Santo (1928-1937)*. No entanto os documentos que estavam diante de nós naquele arquivo não respondiam às perguntas quanto à década de 1920, tampouco quanto às alunas do Curso Normal (propriamente dito). Naquele instante, apesar do desapontamento, decidimos listar as caixas com as datas mais antigas e identificamos o ano de 1937 como a temporalidade inicial daquele conjunto documental. Foi então que o recorte temporal do projeto, previsto para encerramento na data de 1937, teve que ser reinventado, ou seja, o fato de não termos identificado os documentos que inicialmente procurávamos não significou o fim da pesquisa, muito pelo contrário, pois, nas palavras de Ginzburg (2007, p. 263): “Todo documento, inclusive o mais anômalo, pode ser inserido numa série. Não só isso: pode servir, se analisado adequadamente, a lançar luz sobre uma série documental mais ampla”.

As visitas à escola seguiram durante os meses de maio, junho e julho de 2020, mas cabe aqui compartilhar as limitações desse momento da pesquisa em virtude da pandemia<sup>52</sup> pela qual estamos passando, que modificou nossas vidas e relações por completo e, conseqüentemente, afetou também o percurso desta pesquisa. Sendo assim, após um período em que as escolas estaduais do Espírito Santo ficaram completamente fechadas<sup>53</sup>, a Sedu orientou que as unidades escolares aderissem, de acordo com suas possibilidades, ao Regime Especial de Revezamento no trabalho administrativo. Foi então que pudemos, a partir do mês de maio, acessar a EEEM Maria Ortiz e iniciar a coleta de dados.

Diante do exposto, no decorrer dos três meses destinados à pesquisa no arquivo e levantamento das informações, deparamo-nos com novas possibilidades para este trabalho acadêmico. A aparente falta de documentação para o recorte temporal pensado inicialmente mostrou-nos que poderíamos repensar a pesquisa e explorar documentos que em muito iriam contribuir para a narrativa da história da educação no Espírito Santo, mas sem deixar de lado a inquietação maior e que nos trouxe até o Mestrado: a busca pelas alunas negras. Nesse sentido, cabe a lembrança de que o princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados (LEVI, 1992).

Ao redefinirmos o recorte temporal desta pesquisa, a partir das 11 caixas selecionadas no arquivo da EEEM Maria Ortiz e listadas no quadro a seguir, procedemos à organização

---

<sup>52</sup> Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 15 março de 2022.

<sup>53</sup> Decreto estadual nº 4644-R, de 30 de abril de 2020.

documental do acervo, cumprindo as seguintes etapas: levantamento documental, identificação das fontes, separação dos documentos por ano de produção e arquivamento dos documentos nas caixas, de acordo com a descrição de suas etiquetas.

Quadro 6 - Organização das caixas do Arquivo da EEEM Maria Ortiz

Caixa	Título	Conteúdo
1	1937-1938 a 1940	Documentos discentes
2	1937 a 1942 - Dados das alunas	Documentos discentes
3	1940 - Curso Normal - Curso Fundamental	Documentos discentes
4	1941 - Dados das alunas	Documentos discentes
5	1941 - Documentos - alunas - Ensino Fundamental	Documentos discentes
6	1942	Documentos discentes
7	1942-1943 - Curso Fundamental - 1ª série	Documentos discentes
8	Boletim 1942-143	Estatística de provimento (1942); Relatório das atuais condições do Ginásio (1943); Pontos para prova (1943); Mapa das aulas dadas julho/ agosto 1943
9	1943 - 1º Ciclo Ginásial Maria Ortiz	Documentos discentes
10	1944 - Documentos e Boletins	Documentos discentes
11	1943 - Documentos e Boletins <sup>54</sup>	Provas de alunos do Exame de licença ginásial

Fonte: Elaborado pela autora com base nas caixas do arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Os obstáculos com os quais nos deparamos, desde a dificuldade de acessar a Escola, passando pela não identificação da documentação esperada, até a descoberta de um acervo pouco organizado e conservado, mostraram-nos que lidar com as ausências documentais ou com a inacessibilidade a algumas dessas fontes constitui, para o historiador, uma tarefa difícil, mas não impossível. Assim, a ausência de fontes pode ser entendida tanto pela sua inexistência quanto pela dificuldade de acesso a elas. No entanto, por maiores que tenham sido os impedimentos e as lacunas, a análise partiu de interrogações elaboradas a partir das fontes disponíveis (GINZBURG, 2002). Dessa maneira, desenhou-se a possibilidade de engendrar novas investigações e seguir no trabalho colaborativo para a escrita da história da educação do Espírito Santo.

<sup>54</sup> Após abertura da caixa e minucioso levantamento documental, verifiquei que os documentos datavam até o ano de 1948. Por esse motivo, acrescentei ao título original da caixa “1943-1948 – Documentos e Boletins”.

## **5 A PRESENÇA DE ESTUDANTES NEGRAS NO GINÁSIO - DESCOBERTAS PELO MÉTODO INDICIÁRIO**

Como indicamos, este estudo abrange um recorte temporal (1936-1943) marcado por importantes mudanças no cenário político, social, econômico e cultural brasileiro. Nesse contexto, destacam-se as reformas educacionais instituídas durante a chamada Era Vargas (1930-1945), cujos desdobramentos podem ser localizados no Espírito Santo no processo de criação do nosso objeto de estudo, o Ginásio Maria Ortiz. Deve-se observar que as políticas públicas educacionais implementadas durante o governo de Getúlio Vargas se basearam na busca pela efetivação de seu projeto político de construção do Estado brasileiro, com ênfase na formação de uma identidade nacional (FARIA, 2019), e que a eugenia, ao almejar regenerar a “raça brasileira” bem como potencializar um discurso em prol da homogeneização nacional, atenuando as diferenças regionais e raciais, teve a escola como principal impulsionadora do projeto.

Nessa linha de pensamento, investigamos o GMO no contexto das reformas educacionais do governo Vargas. Tecer esses fios envolve, como sugere Ginzburg (1989), movimentar nossos olhares em diferentes direções e, para isso, buscamos compreender os objetivos que orientaram a criação do Ginásio bem como os critérios de acesso a ele, conduzidos pelas políticas públicas educacionais no Brasil no período investigado, materializadas nas reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942).

A Revolução de 1930, afirma Dávila (2006), anunciou uma nova era política para o Brasil ao reunir Getúlio Vargas e sua aliança de coronéis, políticos regionais, intelectuais nacionalistas e as classes médias industrial, profissional e gerencial emergentes. O autor argumenta que essa nova coalizão substituiu um sistema político descentralizado, que teve início no ano de 1889, quando da Proclamação da República, a qual concentrava o poder político nas mãos das oligarquias regionais, sobretudo paulistas. Havia, então, certa expectativa de que o governo inaugurado pela chamada Revolução de 1930 diminuiria a desigualdade social e que, nas palavras do autor, “[...] pavimentaria a estrada rumo a uma nação industrial moderna e urbana” (DÁVILLA, 2006, p. 100). O novo regime também empenhou-se na construção de amplas instituições e adotou o novo nacionalismo como ideologia oficial.

Ainda de acordo com Dávila (2006, p. 99-100), “[...] muitas das reformas políticas e sociais depois de 1930 foram inspiradas pelo nacionalismo que surgira nas décadas precedentes”. O período compreendido entre 1930 e 1940 consolidou-se como momento histórico de valorização da educação, especialmente quando, no Governo Provisório, houve a

criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), desencadeando reformulações em toda a estrutura educacional. No dia 3 de novembro de 1930, em seu primeiro discurso como presidente interino do Brasil, Getúlio Vargas prometeu enfrentar imediatamente o “saneamento moral e físico” do povo, inaugurando o MESP (DÁVILA, 2006), sendo essa nova organização<sup>55</sup> dirigida por Francisco Campos.

A reforma educacional dirigida pelo ministro Francisco Campos e sua equipe deu organicidade ao ensino secundário, estabelecendo, dentre outras medidas, a implantação do Exame de Admissão ao Ginásio, que “[...] se tornou uma barreira para acesso ao ensino secundário [...]” (PESSANHA, 2021, p. 44), e um currículo seriado (quadro 7) e sua divisão em dois ciclos: o 1º ciclo, chamado de fundamental, com 5 anos de duração, e o 2º ciclo, chamado de complementar, com 2 anos de duração.

Em relação à formação dos professores, Lauff (2018) indica que passou a ter conteúdos especializados nos dois últimos anos, ou seja, no 2º ciclo - complementar<sup>56</sup>.

Quadro 7 - Currículo do Curso Secundário Fundamental na Reforma Francisco Campos

<b>Disciplinas</b>	<b>Séries</b>
Português	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª
Francês	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª
Inglês	2ª/ 3ª/ 4ª/
Latim	4ª/ 5ª
Alemão	Facultativo
História	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª
Geografia	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª
Matemática	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª
Ciências Físicas e Naturais	1ª/ 2ª
Física	3ª/ 4ª/ 5ª
Química	3ª/ 4ª/ 5ª
História Natural	3ª/ 4ª/ 5ª
Desenho	1ª/ 2ª/ 3ª/ 4ª/ 5ª
Música (canto orfeônico)	1ª/ 2ª/ 3ª

Fonte: Elaborado pela autora, com base no Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932.

A observância das fontes encontradas à legislação federal foi confirmada e pode ser constatada, por exemplo, na documentação referente à trajetória acadêmica da aluna Cecilia Ferreira Bispo, que frequentou todos os anos do curso fundamental do ensino secundário anexo à EN Pedro II (figuras 6 e 7), entre 1938 e 1942.

<sup>55</sup> Em 1937, teve seu nome alterado para Ministério da Educação e Saúde - MES.

<sup>56</sup> A documentação disponível no arquivo da atual EEEM Maria Ortiz não nos fornece informações sobre o curso complementar, impossibilitando-nos analisar como se deu a formação de professores. As fontes apontam apenas para o curso fundamental, posteriormente chamado ginásial.

Figura 6- Vida escolar (capa)

MODELO N. 23

## ESCOLA NORMAL «PEDRO II»

Nome: Vitória LOCAL Esp. Santo ESTADO

Nome: Cecilia Ferreira Bispo

Filiação: Pedro Alexandrino Bispo - Euilze Ferreira do Nascimento

Nacionalidade dos Pais: Brasileiros

Nascimento: { local: Goiabeira  
data: 12 - janeiro - 1920

Residência: \_\_\_\_\_

Matricula no ano letivo de 1928 na 1ª série Escola Normal «Pedro II» Curso Fundamental

Transferido de \_\_\_\_\_

Transferido para o \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 7- Vida escolar – Disciplinas

**VIDA ESCOLAR**

	Admis- são	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série
<b>Ano letivo</b>	1927	1928	1929	1930	1931	1932
<b>DISCIPLINAS</b>						
Português	70	41	42	51	52	48
Francês	x	46	42	40	37	x
Inglês	x	x	60	49	43	x
Latim	x	x	x	x	75	71
Historia	60	31	36	60	52	49
Geografia	60	63	65	47	61	68
Matematica	52	38	37	47	32	47
Ciências Fis. e Nat.	50	66	64	x	x	x
Fisica	x	x	x	46	63	38
Quimica	x	x	x	42	57	53
Historia Natural	x	x	x	61	60	61
Historia do Brasil	x	x	x	47	47	60
Desenho	x	70	78	54	83	83
Média Geral	58	51	53	50	55	

**Observações:**

a) os exames de admissão foram feitos no Ginásio Escola Normal «Pedro II»

b) os exames da 1ª série foram feitos no Ginásio idem

c) os exames da 2ª série foram feitos no Ginásio idem

d) os exames da 3ª série foram feitos no Ginásio idem

e) os exames da 4ª série foram feitos no Ginásio idem

f) os exames da 5ª série foram feitos no Ginásio idem

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Conjecturamos que o documento acima tenha sido elaborado seguindo um padrão nacional e, ao ser distribuído para as instituições de ensino secundário, poderia sofrer variações quanto ao seu preenchimento, pois, no campo “Observações”, há a indicação do nome ginásio destinando, em seguida, um espaço para o preenchimento manual do nome da instituição. No entanto, este trabalho identificou que o GMO foi assim chamado somente a partir da década de 1940 e, por essa razão, as fontes produzidas anteriores ao Decreto nº 14.388/1943 (figura 2) fazem menção à EN Pedro II e ao curso fundamental (figura 1) e não ao ginásio.

Já a reforma conduzida por Capanema e sua equipe estabeleceu um currículo cuja atenção destinou-se ao enciclopedismo e à não distinção substancial entre os cursos clássico e científico. Para Romanelli (1986), esse ensino não diversificado tinha o objetivo de preparar para o ingresso no ensino superior. Em função disso, só podia existir como educação de classe. Continuava, pois, constituindo-se no ramo nobre do ensino, aquele realmente voltado para a formação das individualidades condutoras.

Quadro 8 - Currículo do Curso Ginásial na Reforma Capanema

<b>Disciplinas</b>	<b>Séries</b>
Português	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Latim	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Francês	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Inglês	2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup> /
Matemática	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Ciências Naturais	3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
História Geral	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup>
História do Brasil	3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Geografia Geral	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup>
Geografia do Brasil	3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup> /
Trabalhos Manuais	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> /
Desenho	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>
Canto Orfeônico	1 <sup>a</sup> / 2 <sup>a</sup> / 3 <sup>a</sup> / 4 <sup>a</sup>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Decreto- lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942.

Ao analisar o currículo estabelecido, Minhoto (2007, p. 144) constata que “[...] ao contrário de 1931, a característica que marcou a reforma de 1942 foi a permanência, no ensino secundário, de elementos especialmente valorizados pelo legado tradicional da cultura, como a vasta carga de latim e a valorização das virtudes presentes nas humanidades clássicas”. Ao compararmos o ensino de Latim, por exemplo, entre as duas reformas, temos que, na primeira, figurava como disciplina obrigatória nos dois últimos anos do curso secundário; já na segunda reforma, passou a ser obrigatória nos quatro anos do curso ginásial. De acordo com Minhoto (2007), esses elementos visavam à reprodução de formas de sociabilidade do passado e ao estímulo, nos indivíduos, da crença de que eram os herdeiros de uma tradição universal, bem como os missionários da preservação cultural, ou seja, o *status* do secundarista e das profissões

que viria a assumir, deveria estar diretamente vinculado ao *status* do currículo para esse nível de ensino. Nessa mesma direção, Saviani (2005, p. 34) acrescenta que a política educacional naquele momento delimitava “[...] uma separação entre o ensino das elites que se destinariam ao trabalho intelectual e o ensino popular voltado para a preparação e o adestramento dos trabalhadores manuais”.

Para Pessanha (2021), a Reforma Capanema explicita de forma legal o dualismo da educação brasileira: um ramo destinado à formação de uma elite condutora e outro destinado à formação profissional para setores econômicos específicos.

Tendo em vista que a educação deveria estar a serviço da nação, "realidade moral, política e econômica" a ser constituída (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000), a disciplina Canto Orfeônico tornou-se obrigatória em todos os quatro anos do ginásio e não mais apenas nos três primeiros anos do ensino secundário, como havia sido estabelecido pela Reforma Campos. Quanto a essa matéria, cabe atentarmos ao fato de que foi utilizada como instrumento para afirmação do patriotismo e da promoção da cultura nacional, uma vez que:

[...] incluía músicas folclóricas e o hinário nacional, de caráter obrigatório em todos os ginásios e colégios. Idealizado e conduzido por Villa-Lobos, correspondia a um projeto específico de interpenetração da expressão musical como exercício de poder, mediante a afirmação da positividade e da harmonia da cultura nacional. (ROSA, 2008, p. 93-94).

Diante das fontes localizadas identificamos a ausência da disciplina Canto Orfeônico no boletim das alunas (figura 7). Inicialmente, essa observação nos causou estranhamento, sugerindo a possibilidade de o curso secundário anexo à EN Pedro II não estar em conformidade com as orientações federais para a educação. No entanto, em busca de trabalhos que pudessem elucidar esse ponto, identificamos que, a partir de 1946, o Canto Orfeônico sofreu um processo de reformulação apresentado pelo ministro Raul Leitão.

De acordo com Lemos Júnior (2005), a legislação de 1946, de âmbito federal, regularizou o processo avaliativo do Canto Orfeônico nas escolas secundárias, que até então era isento de avaliação formal.

Foi somente a partir de 1946 que a avaliação tornou-se obrigatória para a disciplina de Canto Orfeônico, alterando assim a rotina pedagógica deste ensino. Para o professor havia uma nova responsabilidade, a de preparar e aplicar provas. Mas pode ter sido por parte dos alunos a maior dificuldade com as mudanças propostas na lei, pois estes passariam a ser avaliados dentro de uma matéria complexa, que privilegiava não só o desempenho teórico da disciplina, mas também o prático (LEMOS JÚNIOR, 2005, p. 54).

Em Wênia Silva (2019), identificamos que a avaliação da referida disciplina possivelmente tenha seguido as orientações estabelecidas por Villa-Lobos para o curso ginásial, publicadas em 1946:

VII- A cada aluno será dada uma nota resultante da avaliação do seu aproveitamento. A nota mensal será dada por meio de exercícios orais e práticos realizados em aulas. Estes exercícios versarão sobre elementos da teoria musical, um trecho de obra didática, hinos e canções, de acordo com a orientação traçada pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico.

A média resultante do aproveitamento e da frequência será válida para cômputo final de aprovação.

VIII- As provas parciais seguirão a mesma orientação dos exercícios mensais, tendo, porém, caráter individual e evitando-se problemas de natureza puramente teóricos. As provas finais realizar-se-ão por grupos de quatro alunos no máximo.

Nessas provas deverá ser verificado o aproveitamento em afinação, ritmo, dicção, atitude e disciplina de conjunto.

Para os alunos desafinados será obedecido o critério de julgamento traçado pelo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (BRASIL, 1946).

Sendo assim, compreendemos a razão pela qual não identificamos as notas da disciplina de Canto Orfeônico nos boletins das alunas do ensino secundário as quais investigamos, uma vez que, durante o período contemplado por este trabalho (1936-1943), não havia orientação quanto a sua avaliação. Enquanto a Reforma Capanema trouxe a obrigatoriedade da matéria para os 4 anos do curso ginásial, foi somente a partir de 1946, quando da publicação da Portaria nº 300, de 7 de maio de 1946<sup>57</sup>, que a avaliação da disciplina de Canto Orfeônico tornou-se obrigatória.

Quanto aos tipos de estabelecimentos de ensino, a Lei Orgânica do Ensino Secundário estabeleceu, em seu capítulo III, duas possibilidades: ginásio destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo; e o colégio que, além do curso ginásial, compreendia os dois cursos de segundo ciclo. A referida lei manteve o entendimento restritivo do que era o ensino secundário e proibiu o uso das denominações "ginásio" e "colégio" aos demais estabelecimentos de nível médio: “Art. 7º Ginásio e colégio são denominações vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados a dar o ensino secundário” (BRASIL, 1942). Foi nesse contexto que, objetivando atender as orientações nacionais, o ensino secundário anexo à EN Pedro II passou a ser denominado Ginásio Maria Ortiz, mais especificamente no ano de 1943.

Na busca pela documentação estadual que pudesse nos informar sobre os critérios de acesso ao ensino secundário da EN Pedro II (GMO), identificamos inicialmente dois textos legislativos – uma lei e um decreto. Por meio da Lei nº 74, de 30 de junho de 1936, ratificando o exposto na orientação federal, o governo do Espírito Santo declarou que o ensino da Escola Normal passaria a ser ministrado em dois cursos: “[...]o fundamental, idêntico ao do Collegio

---

<sup>57</sup> Aprova instruções e unidades didáticas do ensino de canto orfeônico nas escolas secundárias.

Pedro II, obedecendo a legislação federal em tudo quanto se refira á seriação de matérias e ao regimento didactico, e normal propriamente dito, de dois anos [...]" (ESPÍRITO SANTO, 1936a, p. 5).

O Decreto nº 7.921/1936 aprovou o regulamento do Ensino Normal, nos termos da Lei nº 74, de 30 de junho de 1936:

Art. 2º- O ensino normal compreenderá dois cursos seriados:

- a) – fundamental, identico ao do Collegio Pedro II, obedecendo á legislação federal em tudo quanto se refira á seriação de materias ao seu regime didactico;
- b) – normal propriamente dito ou de formação de professores, que será feito em dois annos. (ESPÍRITO SANTO, 1936b, p. 3).

No entanto os dois documentos legislativos não fazem menção aos critérios de acesso especificamente ao curso fundamental do ensino secundário, o que nos leva a pensar que seguiam a orientação federal expressa no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que estabelecia o cumprimento dos seguintes requisitos para a admissão à instituição de ensino secundário:

Art. 18. O candidato á matricula no 1º ano de estabelecimento de ensino secundario prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro.

§ 1.º A inscripção neste exame será feita de 1 a 15 do referido mez, mediante requerimento firmado pelo candidato ou seu representante legal.

§ 2.º Constarão do requerimento a idade, filiação, naturalidade e residencia do candidato.

§ 3.º O requerimento virá acompanhado de attestado da vaccinação anti-variolica recente e do recibo de pagamento da taxa de inscripção.

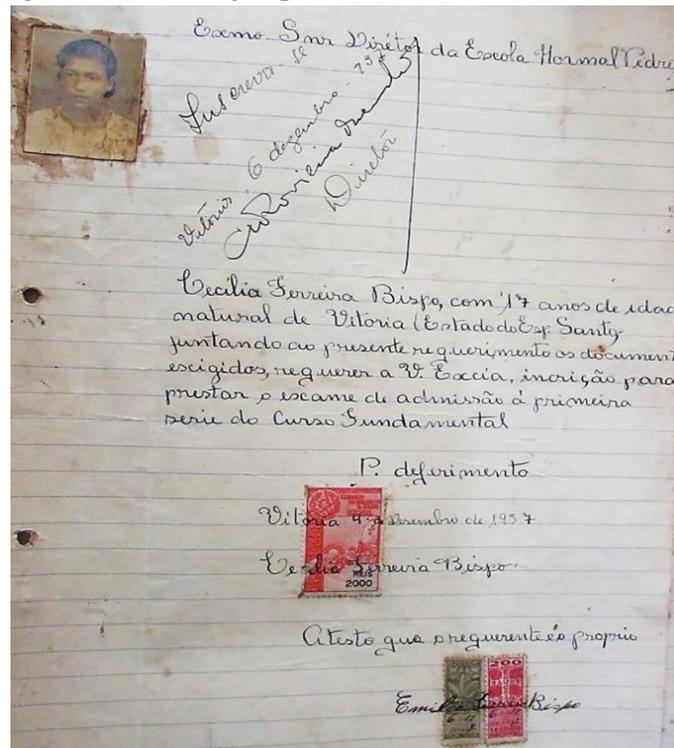
[...]

Art. 19. O candidato a exame da admissão provará ter a idade minima de 11 annos.

Art. 22. O exame de admissão constará de provas escriptas, uma de portuguez (redacção e dictado) e outra de arithmetica (calculo elementar), e de provas oraes sobre elementos dessas disciplinas e mais e mais sobre rudimentos de Geographia, Historia do Brasil e Sciencias naturaes. (BRASIL, 1931a).

Os documentos encontrados referente às alunas do curso secundário comprovam que a Instituição de ensino capixaba seguiu as determinações federais. Para exemplificar, mostraremos a seguir a documentação da aluna Cecilia Ferreira Bispo, solicitando a realização do exame de admissão à 1ª série do curso fundamental (figura 8).

Figura 8 - Solicitação para realizar exame de admissão



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

No dia 04 de dezembro de 1937, a jovem “Cecilia Ferreira Bispo, com 17 anos de idade natural de Vitória (Estado do Esp. Santo), juntando ao presente requerimento os documentos exigidos, requer a V. Excia. inscrição para prestar o exame de admissão à primeira série do Curso Fundamental”. Identificamos, ainda na pasta da referida aluna, o atestado de vacinação exigido no § 3.º do art. 18 da Reforma Campos (figura 9). Embora esse mesmo parágrafo oriente quanto ao pagamento da taxa de inscrição para o exame de admissão, não localizamos o recibo nos documentos da aluna, o que não significa dizer que ela não tenha realizado o pagamento, muito pelo contrário, se ela consta como aluna cursista do ensino secundário da EN Pedro II, é porque apresentou a documentação exigida. Temos nesse caso um exemplo (dentre os vários) do problema da dispersão das fontes, sobretudo nos acervos de Educação do Espírito Santo. Das 144 alunas identificadas no decorrer desta pesquisa, 54 prestaram exame de admissão ao curso fundamental da Escola Normal. No entanto, em nenhum desses casos, encontramos a documentação completa exigida pelos critérios de admissão ao ensino secundário. Cogitamos, dessa maneira, a possibilidade de que os documentos faltantes tenham sido perdidos pela ação do tempo ou pelo acondicionamento inadequado<sup>58</sup>.

<sup>58</sup> Em conversa com alguns servidores da EEEM Maria Ortiz, eles explicaram que a escola sofreu com enchentes e infestações de cupins e, por conta disso, muita documentação foi perdida.

Com relação a Cecília Ferreira Bispo, identificamos que, tendo realizado o exame de admissão, recebeu o certificado (figura 10) com a pontuação alcançada nas disciplinas *Portuguez* (prova oral e escrita); *Arithimetica* (prova oral e escrita); *Geographia*; História do Brasil e; *Sciencias Naturaes* em consonância com o art. 22 da Reforma Campos (1931).

Figura 9 - Atestado de vacinação (1938)

**ESTADO DE SAUDE PUBLICA**  
 DO  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**ATESTADO DE VACCINAÇÃO**

Nome *Cecília da Silva Costa*  
 Cidade *Homens Cores Brancas* Vila *Esp. Santo*  
 Residencia *Rua da Cidade, 165*  
 Foi *vaccinado* com resultado *positivo-antigo*  
 com *duas* inoculações

*Litoria, 31 de maio de 1938*  
*M. S. M. S.*

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 10 - Certificado de exame de admissão (1938)

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA  
ESCOLA NORMAL "PEDRO II"  
Curso Fundamental identico ao do Collegio "Pedro II"  
LEI 74 - 30 DE JUNHO DE 1936  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**Certificado de exame de admissão** N. 30

Certifico que Luisa de Silva Costa  
filho de Alfredo Alves de Silva  
natural de Alonso Claudio - C. Silva  
nascido em 5 de abril de 1934, foi considerado  
aprovado em exame de admissão em 20 de fevereiro  
de 1938, com o seguinte resultado:

Portuguez: escripta 90; oral 90; final 90  
Arithmetica: escripta 60; oral 90; final 75  
Geographia 90  
Historia do Brasil 90  
Sciencias Naturaes 90  
Media Geral oitenta e sete (87)

O Inspe: Vitor  
Visto 1938  
Inspector Regional  
Firma a reconhecer no tabellião

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Somadas as notas de cada teste, a aluna obteve uma média geral equivalente a 87, sendo aprovada no exame de admissão. Cumpridas as etapas estabelecidas pela orientação federal, a aluna efetivou, no mesmo ano (1938), a sua matrícula no Curso Fundamental da EN Pedro II.

Essa forma de ingresso permaneceu em vigor até a Reforma Capanema (1942), mais especificamente com o Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário, que tratou de estruturar o ensino ginásial. O capítulo V, que trata da admissão aos cursos ginásial, clássico e científico, passou a estabelecer que:

Art. 31. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos do que trata esta lei, deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 32. O candidato à matrícula no curso ginásial deverá ainda satisfazer as seguintes condições:

- ter pelo menos onze anos, completos ou por completar, até o dia 30 de junho;
- ter recebido satisfatória educação primária;
- ter revelado, em exames de admissão, aptidão intelectual para os estudos secundários. (BRASIL, 1942).

O ensino ginásial capixaba nos primeiros anos da República contava com dois estabelecimentos públicos de ensino, localizados na capital Vitória: o Ginásio do Espírito Santo

e a Escola Normal Pedro II, a qual oferecia um ensino secundário profissional. De acordo com Salim (2009), o desenvolvimento do ensino secundário não estava entre as principais metas do Governo Estadual na Primeira República. O Poder Público à época tinha como foco principal a disseminação do ensino primário e o combate ao analfabetismo, em toda a unidade federativa.

O gasto com o ensino secundário era visto pelas autoridades competentes como um peso no orçamento público que comprometia o investimento no ensino primário. Sendo assim, procuravam, sempre que possível, incentivar a participação da iniciativa privada nesse setor do ensino. Como dito, os Estados mantinham apenas um ginásio modelo em suas capitais, abrindo espaço para a rápida proliferação das escolas particulares em todo o período (SALIM, 2009, p. 168).

Acrescentamos a essa informação o fato de os ginásios serem vistos como espaços para a formação das elites locais, preparando-as para o ensino superior<sup>59</sup>. A autora discute que o caráter seletivo do ensino secundário não se resumia apenas ao número reduzido de estabelecimentos de ensino, mas também à obrigatoriedade do pagamento da taxa de matrícula até o ano de 1920, “[...] que era uma forma de privatização de um serviço público, dificultando ainda mais o acesso da maior parte da população ao ensino secundário” (SALIM, 2009, p. 170).

Neste estudo, identificamos que a cobrança de taxa de matrícula extrapolou o ano de 1920, o que pode ser verificado no Decreto nº 19.890/1931, mais especificamente no artigo 25:

Art. 25. O requerimento de matricula virá instruído com os seguintes documentos:  
 a) certificado de habilitação no exame de admissão, para a matricula no 1º ano, ou certificados de habilitação nas materias da série anterior, para a matricula nos demais annos;  
 b) attestado de sanidade;  
 c) recibo de pagamento da taxa de matricula (BRASIL, 1931a).

E ratificado pelo Decreto nº 21.241/1932, o qual consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências:

Art. 27. O requerimento de matrícula virá instruído com os seguintes documentos:  
 a) certificado de habilitação no exame de admissão, para a matrícula na 1ª série, ou certificado de habilitação na série anterior para a matrícula nas demais séries;  
 b) atestado de sanidade, especificando que o candidato não sofre de doenças contagiosas da vista;  
 c) recibo de pagamento da taxa de matrícula (BRASIL, 1932).

---

<sup>59</sup> Salim (2009, p. 169) indica que, na documentação analisada – relatórios dos presidentes de Estados e diretores da Instrução Pública, publicações da imprensa e artigos de profissionais da educação –, em nenhum momento aparece a ideia de que o ginásio deveria promover disseminação do ensino secundário entre as classes populares.

Observamos, dessa maneira, que a obrigatoriedade quanto à cobrança da taxa de matrícula permaneceu até o início da década de 1940, uma vez que o Decreto nº 4.244/1942 não estabelecia o pagamento de taxa de matrícula. Cabe destacar que as legislações não mencionam o valor determinado para essas taxas, o que nos faz acreditar que os valores poderiam variar a critério de cada instituição.

A partir das fontes localizadas, identificamos comprovantes de pagamento da taxa de matrícula, conforme exemplifica a figura 11.

Figura 11 - Comprovante de pagamento da taxa de matrícula – 1940

SECRETARIA DA FAZENDA  
RECEBEDORIA DA CAPITAL

DIRECTORIA DA RECEITA PUBLICA  
Taxa de Serviços do Estado

Nº 67647 EXERCICIO DE 1940

Recebi do Sr. Cladir Rosindo da Silva a quantia de trinta e sete mil e oito centos réis importância de sua taxa de matrícula (por matrícula) matriculada na 3ª série do Curso Fundamental da Escola Municipal Pedro II, conforme guia 36

Imposto	— \$
Adicional	— \$
Total	37\$800

Fundos	
Taxa	3400
M. Social	3400
T. Escolar	400
	37.800

Victoria, 2 de Março de 1940

Uocio Monizka RECEPTARIO

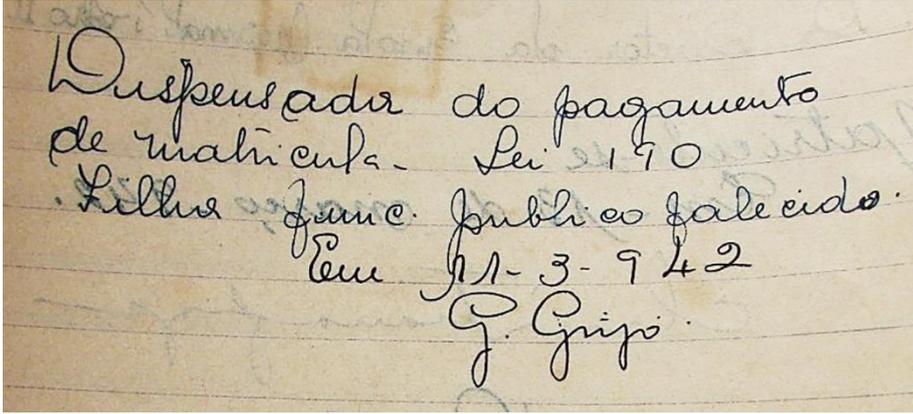
RECEBEDOR

1.ª Via - Documento da Parte

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

As informações se referem à aluna Cladir Rozindo Silva, matriculada na 3ª série do Curso Fundamental da EN Pedro II, que pagou a importância de 37\$800 (trinta e sete mil e oitocentos réis). Também identificamos casos de dispensa do pagamento da taxa de matrícula, como, por exemplo, o caso da aluna Jurema Borges, filha de funcionário público falecido (figura 12).

Figura 12- Dispensa de pagamento de taxa de matrícula



Dispensada do pagamento  
de matrícula - Lei 190  
Filha de func. publico falecido.  
Em 11-3-1942  
J. Grippi.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Lê-se no verso do documento de solicitação da matrícula: “Dispensada do pagamento de matrícula- Lei 190. Filha de funcionário público falecido”. Embora o despacho não indique o ano da lei que respalda tal isenção, recorreremos aos arquivos disponibilizados na página da Hemeroteca Digital e, após minuciosa busca, identificamos que se trata da Lei nº 190/1936<sup>60</sup>, publicada no Diário Oficial no dia 09 de janeiro de 1937, a qual concede abatimento de taxas escolares e dá outras providências:

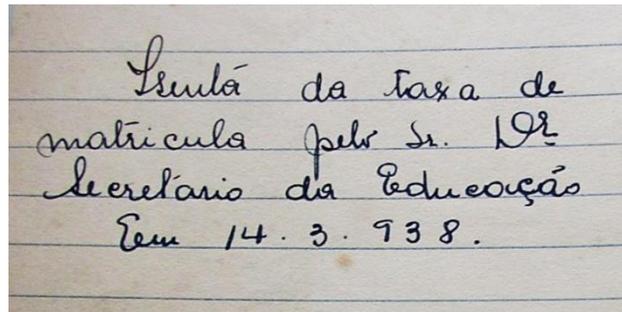
Art. 1- Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abatimento de 50% nas matrículas, mensalidades e demais taxas nos estabelecimentos publicos estaduais, de ensino secundário ou superior, aos filhos dos funcionarios estaduais e dos profissionaes da imprensa, quer sejam intellectuaes ou operarios, desde que exerçam actividade dentro do Estado do Espírito Santo.

Parapho único- Aos filhos de funcionarios e de profissionaes já falecidos, sera concedida a matricula gratis nos cursos secundarios e com o abatimento de 50% nos superiores (ESPÍRITO SANTO, 1936c, p. 3).

Também esteve isenta do pagamento da taxa de matrícula a aluna Cioma Brabo Alves, conforme despacho no verso de sua solicitação de matrícula (figura 13).

<sup>60</sup> Ver anexo B - Lei n. 190/1936.

Figura 13 - Isenção de taxa de matrícula



Isentã da taxa de  
matricula pelo Sr. 1º  
Secretario da Educação  
em 14.3.1938.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Ainda que o referido despacho não mencione a Lei nº 190/36, não identificamos outra informação nas fontes que indicassem a possibilidade de isenção do pagamento da taxa de matrícula que não os critérios estabelecidos pela referida lei. Destacamos também que, no caso da aluna Cioma Brabo Alves, o despacho que autoriza a isenção da taxa de matrícula foi realizado pelo secretário de educação, no entanto não há registro da assinatura dele.

Seguindo o disposto na referida legislação estadual, localizamos no conjunto documental da aluna Nize Pinto de Oliveira a seguinte solicitação, emitida pelo 1º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo e assinada pelo Major Comandante Sidronilio Firmino, no dia 09 de março de 1938 (figura 14).

Figura 14 - Solicitação de redução de matrícula



POLICIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. VITÓRIA, 9-III-1938.  
Do Sub-Tenente Pedro Pinto de Oliveira  
1ª BTL. DE INFANTARIA  
Ao Sr. Comandante do 1º Btl. de Inf.  
Pel. Extraordinário.

ASSUNTO:  
Atestado

O abaixo assinado, vem por meio deste solicitar de V.S. atestar ao pé deste, para fins de obter redução de matrícula de sua filha NIZE PINTO DE OLIVEIRA, na Escola Normal Pedro II, se o mesmo é componente desta Corporação.

Vitória, 9-III-1938.  
ATESTADO  
Ateste que o requerente, Sub-Tenente Pedro Pinto de Oliveira, faz parte desta Corporação.

Sidronilio Firmino  
(SIDRONILIO FIRMINO)  
Major Comandante

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Transcrevendo: “O abaixo assinado, vem por meio deste solicitar de V.S. atestar ao pé deste, para fins de obter redução de matrícula de sua filha NIZE PINTO DE OLIVEIRA, na Escola Normal Pedro II, se o mesmo é componente desta Corporação”. Por estar de acordo com o disposto no artigo 1º da Lei nº 190/1936, o pedido do funcionário público militar do Espírito Santo foi autorizado, cabendo ao pai da aluna Nize Pinto de Oliveira o pagamento de 50% da taxa de matrícula.

De acordo com Salim (2009), mesmo diante dos fatores que dificultavam o acesso da população ao ensino secundário (os poucos estabelecimentos públicos de educação secundária e a obrigatoriedade do pagamento da taxa de matrícula), há indicação de que nas primeiras décadas do século XX tenha ocorrido uma pequena aproximação entre as classes populares e as instituições desse nível de ensino,

[...] marcando o início do lento processo de expansão desse nível de ensino entre diferentes segmentos da sociedade e de mudança com a feição elitista herdada do Império. As inúmeras solicitações de isenção do pagamento das matrículas do Ginásio e da Escola Normal enviadas aos presidentes de Estados por famílias de baixa renda que desejavam matricular seus filhos nas duas instituições indicam que o ideal do ensino secundário começava a se difundir entre as classes populares (SALIM, 2009, p. 173).

A essa constatação acrescentamos que os pedidos de isenção de pagamento e de redução da taxa de matrícula mostram-se também como a solicitação de um direito previsto e garantido pela Lei estadual nº 190/1936.

Ainda no processo de análise das fontes encontradas, chamou-nos a atenção o fato de os requerimentos de matrículas, em sua maioria, apresentarem a religião das alunas (figura 15) e a opção<sup>61</sup> por frequentarem ou não as aulas de religião (figuras 16, 17 e 18), como os exemplos a seguir.

---

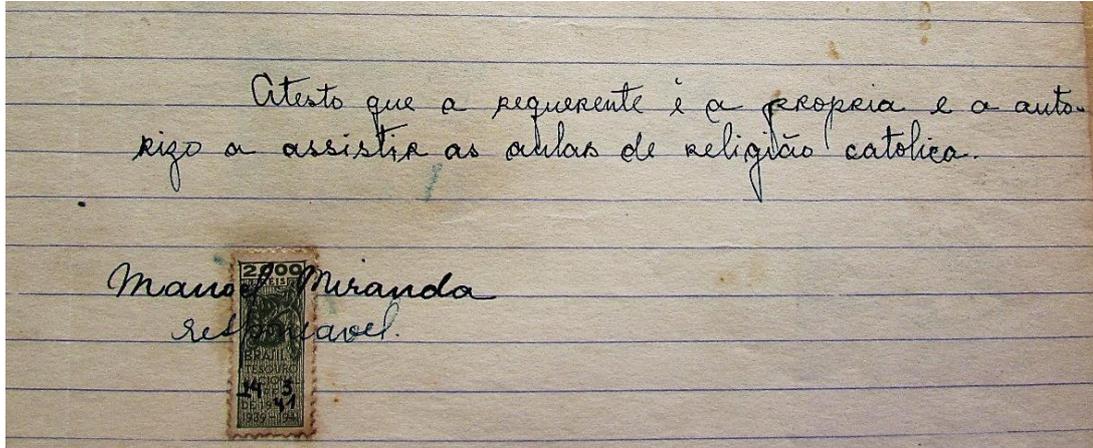
<sup>61</sup> Em algumas fontes, identificamos que a própria aluna requerente optou por assistir ou não às aulas de religião. Em outras fontes, a frequência a essas aulas aconteceu mediante a autorização do/a responsável da aluna.

Figura 15 - Requerimento de matrícula - declaração de religião



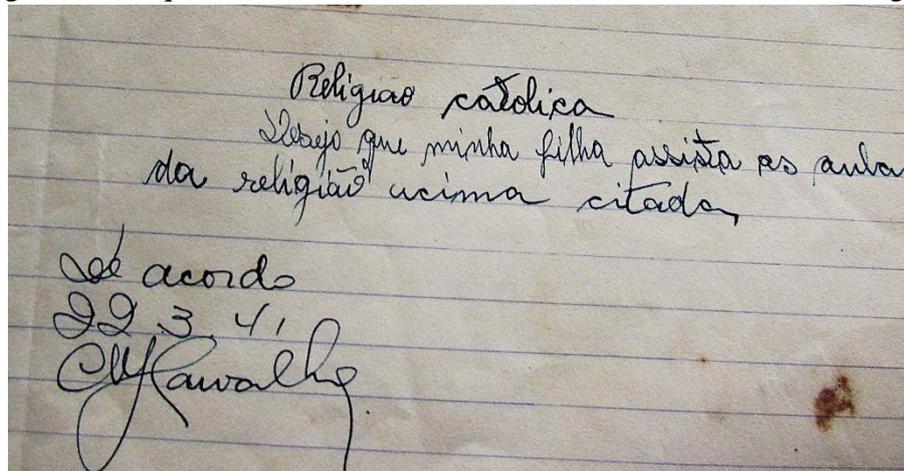
Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 16 - Requerimento de matrícula - autoriza assistir as aulas de religião católica



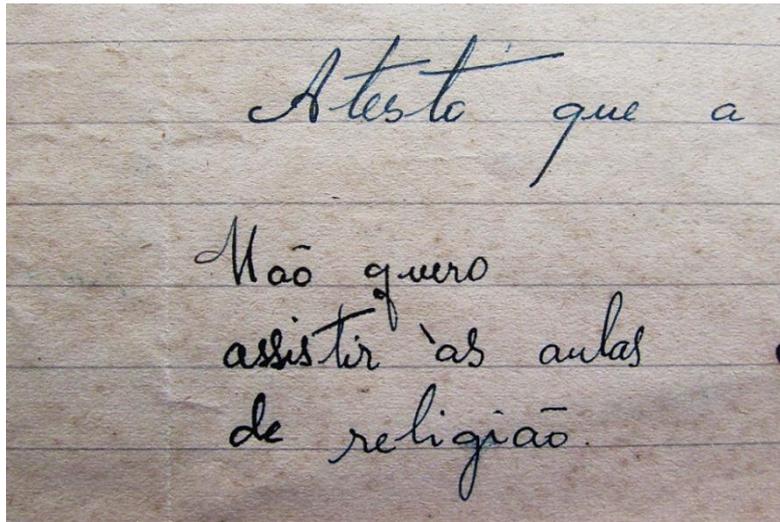
Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 17- Requerimento de matrícula- autoriza assistir as aulas de religião



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 18 - Requerimento de matrícula - não assistir às aulas de religião



Atesto que a  
Não quero  
assistir às aulas  
de religião.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Como dito, as informações sobre religião e autorização ou não para frequentar as aulas não foram identificadas em todos os requerimentos de matrícula, sendo assim pensamos não se tratar de uma obrigatoriedade. Recorremos à legislação em vigor para confirmarmos se havia alguma orientação quanto ao ensino religioso e encontramos, no texto da Reforma Capanema, o capítulo VI *Da educação religiosa* com a seguinte determinação:

O ensino de religião constitui parte integrante da educação adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica (BRASIL, 1942).

Sendo assim, entendemos que o ensino religioso não era obrigatório, podendo as instituições de ensino ofertarem ou não, e a frequência dos estudantes era facultativa. No entanto não podemos perder de vista a influência da religião na política brasileira, sobretudo da Igreja Católica no governo Vargas. Ao se aproximar do novo presidente, a Instituição conseguiu que a instrução religiosa voltasse às escolas públicas, por meio do Decreto nº 19.941<sup>62</sup>, de 30 de abril de 1931, estabelecendo que o ensino seria facultativo nos estabelecimentos educacionais de nível primário, secundário e normal, os quais garantiam aos alunos a possibilidade de dispensa no ato de matrícula (BRASIL, 1931b). Também a Constituição de 1934 mostrou-se favorável aos anseios políticos da Igreja Católica, mais especificamente no artigo 153: “O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá

<sup>62</sup> Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal.

matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (BRASIL, 1934). Porém tal influência política da Igreja começou a perder forças quando a Constituição de 1937, ao contrário do texto constitucional anterior, não trouxe previsão de cooperação do Estado com as instituições religiosas. Para o ensino religioso, a Constituição estabeleceu em seu artigo 133: “O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos” (BRASIL, 1937).

Levando em consideração o recorte temporal deste trabalho, durante o período estudado, as alunas do ensino secundário não tiveram em seu currículo obrigatório a disciplina de ensino religioso, por isso declarações como “Não quero assistir às aulas de religião” (figura 18) e “Desejo que minha filha assista às aulas da religião” (figura 17) foram recorrentes nos documentos consultados. Das 144 alunas identificadas: 79 optaram por frequentar as aulas de religião, 15 não foram autorizadas a frequentar e 50 não expressaram manifestação positiva ou negativa no requerimento da matrícula quanto a frequentarem as aulas.

Para efeito de melhor compreensão de como se dava a configuração religiosa no corpo discente do Curso Fundamental da EN Pedro II (GMO) elaboramos o quadro 9.

Quadro 9- Configuração religiosa do corpo discente

Alunas com religião declarada	103
Declararam-se católicas	89
Declararam-se protestantes/ evangélicas	04
Declararam-se espíritas	05
Declararam-se espíritas cristãs	04
Não declararam a religião	41

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos localizados no arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Ainda que o advento da República e a Constituição de 1891 tenham consagrado a separação entre a Igreja e o Estado, fazendo com que a religião católica deixasse de ser a religião oficial do Brasil, é inegável a permanência de sua tradição em diversos aspectos da sociedade brasileira, sobretudo nos espaços escolares, haja vista que, de acordo com o quadro 9, do total de 103 alunas com religião declarada, 89, ou seja, mais da metade, manifestaram professar a fé católica.

Em linhas gerais, o ensino secundário, pesquisado por este estudo, seguiu as diretrizes federais e estaduais no que tange aos critérios de acesso, tanto no período em que fora oferecido

sob a denominação de curso fundamental da EN Pedro II como quando passou a denominar-se Ginásio Maria Ortiz.

Apresentado o contexto de funcionamento da instituição de ensino, prosseguimos na análise do corpo discente que compunha o GMO. Para tanto, partimos dos seguintes questionamentos: meninos e meninas dividiam o mesmo espaço? Havia um público específico? Como se dava a configuração étnico-racial das alunas?

### 5.1 A COMPOSIÇÃO DO CORPO DISCENTE DO GMO

Ao iniciarmos a pesquisa pelo arquivo da escola, notamos que os documentos referentes ao corpo discente mencionavam apenas nomes femininos. No entanto não eram suficientes para confirmar a hipótese de que se tratava de uma instituição de ensino exclusivamente feminina. Foi então que, no terceiro dia de imersão no arquivo, localizamos uma espécie de relatório<sup>63</sup>, datado de 23 de setembro de 1943, assinado pelo Padre Osvaldo Rocha - Inspetor Federal do Ensino Secundário - destinado à D. Lucia Magalhães – Diretora de Divisão do Ensino Secundário.

Constam no relatório: os dados gerais da instituição, sua organização, direção, escrita financeira, estatuto, regime escolar, informações sobre as instalações do Ginásio (incluindo as condições do terreno), anexos referentes ao corpo docente em exercício (figura 19), estatística de aproveitamento (figura 20), mapa das aulas dadas (figura 21), condições das salas de aula (figura 22), quantitativo de matrículas (figura 23), instalações e materiais para a prática dos exercícios físicos (figura 24)<sup>64</sup>, horários das aulas<sup>65</sup>, material do Gabinete de Ciências<sup>66</sup>, livros existentes na biblioteca<sup>67</sup> e boletim de frequência<sup>68</sup>, enfim informações que auxiliam a compreensão do funcionamento do GMO.

---

<sup>63</sup> Relatório de Inspeção Escolar (1943).

<sup>64</sup> Sendo a disciplina de Educação Física repleta de ideais eugênicos, identificamos a partir da lista de materiais para a prática de exercícios físicos, uma série de instrumentos para medição dos corpos: espirômetro; quadro para medir estatura e envergadura; compasso cefalométrico; compasso para medir o tamanho do nariz; toeza, para aferir a estatura. Esses instrumentos tinham uma finalidade de padronização, de classificação dos indivíduos em grupamentos homogêneos e podem ajudar a compreender o modo como essas questões não somente orientavam as políticas educacionais, mas permeavam aquele espaço/tempo escolar. Para aprofundamento nesta questão, destaco o trabalho: *Nos domínios do corpo e da espécie: Eugenia e Biotipologia na constituição disciplinar da Educação Física*, de André Luiz dos Santos Silva (2012), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>65</sup> ANEXO C – Horário das aulas.

<sup>66</sup> ANEXO D - Relação do material do gabinete de ciências.

<sup>67</sup> ANEXO E - Livros existentes na biblioteca da escola normal Pedro II.

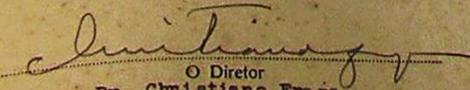
<sup>68</sup> ANEXO F - Boletim de frequência da 1ª série - mês de maio.

Figura 19 – Corpo docente em exercício

Ano letivo de 1943 TURMAS SUPLEMENTARES

**CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO**

SERIE	MATERIAS	NOME DO PROFESSOR PROFESSORES AUXILIARES	N.º REGISTRO	Reservado para o visto da Sec. de Registro
1a e 2a.	Português	Americo Menezes	158	D. Lusio Coimbra
1a. e 2a.	Latim	José Leão Nunes	--	
1a.	Francês	Rui Lórá	180	D. Lusio Coimbra
2a.	Francês	Silvia M <sup>e</sup> Silva Santos	13.254	
2a.	Inglês	Otávio Passos Costa	3.226	
1a. 2a.	Hist.Geral	Manoel Assumpção Botti	(aguardando registro)	
1a. 2a.	Geogra.Geral	Luiz E. Malisek	--	
1a. 2a.	Matematica	Arildo Lima	9.326	
1a. 2a.	Desenho	Rosalina Silva Almeida	11.838	
1a. 2a.	Canto	Ernesto Strébach	13.940	
1a. 2a.	Ed. Fisica	Rita Tosi Quintais	--	
Idem	Idem	Zilda Sodré	359	Div.Ed. Fisica
Idem	Idem	Maura Abaurre	360	" " "
Idem	Idem	Matilde Crema	379	" " "
1a.	Trab. Manuais	Dulce Simões Magalhães	--	
2a.	" "	Emma Pizzani	--	
1a. e 2a.	Canto	Iloa Vieira da Cunha	12.768	

  
 O Diretor  
 Dr. Christiano Fraga

Inspetor Federal  
 Padre Osvaldo Rocha

Figura- Lista de professores das turmas suplementares do Ginásio Maria Ortiz em 1943.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

Figura 20 – Estatística de Aproveitamento- 1942


**ESCOLA NORMAL "PEDRO II"**  
 OFICIAL  
 LEI 74 - 30 DE JUNHO DE 1936  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO**  
ANO LETIVO 1942

	1.ª Série	2.ª Série	3.ª Série	4.ª Série	5.ª Série	TOTAL
Numero de alunos . . . . .	67	73	52	45	49	286
Promovidos . . . . .	32	21	30	32	44	159
Promovidos, média <del>50</del> a <del>59</del> . . . . .	2	2	2	6	9	19
Promovidos, média <del>60</del> a <del>89</del> . . . . .	30	21	28	26	33	138
Promovidos, média <del>90</del> a <del>100</del> . . . . .	-	-	-	-	2	2
Não obtiveram média condicional . . . . .	-	-	-	-	-	-
Prestaram provas finais . . . . .	65	63	52	44	49	273
Prestaram exame de 2.ª época . . . . .	17	20	19	6	3	65
Habilitados em 2.ª época . . . . .	7	16	13	6	3	44
Promovidos com dependencia . . . . .	-	-	-	-	-	-
Porcentagem de promovidos (1.ª e 2.ª épocas)	58,20%	50,68%	82,69%	84,44%	97,97%	70,97%
Porcentagem de inhabilitados (1.ª e 2.ª épocas)	41,80%	49,32%	17,31%	15,56%	2,03%	29,03%

VISTO:

Diretor \_\_\_\_\_  
 Inspetor *[Assinatura]*  
 Secretário \_\_\_\_\_

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 21 – Mapa das aulas dadas – Mês de Maio de 1943

**GINASIO "MARIA ORTIZ"**  
**ESCOLA NORMAL "PEDRO II"**  
**OFICIAL**  
 LEI 74 — 30 DE JUNHO DE 1936  
 ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**MAPA DAS AULAS DADAS** MÊS DE MAIO DE 1943

CURSO FUNDAMENTAL Mês 31 de maio de 1943.

		DISCIPLINAS														
		Português	Francês	Inglês	Latim	História	Geografia	Matemática	Ciências	Física	Economia	Oficinas Domésticas	Trabalhos Manuais	Desenho	Ed. Física	Música
1.ª Série	N	16	11		12	7	8	12					13	8	8	7
	n	18	13		13	8	8	13					14	9	9	9
2.ª Série	N	12	10	12	12	7	8	12					8	7	8	7
	n	13	13	13	13	8	8	14					8	10	8	9
3.ª Série	N	12	11	12	16	8	8	12	12		0			4	8	4
	n	13	13	13	18	9	8	13	13		4			4	9	5
4.ª Série	N	12	11	12	16	7	7	12	12		0			4	8	4
	n	13	14	12	17	9	9	13	13		4			4	9	5
5.ª Série	N															
	n															

N = número total de aulas mensais segundo o horário.  
 n = número de aulas dadas.

VISTO:

Diretor  
 Dr. Cristiano Fraga

Inspetor Federal  
 Padre Osvaldo Rocha

Secretário  
 Maria José de Carvalho

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 22 – Condições das salas de aula

*Viçosa*  
*19 de Junho*  
*1958*

*Anexo nº 4*

DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL "PEDRO II"  
SALAS DE AULA

Salas	Nº de lugares	Dimensões - m	Area m <sup>2</sup>	Area de iluminação m <sup>2</sup>	Quadros Negros m <sup>2</sup>	Acustica	Carteiras
H. Natural	45	10,6 x 5,1	54,06	8,58	1,00	B6a	Individuais
1 - A	45	5,15 x 14,4	74,16	18,69	7,03	B6a	Idem
1 - B	45	5,15 x 4,9	25,13	5,35	11,45	B6a	Idem
3 - C	45	5,45 x 10,8	58,86	13,35	16,62	B6a	Idem
Sala de Desenho	45	5,45 x 10,8	58,86	13,35	14,43	B6a	Idem
9 - 2ª H	45	10,88 x 5,6	60,92	18,85	16,90	B6a	Idem
10 - 2ª B	45	10,88 x 5,6	60,92	18,85	14,41	B6a	Idem
11 - 3ª	45	11,20 x 6,55	73,36	26,39	14,52	B6a	Idem
12 - 4ª	45	11,20 x 6,55	73,36	26,39	14,41	B6a	Idem

Sala	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
H/ Natural Cine	6	10	10	5	10	10	10	10	8	8
1 - A	8	10	10	10	10	10	10	10	8	8
1 - B	2	10	10	10	10	10	10	10	8	8
3 - C	7	10	10	10	10	10	10	10	8	8
4 - Desenho	7	10	10	10	10	10	10	10	8	8
9 - 2ª H	8	10	10	10	10	10	10	10	8	8
10 - 2ª B	8	10	10	10	10	10	10	10	8	8
11 - 3ª	9	10	10	10	10	10	10	10	8	8
12 - 4ª	9	10	10	10	10	10	10	10	8	8
SOMA	64	90	90	85	90	90	90	90	72	72
MEDIA	7,1	10	10	9,5	10	10	10	10	8	8

Figura- Informações sobre as salas de aula (frente).  
Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL "PEDRO II"

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. \_\_\_\_\_

Anexo \_\_\_\_\_

SALAS DE AULA

Salas	Nº de lugares	Dimensões m	Area m <sup>2</sup>	Area de iluminação m <sup>2</sup>	Quadros negros m <sup>2</sup>	Acústica	Carteiras
H. Natural	45	10,6 x 5,1	54,06	8,58	1,00	B6a	Individuais
1 - A	45						

Figura- Informações sobre as salas de aula (verso).  
Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 23- Quantitativo de matrículas

 DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL "PEDRO II"

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. \_\_\_\_\_

Anexo \_\_\_\_\_ *Anexo nº 1*

M A T R I C U L A

ALUNAS DO GINÁSIO MARIA ORTIZ

1ª. SÉRIE - 118	Distribuída em três turmas (1ª. A - 1ª. B - 1ª. C)
2ª. SÉRIE - 69	Idem em 2 turmas (2ª. A - 2ª. B)
3ª. SÉRIE - 45	(Turma única)
4ª. SÉRIE - 45	(Turma única)
<u>T O T A L</u> - 277	

Vitória, em 28 - 9 - 1943

*[Handwritten Signature]*

V. GONCALVES ROCHA  
Inspetor Federal de Ensino Secundário junto  
ao Ginásio Maria Ortiz

Figura- Alunas matriculadas no GMO em 1943: 1ª série- 118 alunas distribuídas em três turmas (1ª A, 1ª B e 1ª C); 2ª série- 69 alunas distribuídas em duas turmas (2ª A e 2ª B); 3ª série- 45 alunas (turma única); 4ª série- 45 alunas (turma única). Total: 277 alunas.  
Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 24 – Instalações e materiais para prática de exercícios físicos

 DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL "PEDRO II"

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. ....

Anexo .....

*Anexo nº 6*  
*Ver Relatório*  
*Relat*  
*de S. Física*

INSTALAÇÕES E MATERIAL PARA PRÁTICA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS;

1 - Balança Filizola. -

1 - Tóesa para estatura e altura do busto. -

1 - Espirometro de água. -

1 - Quadro mural para envergadura. -

1 - Quadro mural para estatura. -

1 - Quadro mural para sentido muscular. -

1 - Compasso cefalométrico. -

1 - Compasso de conediça para medida do nariz. -

2 - 4 Pesos de base hexagonal de 5 quilos. -

2 - 8 Medicine- balls de 2 quilos. -

3 - 9 Medicine- balls de 3 quilos. -

7 - Cordas de 1 e meio metro. ?

1 - 3 Bola de Volley - ball.

5 - Bandeirolas. - ??

6 - 24 Bastões para revezamentos. ??

1 - Compasso de espessura. -

1 - Rede de Volley-ball. +

1 - Dardo (para arremesso.) +

1 - Disco (para arremesso.) +

1 - Pêso para arremesso. ? ?

MATERIAL DE CAMPO:

1 - Pórtico. +

2 - 2 Caixas para saltos de altura e distancias +

1 - 2 Aparelho para salto em altura. +

2 - 2 <sup>vas</sup> Bolas duplas. +

1 - 2 Trave +

1 - Alvo para arremesso. +

*Visto*  
*Prof. Augusto*  
*Impetor*

Tipografia da Secção de Aprestamento Escolar

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

No referido relatório, localizamos, no tópico *Organização*, a resposta para a pergunta: o corpo discente do GMO era composto somente por meninas?

O Ginásio em apreço é estabelecimento de instrução e educação do Governo do Estado, subordinado, conseqüentemente, à Secretaria de Educação e Saúde Pública. Nele, são matriculadas, apenas, meninas, o que constitui a seção feminina do Ginásio Oficial do Estado. (RELATÓRIO..., 1943).

Diante do exposto, recorremos à legislação, a fim de compreendermos se a informação relatada com relação ao corpo discente do GMO era uma exceção ou se estava em conformidade com as orientações federais e estaduais de ensino.

Enquanto a Reforma Francisco Campos não orienta especificamente quanto à educação feminina, na Reforma Capanema localizamos o *Título III- Do ensino secundário feminino*, que estabelecia o seguinte:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginasial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, 1942).

Capanema, ainda em 1937, insistia na diferenciação rígida dos papéis sociais dos dois sexos e, conseqüentemente, em sua separação dentro do sistema educacional. Esta atitude implicava, em sua versão extrema, um ensino diferente para homens e mulheres, e em sua versão mais branda, uma oposição total à coeducação (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

A diferenciação entre homens e mulheres também se fez presente no cenário educacional capixaba, especialmente no currículo da EN Pedro II. De acordo com Lauff (2018), o Decreto n.º 11.625, de 28 de fevereiro de 1940, reservou o curso fundamental da Escola Normal aos alunos do sexo feminino, transferindo os do sexo masculino para o Ginásio do Espírito Santo, sendo essas medidas adotadas nos dois estabelecimentos oficiais, a Escola Normal Pedro II (figura 25) e o Liceu Muniz Freire<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> O Ginásio Muniz Freire, com sede em Cachoeiro de Itapemirim, foi autorizado pelo Presidente Getúlio Vargas a funcionar como colégio em 1942, por meio do Decreto-lei n.º 4.245, de 9 abril de 1942. A denominação do

Figura 25 - Escola Estadual Maria Ortiz (antiga EN Pedro II e GMO)



Fonte: Biblioteca do IBGE.

A partir desse Decreto e por consideramos que “[...] faz parte da miséria do homem o não poder conhecer mais do que fragmentos daquilo que já passou [...] e faz parte da sua [...] força poder conjecturar para além daquilo que pode saber” (GINZBURG, 1991, p. 197), compreende-se o expressivo número de matrículas de alunas transferidas do GES, indicadas no quadro 10.

Quadro 10- Vínculo com a Instituição de Ensino

<b>Vínculo com a Instituição de Ensino</b>	
Alunas transferidas do Ginásio do ES	54
Alunas transferidas do Colégio N.S. Auxiliadora	15
Alunas transferidas de outras escolas	19
Alunas não transferidas	55
Alunas sem indicação da instituição de origem	01
<b>Total de alunas identificadas</b>	<b>144</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos localizados no arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Sendo a transferência um processo previsto nas reformas educacionais de 1931 e 1942, temos que: do total das 144 alunas identificadas, 88 chegaram ao curso secundário anexo à EN Pedro II (GMO) transferidas de outras instituições, com destaque para o Ginásio do Espírito Santo, cujo corpo discente passou a ser composto somente por meninos. Explica-se, então, o motivo de não termos identificado no arquivo da antiga EN Pedro II e GMO nenhuma documentação referente ao corpo discente masculino, o que nos leva a acreditar que, com a transferência dos meninos para o GES, a documentação deles também tenha sido transferida, passando a integrar o acervo dessa instituição. Compreendido que, no período estudado por este

---

estabelecimento de ensino secundário passou a ser Colégio Estadual Muniz Freire. Atualmente é conhecido como Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Liceu Muniz Freire. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=437896>. Acesso em: 04 ago. 2021.

trabalho, o GMO era composto somente por alunas, avançamos para a verificação da composição étnico racial desse corpo discente.

As fontes localizadas no arquivo da escola foram os fios que nos conduziram com o objetivo de farejar indícios e sinais (GINZBURG, 1989) reveladores da presença ou ausência das alunas negras no GMO. Dentre a documentação localizada, analisamos 122 fotografias de tamanho 3x4 e 64 atestados de vacinação e saúde. Inicialmente, identificamos nas caixas do arquivo da EEEM Maria Ortiz documentos escolares contendo informações sobre a trajetória estudantil das meninas, incluindo os boletins anuais. No entanto esses documentos não nos forneceram pistas sobre a cor/raça das alunas. Foi então que localizamos as fotografias 3x4<sup>70</sup> anexas aos requerimentos de matrícula, cuja análise possibilitou a identificação inicial de alunas negras.

Figura 26 – Fotografia 3x4 da aluna Iracema da Silva



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 27 – Fotografia 3x4 da aluna Nirma de Souza



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

<sup>70</sup> Ainda que as fotografias não sejam coloridas, o excelente estado de conservação nos permitiu a análise da cor/raça das alunas, além de possibilitarem uma possível classificação a partir da análise das características fenotípicas, sendo peças-chave para as conjecturas quanto à composição étnico-racial do corpo discente do Ginásio.

Figura 28 – Fotografia 3x4 da aluna Marinette Soares de Souza



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 29 – Fotografia 3x4 da aluna Norma Oliveira de Freitas



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Ainda que tenhamos o olhar e a consciência racial de um século à frente das fontes analisadas, entendemos que as alunas Iracema da Silva (figura 26), Nirma de Souza (figura 27), Marinette Soares de Souza (figura 28) e Norma Oliveira de Freitas (figura 29) pudessem ser identificadas como negras ou pretas, a partir da análise dos principais traços fenotípicos – cor da pele, características da face e textura do cabelo.

A cada fotografia localizada procedemos imediatamente à análise dos traços fenotípicos das alunas e então identificamos um total de 35 meninas com traços negroides e que, possivelmente, teriam outra cor no registro de seus documentos.<sup>71</sup>

Por entendermos, assim como Ginzburg (1989), que os saberes indiciários constituídos entre pistas, indícios e sinais tornam visíveis detalhes aparentemente negligenciáveis da realidade pesquisada, procuramos dar visibilidade a essas alunas<sup>72</sup>, a partir de informações encontradas em documentos dispersos que escondiam a identidade e trajetória de cada uma delas. Afinal,

Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares. Existe, antes de mais nada, o nome; mas, quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identidade de um indivíduo (GINZBURG, 1989, p. 171-172).

<sup>71</sup> Ver Apêndice E - Cor nos atestados de vacinação x traços fenotípicos nas fotos.

<sup>72</sup> Seleccionamos 13 alunas, dada a inviabilidade de procedermos à descrição das 144 alunas identificadas. Para o processo de escolha, priorizamos inicialmente as alunas identificadas/classificadas como: negra, parda, preta, morena e mestiça.

As fontes informam que a aluna Iracema Ribeiro da Silva nasceu no dia 10 de março de 1927, natural do Espírito Santo<sup>73</sup> e residente no bairro Chácara do Cattete, localizado na capital Vitória. Em 1939, aos 12 anos de idade, realizou o exame de admissão no GES, local em que cursou a 1ª série do Curso Fundamental, no mesmo ano. Já em 1940, foi transferida para o Curso Fundamental anexo à EN Pedro II e cursou da 2ª a 4ª séries. Por fim, em 1943, solicitou transferência e retornou ao GES. Quanto à religião, a aluna declarou ser espírita, mas em sua solicitação de matrícula não consta se frequentou as aulas de religião<sup>74</sup>. Ao analisarmos os traços fenotípicos, observamos que o cabelo da aluna parece ter sido cuidadosamente penteado, especialmente se observarmos a raiz que está presa, o que nos leva a pensar que pode ser um penteado de época<sup>75</sup>, quando não era usual soltar o cabelo em público sendo mulher, branca ou negra, mas também pode ser uma possibilidade de ocultar o real volume e formato dos fios. Ou seja, o quesito textura do cabelo revela-se frágil e insuficiente para aproximarmos alguém a determinada cor, neste e nos demais casos em que as alunas estão com o mesmo penteado. Por isso, recorreremos à cor da pele, traço esse que nos revela muito mais a negritude e não a branquitude de Iracema Ribeiro da Silva.

Nirma Vieira de Souza, natural do Espírito Santo, nasceu no dia 24 de outubro de 1925 e residia no centro da capital Vitória, na rua Aristides Freire. Não localizamos informações sobre o ano em que realizou o exame de admissão, mas as fontes indicam que, em 1940, foi transferida do GES para o Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, onde permaneceu até 1942, cursando da 3ª a 5ª séries. Apesar de não ter declarado a denominação religiosa no requerimento de matrícula, foi autorizada pelo responsável a frequentar as aulas de religião. As fontes indicam ainda que, em 1950, a aluna retornou à instituição (nessa época denominada GMO) para solicitar a ficha de comprovação de que cursou a 5ª série no referido educandário, com a finalidade de prestar vestibular na Faculdade de Odontologia. Quanto à análise fenotípica da aluna, identificamos sua negritude a partir da cor de sua pele e dos traços faciais, sobretudo os lábios. Tendo em vista a fragilidade da análise da textura do cabelo para aproximá-la a

---

<sup>73</sup> Foi também em busca da identidade das alunas que procuramos identificar se todas eram naturais do Espírito Santo e se moravam na cidade de Vitória. As fontes indicaram que também estiveram no GMO meninas de outras regiões. Quanto ao município de residência, não identificamos nas fontes o endereço de 07 alunas, as demais estiveram distribuídas na atual região metropolitana de Vitória. Ver Apêndice D.

<sup>74</sup> O capítulo VI *Da educação religiosa* determinava, em seu artigo 21, que: “O ensino de relação constitui parte integrante da educação adolescência, sendo lícito aos estabelecimentos de ensino secundário incluí-lo nos estudos do primeiro e do segundo ciclo. Parágrafo único. Os programas de ensino de religião e o seu regime didático serão fixados pela autoridade eclesiástica” (BRASIL, 1942).

<sup>75</sup> O período compreendido por este trabalho (assim como outros períodos da história do Brasil) foi marcadamente caracterizado pela moral e pelos bons costumes. A maioria das alunas investigadas apareceram com o cabelo preso nas fotos 3x4.

determinada cor, destacamos que os fios parecem ter uma textura lisa (ou alisada), ainda que na foto apareçam parcialmente presos.

Marinette Soares de Souza, residente no bairro Santo Antônio, localizado na capital, nasceu no Espírito Santo no dia 21/06/1924. Realizou o exame de admissão em 1938, no GES, e dois anos depois foi transferida para o curso anexo à EN Pedro II, onde permaneceu até 1943, quando cursou pela segunda vez a 4ª série. No requerimento de matrícula, a aluna declarou ser de religião espírita e optou por não frequentar as aulas de religião. Quanto à sua negritude, destacamos os traços faciais - lábios e nariz -, a cor de sua pele e a aparente textura natural do cabelo que, embora esteja parcialmente preso, permite-nos aproximá-lo do crespo, quando olhamos atentamente para os fios soltos.

A aluna Norma Oliveira de Freitas, também natural do Espírito Santo, nasceu no dia 14/06/1921 e era moradora do centro da capital. Realizou o exame de admissão no GES, porém não localizamos em sua documentação a identificação do ano. O que conseguimos apurar é que, em 1940, foi transferida do GES para o curso anexo à EN Pedro II, onde estudou da 3ª até a 5ª séries. Declarou ser católica, mas em sua solicitação de matrícula não consta se optou ou foi autorizada a frequentar as aulas de religião. Quanto à sua negritude, destacamos a cor de sua pele e os traços dos lábios e do nariz. Diferentemente das alunas apresentadas anteriormente, o cabelo de Norma Oliveira de Freitas está completamente preso, impossibilitando-nos conjecturar sobre a possível textura dos fios.

No entanto, em mais uma de suas contribuições, Ginzburg (2002, p. 44) ressalta que as fontes não são “[...] janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes” e, por realizarmos um trabalho guiado pelo método indiciário, não poderíamos afirmar que efetivamente as quatro alunas indicadas, embora de negritude aparente, de fato tenham sido registradas como tais, sobretudo para efeito dos registros oficiais do Ministério da Educação e Saúde. Sendo assim, haveria a necessidade de localizarmos registros escritos para então procedermos ao entrecruzamento das fontes e confirmarmos a compatibilidade ou não entre os documentos.

Prosseguimos em busca de outra tipologia documental que pudesse fornecer informações sobre a cor/raça do corpo discente do curso secundário, até que localizamos os atestados de vacinação, nos quais havia um campo denominado “cor”. Ao que tudo indica, por

não haver qualquer espécie de lista com quesitos para os responsáveis<sup>76</sup> pelo preenchimento dos atestados definirem a cor das pacientes (como uma espécie de lista de checagem), as classificações registradas poderiam variar de acordo com a opinião de cada profissional, ou autodeclaração da paciente ou, ainda, seguir a cor declarada na certidão de nascimento, além de outras possibilidades. Sendo assim, chegamos à configuração racial das alunas do curso secundário indicada no quadro 11.

Quadro 11 – Cor das alunas de acordo com os atestados de vacinação

Cor	Nº de atestados
Preta	01
Mestiça	01
Morena	11
Parda	06
Branca	45
<b>Total</b>	64

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos do arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Em um movimento semelhante, na busca pelas fontes, Forde (2016) não identificou nos documentos de Governo referentes à educação informações quanto à categoria racial:

Ao examinar as Propostas, Planos e Orientações Curriculares produzidos pela Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (ou órgão correlato), referentes ao período que abrangeu os anos 1930 e os anos 1950, identificou-se certo padrão dispensado à categoria raça nos documentos de Governo. Da década de 1930 até a de 1960, foram encontrados dois comportamentos distintos: de um lado, a explicitação da questão raça/cor nos documentos de saúde e segurança pública; e de outro, lado a invisibilização da questão raça/cor nos documentos educacionais. A quase totalidade dos documentos compreendidos entre os anos 1930 e 1960, portanto, anteriormente ao recorte desta pesquisa, trata de Relatórios e Mensagens de Governos. Localizou-se apenas um documento desse período referente a Programas de Ensino. (FORDE, 2016, p. 89).

Também, ao analisar o Relatório<sup>77</sup> apresentado no fim da década de 1930 ao Governo do Estado e ao Departamento Nacional de Saúde Pública, confirmou-se um certo padrão de comportamento quanto ao uso do quesito cor/raça, mobilizado para assuntos de saúde e segurança e dispensado para os assuntos escolares.

[...] os indicadores acerca do número de doentes, número de consultas/exames e injeções/vacinas por cidade; descreve o perfil dos leprosos indicando a procedência, a nacionalidade, o sexo, a cor, o estado civil etc. No que se refere à cor dos doentes,

<sup>76</sup> Não possuímos informações suficientes capazes de nos revelar a categoria profissional dos responsáveis pelo preenchimento dos atestados de vacinação. O que podemos supor é que a assinatura e o preenchimento do documento eram realizados por pessoas distintas, ao levarmos em consideração a aparente diferença da caligrafia.

<sup>77</sup> Assinado pelo Dr. Pedro Fontes, chefe do Serviço de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas no Estado do Espírito Santo.

o relatório utiliza as categorias de cor branca, preta, parda e não determinada, que sinalizam indícios da *importância* ocupada pelo par cor/raça no debate da Saúde e Higienização Pública. (FORDE, 2016, p. 90).

Assim como o autor, apenas localizamos referência explícita ao quesito cor nos indicadores que tratam de saúde pública, ou seja, nos atestados de vacinação. Tal realidade pode ser explicada se levarmos em consideração o contexto das primeiras décadas do século XX, fortemente marcado pela influência das teorias raciais e eugênicas. E embora se tratem de documentos de saúde, não foi preciso recorreremos às instituições públicas de saúde para localizá-los, pois se encontravam no arquivo da escola, juntamente com os demais documentos estudantis das alunas do antigo GMO. A apresentação do atestado de vacinação antivariólica era quesito obrigatório para a realização da matrícula nas instituições de ensino secundário, no período em que as reformas Francisco Campos<sup>78</sup> e Capanema<sup>79</sup> estiveram em vigor.

No universo de 144 alunas, localizamos 64 atestados, nos quais 45 são classificadas como *brancas*, o que nos leva a pensar que o corpo discente do GMO era composto majoritariamente por meninas de pele clara. No entanto não podemos tratar aqui das alunas negras como ausência, muito pelo contrário. Ao levarmos em consideração a composição miscigenada da população brasileira, temos nas classificações *parda*, *preta*, *mestiça* e *morena* um total de 19 alunas. Embora o termo *negra* não tenha aparecido explicitamente nos registros dos atestados de vacinação, acreditamos, assim como Fonseca (2007), que o conceito de negro seja produto de uma construção teórica que se liga às experiências sociais vivenciadas entre o final do século XIX e o século XX, tendo em vista o raro emprego do termo negro antes desse período, sendo substituído por uma pluralidade de denominações, como pretos, pardos, crioulos, cabras, mulatos, mestiços, africanos etc. Sendo assim, pensamos que alunas negras fizeram-se presentes naquele local, não eram a maioria, mas estavam devidamente matriculadas e frequentavam o curso secundário.

Diante não mais de uma conjectura, mas sim da confirmação de que alunas negras ocuparam também o espaço do GMO, pretendemos contribuir para a historiografia da educação capixaba ao apresentarmos mulheres negras enquanto sujeitos ativos da história. Nessa linha de pensamento, destacamos as contribuições de Fonseca (2007), quando problematiza as formas de abordagens sobre a população negra e contesta a maneira como foram tradicionalmente tratadas nos processos de escrita da história. Para o autor, a condição dos negros como sujeitos

---

<sup>78</sup> Artigo 18 do Decreto nº 19.890/1931.

<sup>79</sup> Artigo 31 do Decreto-lei nº 4.244/1942.

foi absolutamente desconsiderada “[...] em favor da descrição de um quadro que delimitava lugares sociais muito precisos para eles enquanto grupo racial” (FONSECA, 2007, p. 14).

Ainda que o anseio deste trabalho fosse o de confirmar a presença de alunas negras no GMO, não há como negar o receio de não identificá-las nas fontes. Possivelmente isso se explica pelas narrativas das produções no campo da história da educação que, embora esteja sofrendo transformações, continua a conviver com uma visão tradicionalmente construída sobre a população negra. O que para Fonseca (2007) pode ser constatado a partir da forma como a história da educação tratou a relação entre os negros e a escola que, em geral, é concebida como um espaço onde a presença deles é considerada praticamente nula, ou algo esporádico e casual.

Se analisarmos as fontes com olhares contemporâneos, possivelmente o quantitativo de alunas negras seria maior; a classificação morena seria convertida em preta ou negra; a mestiça em indígena; algumas brancas seriam pardas e outras pardas seriam pretas. No entanto devemos levar em consideração que estamos tratando de um determinado período histórico, em que as discussões em torno da temática racial apresentavam outros contornos.

No período estudado, dentre outras questões, observamos um nacionalismo latente, articulado à expectativa de construção de uma nova identidade nacional. De acordo com Dávila (2006, p. 21),

Os dirigentes da educação pública no Brasil na primeira metade do século XX não impediram alunos de cor de frequentarem suas escolas. Ao contrário, entre 1917 e 1945, eles se empenharam em uma série de expansões do sistema escolar e em projetos de reforma que visavam a tornar as escolas públicas acessíveis aos brasileiros pobres e não brancos que, na virada do século, eram, em sua ampla maioria, excluídos da escola. Esses educadores buscavam ‘aperfeiçoar a raça’ – criar um ‘raça brasileira’ saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista.

Dessa maneira, embora no período contemplado por este trabalho os negros não fossem proibidos de acessar os espaços escolares, devemos considerar as intenções governamentais de “incluir-los” nos espaços públicos no sentido de “suavizar” as diferenças étnicas em prol da construção de um Brasil coeso, forte e unido.

Considerando o contexto descrito, as fontes analisadas nesta pesquisa apontam incompatibilidades entre a cor indicada nos registros de saúde, nos registros fotográficos e nos documentos de matrícula em geral.

Conforme o exposto no quadro 11 e levando em consideração que os atestados de vacinação utilizados como fontes datam das décadas de 1930 e 1940, observamos que as denominações utilizadas para classificar a cor das alunas foram: branca, preta, parda, morena e mestiça. Seria essa a classificação utilizada nos levantamentos públicos de recenseamento? Que

relação pode ser estabelecida entre essas classificações e as definições de cor baseadas na aparência física das estudantes?

Para Dávila (2006, p. 43), “[...] um dos desafios metodológicos constantes enfrentados pelos estudiosos da raça no Brasil é desenvolver uma linguagem para discutir as categorias raciais”. Pensando nessa dificuldade e acreditando na possibilidade de nuances quanto à definição da cor das alunas, estendemos o debate para além dos muros da escola, pois entendemos que se trata de uma questão social ampla, uma vez que “[...] a forma como segmentos da sociedade são classificados, do ponto de vista dos traços físicos, condiciona a trajetória de vida de cada indivíduo, podendo resultar em estigmas e desvantagens para uns e capital social para outros” (PETRUCCELLI, 2013). Nessa perspectiva, pode-se compreender a incompatibilidade de informações identificadas nos registros civis, se confrontadas com a cor aparente da pessoa, no nosso caso, especialmente, entre as fotografias e os documentos de saúde, pois assumir sua cor ou classificar a cor do outro significa enquadrar a si ou outra pessoa em determinado setor social que pode lhe trazer vantagens ou desvantagens.

Percorrendo os dados das estatísticas públicas oficiais sobre a constituição racial brasileira, identificamos, na publicação do IBGE *Características Étnico-raciais da População – Classificações e identidades* (2013), o histórico da classificação racial no Brasil, tendo como início o ano de 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento. Mas, antes de explorarmos as categorias de cor propriamente ditas, trataremos da questão terminológica relativa à descrição da aparência ou traços físicos das características raciais dos indivíduos. De acordo com Petrucelli (2013), no período da escravidão, quando havia fuga de algum escravizado, os seus “donos” publicavam anúncios de busca com a descrição física com riqueza de detalhes, do tipo: nuanças de cor de pele, dos cabelos, cicatrizes, falta de algum membro, dentre outras características. Como exemplo de tais anúncios, temos na figura 30<sup>80</sup> a caracterização física detalhada de dois escravizados fugidos, de acordo com seu “dono”: preto e preto folha, altura regular, sem barba, desdentado, somente dois dedos na mão direita, caroço nas costas e pernas finas.

---

<sup>80</sup> Disponível em: <https://www.propagandashistoricas.com.br/2018/04/anuncio-de-escravos-fugidos.html>. Acesso em: 13 out. 2021.

Figura 30 - Anúncio de escravos fugidos (1886)

**Fugiram**

da fazenda da Boa Vista de Pirassununga no dia 20 do corrente os escravos seguintes :

Simão 25 annos, preto, altura regular, sem barba e desdentado, tendo na mão direita só do's dedos indicador e pollegar, e um caroço nas costas do lado esquerdo.

Gregorio 25 annos, preto folla, sem barba, falta de dentes na frente, e pernas finas.

Quem os entregar na referida fazenda a Manoel Francisco da Silveira será gratificado com cem mil réis de cada um.

Pirassununga, 29 de Junho de 1886.

3-3                      Manoel Francisco da Silveira.

Fonte: Propagandas históricas.

Nessas circunstâncias, o primeiro recenseamento realizado no Brasil (1872) cristalizou um sistema de classificação da cor tendo como categorias: preto, branco, pardo e caboclo. No segundo recenseamento, realizado em 1890, o termo pardo foi substituído por mestiço, caracterizando um momento em que doutrinas racistas ganhavam força e os traços aparentes (fenótipo) davam lugar à ideia de misturas, de mestiçagem (PETRUCCELLI, 2013). Os recenseamentos de 1900 e 1920 não incluíram a classificação racial e o previsto para 1910 deixou de ser efetuado, refletindo um

[...] período contaminado por um sentimento de inferioridade na sociedade, como já foi referido, a partir das expressões de alguns estudiosos que enxergavam a composição da sociedade brasileira, com seu legado africano e indígena à luz das ainda hegemônicas doutrinas racistas, provavelmente foi escolhida a ignorância à verificação da presença destas matrizes (PETRUCCELLI, 2013).

Após 1920, o censo seguinte aconteceu em 1940, dessa vez incluindo uma nova categoria – amarela – para dar conta da imigração japonesa. Sendo assim, em 1940, o recenseamento apresentou como categorias raciais: branco, preto e amarelo. Mas a instrução de preenchimento orientava que qualquer resposta do entrevistado diferente dessas três categorias deveria ser lançada. Chama-nos a atenção o fato de que esse censo não apresentasse a categoria *parda* ou outra referente à *mestiçagem*, conforme os levantamentos realizados anteriormente. Somente nos censos de 1950 e 1960, o termo *parda* foi reincorporado à categorização de cor, ficando da seguinte forma: branco, preto, amarelo e pardo. Em 1970, a pergunta foi excluída do levantamento, retornando nos censos de 1980 e 1991, os quais mantiveram a classificação a partir das quatro opções. No ano de 2000, identificamos as cinco categorias utilizadas ainda

hoje – branca, preta, amarela, parda e indígena – as quais constam no último censo demográfico, realizado em 2010. Para melhor visualização dos dados, elaboramos o quadro 12.

Quadro 12- Cor da população de acordo com os censos do IBGE

Censo - Ano	Grupos étnico-raciais identificados
1872	Branco – Preto – Pardo - Caboclo
1890	Branco – Preto – Mestiço - Caboclo
1900	Não foi incluída a classificação racial
1910	Não houve levantamento censitário
1920	Não foi incluída a classificação racial
1930	Não houve levantamento censitário
1940	Branco - Preto - Amarelo
1950/1960/1980/ 1991	Branco - Preto – Amarelo - Pardo
2000/2010	Branca - Preta – Amarela – Parda - Indígena

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações apresentadas por Petrucelli (2013).

Diante das informações apresentadas nos quadros 11 e 12, percebemos que a classificação utilizada nos atestados de vacinação – branca, preta, parda, morena e mestiça – correspondem aos termos dos censos anteriores, uma vez que não haviam sido atualizados. Além disso, na década de 1930, não houve levantamento censitário e, na década de 1940, o IBGE utilizou apenas três possibilidades de classificação: branco, preto e amarelo. Com isso conseguimos responder ao questionamento levantado anteriormente quanto a correspondência das nomenclaturas presentes nas fontes e as nomenclaturas oficiais dos censos. Em seguida trataremos da correspondência entre as classificações dos atestados e a aparência física das alunas, a partir das suas fotografias.

Recorremos à discussão levantada por Viana (1938) em torno das tentativas dos estudiosos determinarem o tipo puro (genótipo) e o tipo aparente (fenótipo) dos brasileiros, “[...] ha, com effeito, duas especies de branco: o branco puro (genotypo) e o branco aparente, isto é, o mestiço brancoide, de aspecto aryano (phenotypo). O mesmo se dirá do negro: ha o negro puro e o mestiço (mulato) negroide” (VIANA, 1938, p. 233). De acordo com o autor, importa mais para as conclusões sociológicas determinar o tipo aparente dos indivíduos. Também para este trabalho importará identificarmos o tipo aparente das alunas e, para isso, realizaremos a análise atenta aos detalhes das fotografias, reduzindo as escalas de observação, pois ao alterarmos a grandeza de observação, fenômenos que até então eram considerados como bastante descritos e compreendidos podem assumir novas interpretações.

De acordo com Levi (1992, p. 155), “[...] a redução da escala é uma operação experimental justamente devido a esse fato, porque ele presume que as delineações do contexto e sua coerência são aparentes, e revela aquelas contradições que só aparecem quando a escala de referência é alterada”. Guiadas por essa razão tomaremos como ponto de partida os detalhes

fenotípicos das alunas revelados da verificação dos caracteres físicos, como: cor da pele, textura dos cabelos, cor dos olhos, espessura dos lábios, formato do nariz. Em seguida, faremos a comparação com a cor definida nos documentos de saúde e nos registros de nascimento, pois, como propõe Revel (2010, p. 438), variar a focalização de um objeto não se refere apenas a aumentar ou diminuir “seu tamanho no visor”, mas, sobretudo, a “modificar sua forma e sua trama”.

Por acreditarmos, assim como Bloch (2001, p. 79), na quase infinitude da diversidade dos testemunhos históricos e que “[...] tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”, trazemos à luz desse debate os possíveis efeitos do pensamento eugênico na definição da cor das alunas a partir dos atestados de vacinação. Tendo em vista a influência eugênica nas pautas de saúde e educação no período estudado, trabalhamos com a possibilidade de as informações constantes nos documentos de saúde do corpo discente do curso secundário refletirem a tendência que se procurava ter para a construção de uma nova identidade nacional<sup>81</sup>, especialmente no governo Vargas.

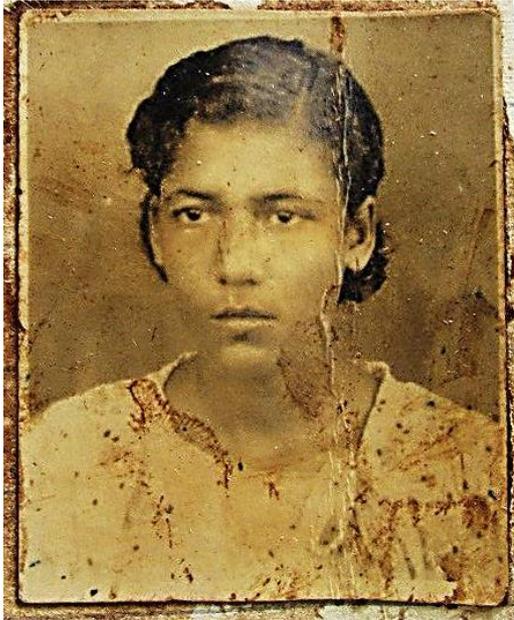
Acrescentamos às fotos 3x4 e aos atestados de vacinação, outras informações pessoais das alunas como: data e local de nascimento, endereço domiciliar, trajetória estudantil, religião dentre outros dados levantados a partir dos documentos disponíveis no arquivo da EEEM Maria Ortiz, por acreditarmos que o “espetáculo da busca” (BLOCH, 2001, p. 83) também compõe a narrativa do historiador, uma vez que “[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise”.

Iniciamos com a aluna Cecília Ferreira Bispo (figura 31), nascida no dia 12 de janeiro de 1920, natural de Goiabeiral/ES e residente no bairro Maruípe, localizado na capital Vitória. Realizou o exame de admissão aos 17 anos de idade, em 1937, mesmo ano em que tomou a vacina contra a varíola, conforme o atestado de vacinação (figura 32) exigido no processo da matrícula escolar. Iniciou seus estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II no ano de 1938, onde cursou os 5 anos do ensino secundário, finalizado em 1942. Quanto à religião, a aluna declarou ser católica, mas em sua solicitação de matrícula não consta se optou ou foi autorizada a frequentar as aulas de religião.

---

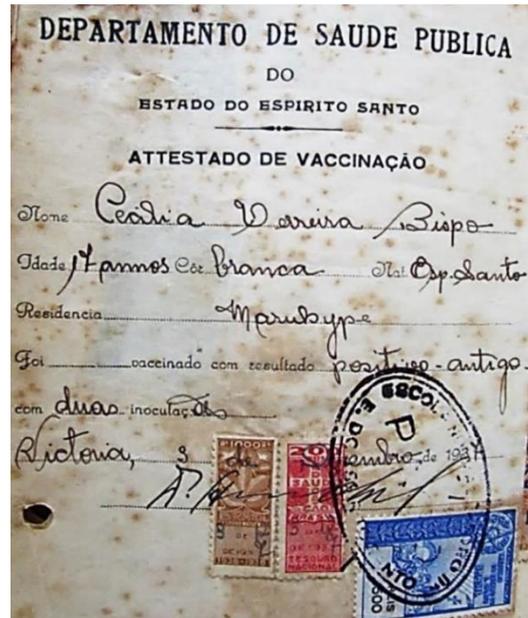
<sup>81</sup> De acordo com Munanga (2008), o processo de formação da identidade nacional no Brasil recorreu aos métodos eugenistas visando o embranquecimento da sociedade.

Figura 31 – Fotografia 3x4 da aluna Cecília Ferreira Bispo



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 32 – Atestado de vacinação da aluna Cecília Ferreira Bispo

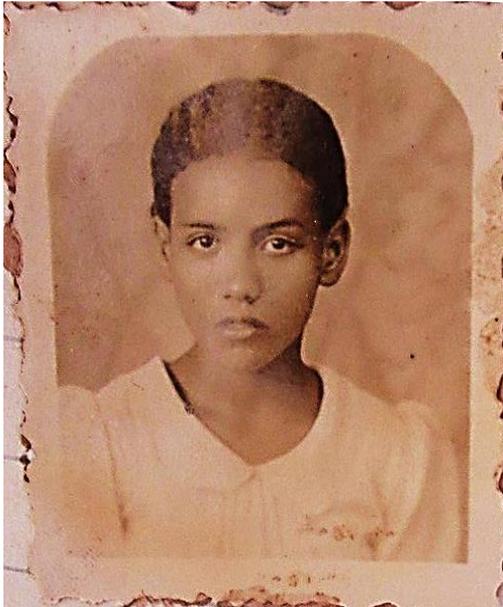


Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Ao compararmos a cor registrada no atestado de vacinação e a cor aparente observada na fotografia, percebemos a incompatibilidade das informações. Se nos atentarmos aos principais traços fenotípicos de Cecília Ferreira Bispo – cabelo e cor da pele - podemos aproximá-la mais de uma definição negra do que branca. O cabelo segue o penteado utilizado pelas alunas identificadas anteriormente, então o fato de a aluna aparecer na foto com o cabelo preso pode configurar uma tentativa de ocultar a textura e o volume dos fios, mas também pode refletir padrões estéticos dominantes no período investigado. Já o tom de pele revela-nos muito mais sua negritude e não sua branquitude, como consta em seu atestado de vacinação.

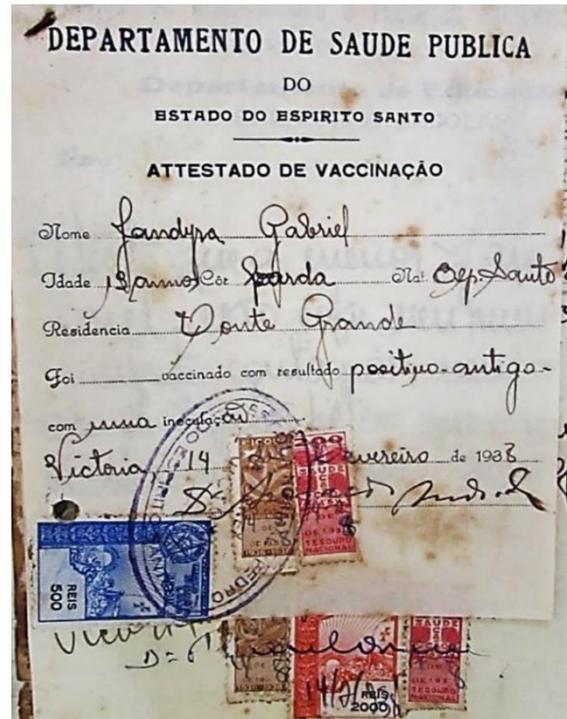
Jandyra Gabriel (figura 33), natural de Vitória/ES, nascida no dia 06 de setembro de 1924, moradora do bairro da Fonte Grande, localizado na capital, realizou o exame de admissão aos 13 anos de idade, em 1938. Assim como a aluna Cecília Ferreira Bispo, Jandyra iniciou os estudos na 1ª série do Curso Fundamental, anexo à EN Pedro II, no ano de 1938, onde cursou os 5 anos do ensino secundário, finalizado em 1942. Quanto à religião, a aluna declarou professar a fé católica, mas em sua solicitação de matrícula não consta se optou ou foi autorizada a frequentar as aulas de religião.

Figura 33- Fotografia 3x4 da aluna Jandyra Gabriel



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 34 - Atestado de vacinação da aluna Jandyra Gabriel



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Embora Jandyra Gabriel tenha sido classificada como parda no atestado de vacinação (figura 34), se analisarmos o seu cabelo e o tom da sua pele, podemos aproximá-la da cor negra. Assim como observado com relação às alunas anteriores, o cabelo de Jandyra está preso. Tendo em vista o tom mais escuro da sua pele, uma possível motivação para o penteado da foto também pode ter sido ocultar a naturalidade do cabelo, ou seja, não revelar a estrutura dos fios e o volume, além de seguir o penteado usual do período estudado.

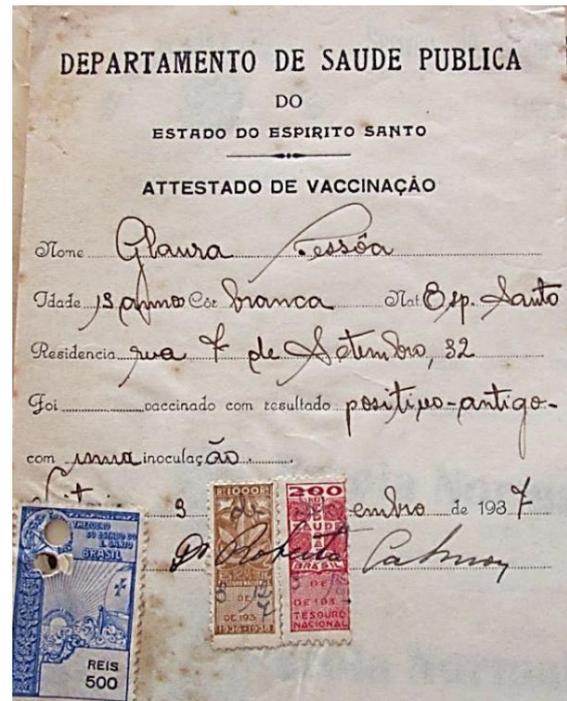
Já a aluna Glaura Loureiro Pessoa (figura 35), nascida no dia 06 de setembro de 1923, na cidade de Vitória/ES, era moradora da rua 7 de setembro, situada no centro da capital capixaba. Realizou o exame de admissão aos 13 anos de idade, em 1937, e assim como as colegas citadas anteriormente, iniciou seus estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, no ano de 1938, onde cursou os 5 anos do ensino secundário, concluído em 1942. Quanto à religião, declarou ser espírita cristã e fez a opção por não frequentar as aulas de religião.

Figura 35 – Fotografia 3x4 da aluna Glaura Pessoa



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 36 – Atestado de vacinação da aluna Glaura Pessoa



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

O caso da aluna Glaura indica-nos provável compatibilidade entre a cor registrada no atestado de vacinação (figura 36) e sua cor aparente, revelada na fotografia. Também os traços dos lábios, nariz e os seus olhos, que aparentam ser claros, indiciam a origem caucasiana. Quanto ao cabelo, embora preso, seguindo os moldes das colegas anteriores, revela-nos uma aparente textura lisa natural, sendo o cabelo o fator de menor força para atestarmos a sua branquitude.

Maria da Glória Sá (figura 37), natural da cidade de Vitória/ES, nasceu no dia 13 de janeiro de 1923. Era moradora da rua Coronel Monjardim, no centro da capital. Realizou o exame de admissão aos 15 anos, em 1938, mesmo ano em que deu início aos estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, tendo permanecido até o ano de 1942, quando cursou a 4ª série. Sobre sua trajetória escolar, as fontes indicam que a aluna repetiu a 2ª série, cursada em 1939 e 1940, e não há menção ao 5º ano do curso secundário, pois, em 1942, entrou em vigor a reforma Capanema, que alterou de 5 para 4 anos o período do curso ginásial (curso fundamental, na reforma Francisco Campos). Embora tenha declarado ser protestante da Igreja Batista, não consta na solicitação de matrícula da aluna a opção ou a autorização do/a responsável sobre frequentar as aulas de religião.

Figura 37 – Fotografia 3x4 da aluna Maria da Glória Sá



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 38– Atestado de vacinação da aluna Maria da Glória Sá

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA  
DO  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ATESTADO DE VACINAÇÃO

Nome *Maria da Glória Sá*

Idade *17 anos* Cor *parda*

Residencia *Rua Manjardim, 14*

Foi vacinado com resultado *positivo-antigo*  
com *duas* inoculações

*Victoria*, 3 de *Setembro* de 1938

*[Signature]*

REIS 500

10000 200

DE 1938

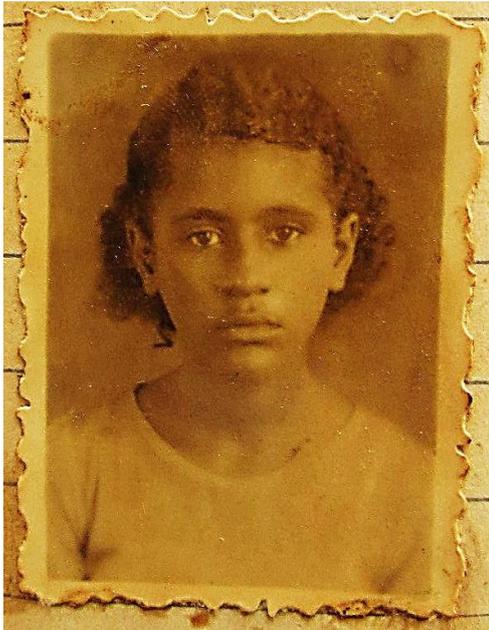
RESOLUÇÃO NACIONAL

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Classificada no atestado de vacinação (figura 38) como parda, identificamos o tom mais escuro da sua pele como um traço que possibilita definir a sua negritude. Seu cabelo aparece-nos também como outra característica fenotípica, uma vez que, embora preso, a sua raiz denota não se tratar de um cabelo liso, de característica caucasiana.

A aluna Diester Cintra (figura 39) nasceu no dia 29 de dezembro de 1925, na cidade de Vitória/ES. Moradora de Santo Antônio, bairro da capital, realizou o exame de admissão em 1940 e no mesmo ano iniciou os estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, onde permaneceu até o ano de 1944, quando cursou a 4ª série. Sobre a trajetória escolar, as fontes indicam que a aluna repetiu a 2ª série, cursada em 1941 e 1942. Assim como a aluna anterior, a documentação de Diester não informa sobre o 5º ano do curso secundário, em virtude da alteração promovida pela reforma Capanema, em 1942. No âmbito religioso, a aluna declarou ser espírita e foi autorizada pelo responsável a frequentar as aulas de religião.

Figura 39 – Fotografia 3x4 da aluna Diester Cintra



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 40 – Atestado de vacinação da aluna Diester Cintra



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

O atestado de vacinação (figura 40) classifica Diester Cintra como parda, mas se levarmos em consideração a cor de sua pele, acrescida dos traços de seus lábios e nariz, podemos identificá-la como negra. Seu cabelo preso, também seguindo um padrão identificado nas alunas anteriores, revela-nos características de uma textura que permeia entre o crespo e o cacheado.

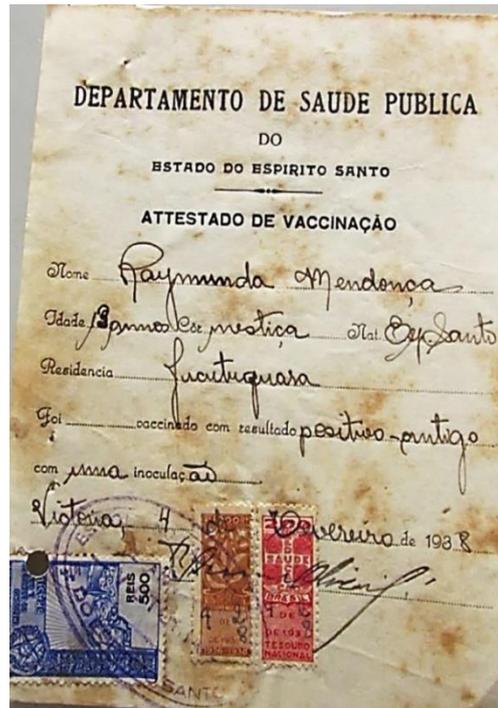
Raymunda Mendonça (figura 41), nasceu na cidade de Vitória/ES, no dia 12 de abril de 1925. Moradora de Jucutuquara, bairro da capital, realizou o exame de admissão em 1938, quando também ingressou na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II e por lá permaneceu até o ano de 1942, quando cursou a 4ª série. Sobre sua trajetória escolar, as fontes indicam que a aluna repetiu a 1ª série, cursada em 1938 e 1939. Não há menção ao 5º ano do curso secundário, em virtude da alteração promovida pela reforma educacional de 1942. Apesar de não ter declarado professar alguma denominação religiosa, a aluna optou por frequentar as aulas de religião.

Figura 41 – Fotografia 3x4 da aluna Raymunda Mendonça



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 42 – Atestado de vacinação da aluna Raymunda Mendonça



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

No universo dos 64 atestados de vacinação encontrados, o de Raymunda foi o único no qual o termo *mestiça* (figura 42) aparece como definição de cor. De acordo com os estudos de Kehl (1929 *apud* PIZOLATI, 2018), o mestiço seria um ser *inacabado*, uma vez que não seria dotado da força do negro nem da intelectualidade do branco:

[...] 4º O mestiço, resultante de misturas de raças diferentes, representa um tipo intermediário no qual se instalam a desarmonia e o desequilíbrio orgânicos, conseqüentes do conflito de caracteres incompatíveis; 5º O mestiço, ao invés, pois de ser um produto superiorizado, é um produto não consolidado, fraco, meio caminho dos dois elementos que o constituíram (KEHL, 1929, p. 243 *apud* PIZOLATI, 2018, p. 79).

Compreender os motivos que levaram a tal definição é uma tarefa um tanto quanto difícil, mas o que podemos concluir, a partir dos estudos e discursos eugênicos no período estudado, é que ser *mestiço* não era algo positivo. Identificamos, também no trabalho de Rocha (2010, p. 40), que “[...] o mestiço era visto como um indivíduo disgênico, ou seja, trazia em seus genes: defeitos, vícios, doenças, taras e estigmas psíquicos e somáticos”. A partir dos atestados de vacinação não é possível traçar a composição genética das alunas, tampouco é de nosso interesse remontar seus genes, no entanto importa-nos pensar não só o uso da nomenclatura *mestiça*, mas a carga pejorativa atrelada ao termo. Autores como Nina Rodrigues,

Sílvia Romero, João Batista Lacerda e Oliveira Vianna interpretaram, com ênfases e modelos diferentes, os impasses e problemas decorrentes do cruzamento experimentado no Brasil. No entanto Schwarcz (2012) aponta para certo conformismo local quanto à cultura mestiça, não sendo mais motivo de vergonha e infortúnio, mas sim despontando nos anos 1930 como representação oficial.

Afinal, como qualquer movimento nacionalista, também no Brasil a criação de símbolos nacionais nasce ambivalente: um domínio em que interesses privados assumem sentidos públicos. O próprio discurso da identidade é fruto dessa ambiguidade que envolve concepções privadas e cenas públicas, na qual noções como povo e passado constituem elementos essenciais para a elaboração de uma nacionalidade imaginada. Nesse sentido, a narrativa oficial se serve de elementos disponíveis, como a história, a tradição, rituais formalistas e aparatosos, e por fim seleciona e idealiza um ‘povo’ que se constitui a partir da supressão das pluralidades (SCHWARCZ, 2012, p. 47).

Sendo assim, ao retomarmos o atestado de vacinação da aluna Raymunda Mendonça, podemos pensar que sua identificação como mestiça pode tender ao projeto de integração nacional do presidente Vargas, sobretudo no Estado Novo, quando projetos oficiais são implementados no sentido de reconhecer na mestiçagem a verdadeira nacionalidade (SCHWARCZ, 2012).

Enfim, de acordo com Munanga (2008), o mestiço recebe, no Brasil, uma classificação racial cromática, ou seja, baseada na marca e na cor da pele, e não na origem ou no sangue, como acontece nos Estados Unidos e na África do Sul. O autor afirma que “[...] dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode atravessar a linha ou a fronteira de cor e se reclassificar ou ser reclassificado na categoria ‘branca’” (MUNANGA, 2008, p. 118). Além disso, explica que o indivíduo classificado como mestiço jamais poderá ser rebaixado ou reclassificado como negro, exceto quando fruto de sua escolha individual por posicionamento ideológico (MUNANGA, 2008)

Zuleika Luiza da Silva (figura 43), natural de Vitória/ES, nasceu no dia 17 de agosto de 1922. Moradora de Santo Antônio, bairro mais antigo da capital, realizou o exame de admissão em 1937, ano em que também iniciou os estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, onde permaneceu até o ano de 1942, quando cursou a 5ª série. Sobre a trajetória escolar, as fontes indicam a repetição da 2ª série, cursada em 1938 e 1939. Apesar de ter se declarado católica, em seus documentos não há menção sobre opção ou autorização do/a responsável quanto a participar das aulas de religião.

Figura 43 – Fotografia 3x4 da aluna Zuleika Luiza da Silva



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 44 – Atestado de vacinação da aluna Zuleika Luiza da Silva

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA  
DO  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
ATESTADO DE VACCINAÇÃO

Valido até ..... de 19.....

Ficha n.....

Nome *Zuleika Luiza da Silva*  
Idade *14 annos* Cor *parda* Nat. *Esp. Santo*  
Filiação *José Luiz da Silva*  
Residencia *Rua do Antonio, 78*  
Foi vacinado com resultado *positivo-antigo*  
com *uma* inoculação em ..... de  
de 193.....  
*Victoria, 10 de Novembro* de 1937

REIS 500

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

De posse da fotografia de Zuleika, salta-nos aos nossos olhos a sua negritude, mas o atestado de vacinação (figura 44) apresentado registra outra classificação ao defini-la como parda. Os traços dos lábios, nariz e a cor de pele são características fenotípicas marcadamente negroides. O cabelo, seguindo o padrão de penteado preso, parece ter passado por um processo de alisamento. Zuleika representa, até aqui, o caso mais nítido de branqueamento no conjunto dos registros documentais analisados nesta pesquisa.

Emilia dos Anjos (figura 45) nasceu no dia 16 de novembro de 1923 e, diferentemente das alunas apresentadas anteriormente, não se trata de uma moça capixaba, mas sim sergipana. Moradora do bairro Aribiri, no município de Vila-Velha, realizou o exame de admissão em 1940 e, no ano seguinte, iniciou os estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II no ano de 1941, onde permaneceu até 1944, quando cursou a 4ª série. Sobre o 5º ano, não há registros em sua documentação por conta da reforma de 1942. Quanto à religião, a aluna declarou-se católica e optou por frequentar as aulas de religião.

Figura 45 – Fotografia 3x4 da aluna Emilia dos Anjos



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 46 – Atestado de vacinação da aluna Emilia dos Anjos

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA  
DO  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO

ATESTADO DE VACINAÇÃO  
ANTI-VARIOLICA

Nome *Emilia dos Anjos*  
Idade *17 anos*  
Nat. *Sergipe*  
Filiação *João Baptista dos Anjos*  
Residência *Lebriay*  
Foi *vacinado* com resultado *positivo*  
com *duas* inoculações em de  
de *10* de *1940*  
*Itáxia* *28* de *Novembro* de *1940*

REIS 1000  
REIS 200  
REIS 2000

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Nos documentos analisados, 5 estudantes foram classificadas como morenas. Emilia dos Anjos é uma delas (figura 46). De acordo com Peter Fry (2005), categorias como “moreno” e “mulato”, vistas como resultado das ideologias da democracia racial e do branqueamento, são consideradas armas para ocultar a verdadeira identidade negra dos indivíduos. É o que parece ter acontecido com a aluna, pois, ao levarmos em conta a cor da pele, a aparente textura da raiz do cabelo e os traços faciais – lábios e nariz – temos a sua negritude revelada.

Por fim, Nicéa Souza (figura 47), natural de Vitória, nasceu no dia 22 de junho de 1925. Também moradora do bairro Santo Antônio, realizou o exame de admissão em 1937 e, em 1938, iniciou os estudos na 1ª série do Curso Fundamental anexo à EN Pedro II, onde permaneceu até o ano de 1942, quando cursou a 4ª série. Sobre sua trajetória escolar, as fontes indicam que a aluna repetiu a 1ª série, cursada em 1938 e 1939, e não mencionam sobre o 5º ano do curso secundário, devido à alteração promovida pela reforma educacional de 1942. Tendo declarado professar a fé católica, a aluna optou por frequentar as aulas de religião.

Figura 47 – Fotografia 3x4 da aluna Nicéa Souza



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 48 – Atestado de vacinação da aluna Nicéa Souza

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA  
DO  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
ATESTADO DE VACCINACAO

Nome *Nicéa Souza*  
 Filhos de *José e Maria* Cor *preta* Nat. *Esp. Santo*  
 Residencia *Santo Antonio*  
 Foi *vacinado* com resultado *positivo antigo*  
 com *uma* inoculação  
*26* de *Junho* de 1934  
*M. A.*

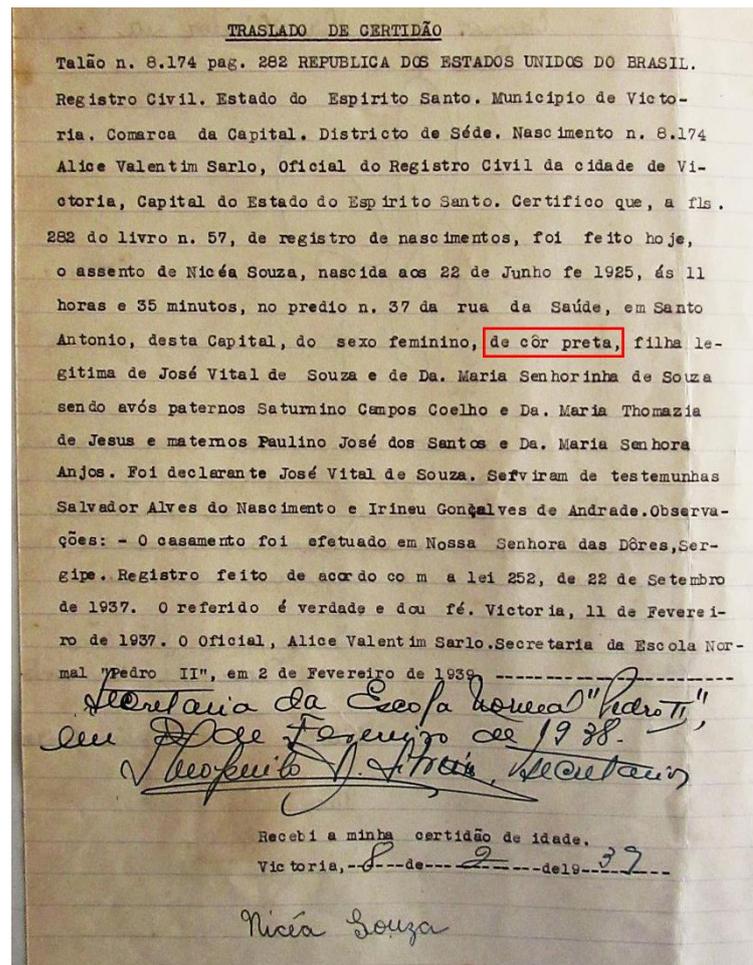
REIS TO SANTO  
 26 DE JUNHO DE 1934  
 TESOURO NACIONAL

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Nicéa Souza foi a única aluna identificada pelas fontes como preta (figura 48). Temos aqui a exata compatibilidade entre o registro do documento de saúde e as características fenotípicas observadas na fotografia: traços do nariz, lábios, cor da pele e cabelo. A cor mencionada no atestado é compatível com a nomenclatura utilizada pelo IBGE já naquela época, no entanto intriga-nos o fato de Nicéa ser a única a apresentar tal nomenclatura, em um universo de 64 atestados de vacinação localizados. Podemos dizer que Nicéa foi a única aluna a não sofrer o processo de branqueamento nos registros documentais.

Com relação a essa aluna, a certidão de nascimento (figura 49) localizada registra preta como a classificação de cor: “[...] foi feito hoje, o assento de Nicéa Souza, nascida em 22 de Junho de 1925, às 11 horas e 35 minutos, no prédio n. 37 da rua da Saúde, em Santo Antônio, desta capital, do sexo feminino, de côr preta, filha legítima de José Vital de Souza e de Da. Maria Senhorinha de Souza [...]”.

Figura 49 – Traslado da certidão de nascimento da aluna Nicéa Souza



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Chamou-nos a atenção, também, o fato de o atestado de vacinação da aluna Nicéa Souza apresentá-la como preta, assim como a sua certidão de nascimento. Dentre todas as meninas identificadas neste trabalho, Nicéa revelou-se a única cuja documentação contém duas indicações compatíveis com seus traços fenóticos. Surge-nos, então, uma possibilidade: o registro da cor presente no atestado de vacinação seguiria a cor registrada na certidão de nascimento? Para responder a essa questão, seria necessário comparar todos os atestados com todas as certidões, no entanto, no universo das 144 alunas identificadas, localizamos 64 atestados de vacinação e apenas 7 certidões de nascimento. Ainda que o número de certidões seja ínfimo, impossibilitando a confirmação da questão levantada, com relação a 5 alunas constatamos a compatibilidade de informações quanto à cor nos dois documentos (quadro 13).

Quadro 13- Cor das alunas de acordo com a documentação

<b>Aluna</b>	<b>Cor na certidão de nascimento</b>	<b>Cor no atestado de vacinação</b>
Ethel Santos Martins	Branca	Branca
Hercília Josefina Mér	Branca	Branca
Jandira Passos	Não consta	Parda
Maria Djalma Alves	Branca	Documento não localizado
Maria Josefina Loureiro	Branca	Branca
Nicéa Souza	Preta	Preta
Zuleika Luiza da Silva	Parda	Parda

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos do arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Como pode ser observado, nos casos das alunas Jandira Passos Gabriel e Maria Djalma Alves, a ausência de um dos documentos impossibilitou o confronto de informações, uma vez que, da primeira, conhecemos a identificação de cor somente no atestado de vacinação e, da segunda, não encontramos o atestado de vacinação.

De todo modo, a leitura cruzada das fontes provoca outro questionamento: que outras aproximações seriam possíveis entre as informações indicadas no quadro 13 e as fotografias 3x4 das alunas? Para isso, retomamos as fotos das alunas Jandyra Passos Gabriel (figura 33), Zuleika Luiza da Silva (figura 43) e Nicéa Souza (figura 47), apresentadas anteriormente, e acrescentamos as fotos das alunas Maria Josefina Loureiro (figura 50), Ethel Santos Martins (figura 51) e Hercília Josefina Mér (figura 52), que até o presente momento não haviam sido exibidas no texto. Quanto à aluna Maria Djalma Alves, não foi possível realizarmos a comparação, pois foi impossível localizar tanto o seu atestado de vacinação como a sua fotografia.

Figura 50- Fotografia 3x4 da aluna  
Maria Josefina Loureiro



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 51- Fotografia 3x4 da aluna  
Ethel Santos Martins



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 52 - Fotografia 3x4 da aluna Hercília Josefina Mér



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Ao analisarmos a fotografia de Maria Josefina Loureiro, ainda que não seja uma foto colorida, mas partindo de seus traços fenotípicos (cor da pele, textura do cabelo e características da face), podemos aproximá-la das informações contidas no atestado de vacinação e na certidão de nascimento, que a classificam como branca. As fotos das alunas Jandira Passos Gabriel, Zuleika Luiza da Silva e Nicéa Souza mostram-nos meninas com traços fenotípicos negros, ao notarmos especificamente os seguintes indicativos: em Jandira, temos a aparente textura do cabelo, somada à cor da pele; em Zuleika, temos os lábios e nariz, o cabelo aparentemente alisado (esticado), ocultando, por alguma razão, a textura natural de seus fios, e a cor de pele é ainda mais escura, se comparada à Jandira; Nicéa Souza que, para além da cor da pele, evidencia traço nasal e cabelo preso que, assim como aconteceu com relação ao da aluna Jandira, impossibilita a análise completa da textura e do volume natural dos fios, talvez como forma de “disfarce” em meio aos demais cabelos lisos de um corpo discente majoritariamente definido como branco. No entanto, ao confrontarmos as características fenotípicas a partir das fotos com as informações do quadro 13, temos Jandira e Zuleika classificadas como pardas e Nicéa como preta. Quanto à aluna Ethel Santos Martins, considerada branca na certidão de nascimento e no atestado de vacinação, observamos que, apesar do cabelo liso (aparentemente natural, traço esse que a aproximaria de um fenotípico branco), a análise detalhada de sua imagem fotográfica nos leva a questionar a branquitude indicada nos documentos escritos, especialmente se levarmos em consideração a cor da sua pele. Finalmente, a fotografia da aluna Hercília Josefina Mér indica que as informações registradas em sua certidão de nascimento e

em seu atestado de vacinação coincidem com a sua imagem, ou seja, trata-se de uma aluna branca, haja vista a aparente naturalidade da textura lisa do seu cabelo, a tonalidade de sua pele e suas características faciais.

Ainda sobre a incompatibilidade identificada no entrecruzamento de algumas fontes, uma situação especial chamou-nos a atenção. Ao analisarmos a documentação da aluna Jurema Rocha (figura 55), localizamos dois atestados de vacinação: um datado de 22/11/1938 (figura 53) e outro de 03/03/1939 (figura 54), conforme as imagens a seguir.

Figura 53 - Atestado de vacinação da aluna Jurema Rocha (1938)

**DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA**  
DO  
**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**ATESTADO DE VACCINAÇÃO**

Nome Jurema Rocha

Idade 14 anos. Cor branca. Nat. Esp. Santo

Residencia Av. José Carlos, 195

Foi vacinado com resultado positivo (antigo)  
com duas inoculações.

Stória de vacinação de 1938

22 de 11 de 1938

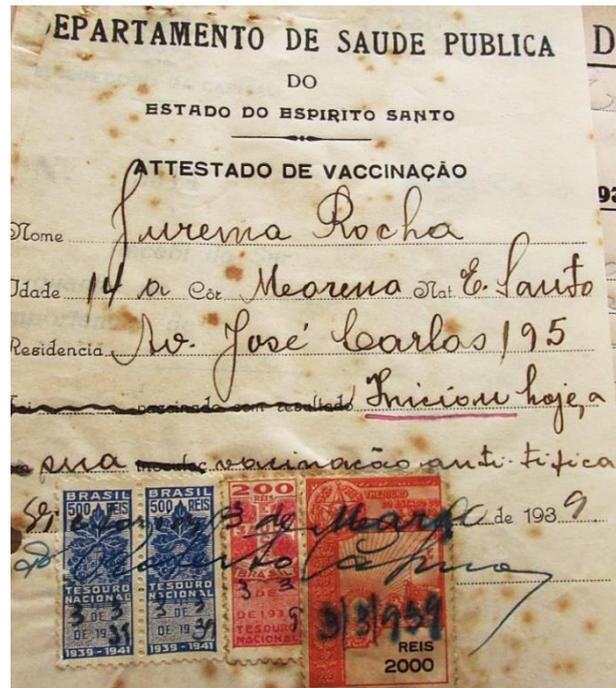
22 de 11 de 1938

22 de 11 de 1938



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Figura 54 - Atestado de vacinação da aluna Jurema Rocha (1939)



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

Enquanto o atestado de vacinação de 1938 registra a aluna como branca, o de 1939 a classifica como morena. Seriam duas alunas com o mesmo nome? As fontes nos levam a acreditar que se trata da mesma pessoa, uma vez que o endereço informado em ambos os atestados é o mesmo. Além disso, os dois atestados acompanhavam outros documentos referentes a Jurema<sup>82</sup>. Qual atestado corresponderia ou ao menos se aproximaria da cor da aluna? Eis a questão. Para auxiliar essa análise, apresentamos a fotografia da discente.

<sup>82</sup> Cabe acrescentar que no universo da documentação das 144 alunas identificadas e distribuídas em 11 caixas no acervo da EEEM Maria Ortiz o nome Jurema Rocha foi localizado apenas uma vez, estando na caixa de etiqueta “1937 a 1942”.

Figura 55- Fotografia 3x4 da aluna Jurema Rocha



Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

As características faciais da aluna levam-nos a aproximá-la do atestado de vacinação de 1938, que a identifica como branca, especialmente ao levarmos em consideração os traços do nariz e dos lábios e a cor da pele. No entanto, a cor dos olhos e a cor do cabelo podem ter sido fatores que levaram à classificação morena no atestado de vacinação de 1939.

O caso da aluna Jurema Rocha, classificada duas vezes de forma diferente, traz à tona uma questão ainda hoje não resolvida, especialmente, no Brasil, que é a identidade racial. Há muito tempo os brasileiros têm dificuldade de se identificarem e classificarem racialmente.

Viana (1938) afirma que o negro e o índio tiveram expressiva contribuição para a formação da nossa nacionalidade, em que a comistão de ambos com o ariano se operou e se opera intensamente: “[...] em que o branco luta sem exito para manter a sua pureza ethnica; em que, depois da 3ª ou 4ª geração, já se vae tornando difficil encontrar um descendente de immigrante aryano que não esteja ‘iscado’ de sangue negro ou indígena” (VIANA, 1938, p. 230). Nessa linha de pensamento, o autor aponta o grande preconceito com relação à mestiçagem, localizando aí a dificuldade da autoidentificação e classificação racial brasileira.

Os mestiços aryanizados, já favorecidos por dosagens altas de sangue caucasico, evitam passar por taes - e inscrevem-se bravamente na classe dos brancos, dissimulando-se na roupagem euphemistica dos ‘morenos’. Na classe dos mestiços só ficam realmente os pardos e caboclos - caracteristicos; ainda assim quando fazem parte da plebe repullulante dos Jecas innumeraveis que puxam a enxada ou fazem trabalhos servis; porque, se acontece, serem ‘coroneis’ ou ‘doutores’ - o que não é

raro para estas não ha como cogitar de ‘mulatismo’ e ‘caboclisto’: elles não são senão, ‘morenos’ (VIANA, 1938, p. 230-231).

Como observa Lilia Schwarcz (2012) a negação e a camuflagem dos conflitos, antes mesmo que eles se apresentem de forma evidente, compõem um certo modelo brasileiro.

Em 1900, por exemplo, diante da constatação de que este era mesmo um país mestiço e negro, preferiu-se simplesmente retirar o quesito ‘cor’ do censo demográfico. Dessa maneira, embora os censos tenham sido realizados no Brasil em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1970 e 1980, o item ‘cor’ não foi utilizado pelo menos em três momentos: 1900, 1920 e 1970 (SCHWARCZ, 2012, p. 97).

Pensando em compreender os levantamentos dos censos indicados pela autora, sintetizamos os dados no quadro 14.

Quadro 14- Nomenclaturas identificadas em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*

Censo- Ano	Nomenclaturas a partir dos censos
1872	Pretos - Brancos e Mestiços.
1890	Pretos - Brancos e Mestiços.
1950	Brancos - Pretos - Amarelos e Pardos. Reunindo como pardos aqueles que se declararam índios, caboclos, mulatos ou morenos ou nem sequer declararam sua cor.
1960	Brancos - Pretos - Amarelos - Índios e Pardos.
1980	Brancos - Pretos - Amarelos e Pardos. Pertencendo ao grupo dos pardos: mulatos, mestiços, índios, caboclos, mamelucos, cafuzos, dentre outros.

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações apresentadas por Schwarcz (2012).

Esse breve resumo das informações elencadas por Schwarcz (2012) e aqui transformadas em quadro, chama a atenção para o termo pardo, que aparece como um curinga: “tudo o que não cabe em outros lugares encaixa-se aqui”. Entendemos como a autora a necessidade de questionar um sistema classificatório que, diante da impossibilidade de definir tudo, cria um novo termo a fim de dar conta do que escapa da seleção.

Embora o termo pardo tenha aparecido no censo de 1950, de acordo com o levantamento da autora, ao retornarmos às fontes que guiam esta pesquisa, percebemos que, no ano de 1937, a aluna Jandyra Passos Gabriel, por exemplo, foi classificada como parda em seu atestado de vacinação (figura 34). A partir das fontes trabalhadas, não podemos afirmar que, naquela época, estaríamos diante de uma autodeclaração, da reprodução do registro da certidão de nascimento ou até mesmo de uma classificação externa. Por outro lado, evidencia-se, já na década de 1930, a utilização do termo para identificar uma pessoa cujo tom de pele era escuro demais para ser considerada branca e escuro de menos para ser considerada preta. A categoria pardo é, pois, um termo de difícil tradução e até mesmo paradoxal, uma vez que, na linguagem oficial,

representa uma incógnita, enquanto na linguagem popular tem cor definida e permanece silenciosa, à semelhança do racismo vigente em nosso país (SCHWARCZ, 2012).

Como indica o quadro 11<sup>83</sup>, do total de 144 alunas identificadas, 6 foram classificadas como pardas, de acordo com seus respectivos atestados de vacinação. Ainda que não seja um número expressivo diante do total de alunas do ensino secundário anexo à EN Pedro II, encontramos indícios relevantes, nas décadas de 1930 e 1940, da utilização do termo pardo como classificação de cor, ao menos em documentos de saúde emitidos no Espírito Santo.

Sobre as políticas educacionais dos anos de 1937 a 1945, marcadas pela propaganda ideológica varguista, que visava construir uma (nova) identidade nacional coletiva, identidade essa sedimentada em valores, como exaltação da pátria e da nação, família e trabalho, Pinto (2011, p. 92) destaca que:

Uma série de medidas foi tomada no intuito de tornar o país mais homogêneo e atenuar as diferenças regionais e raciais que o distinguiriam negativamente, de acordo com as ideias vigentes na época, que associavam raças a temperamentos, atribuindo à miscigenação o atraso brasileiro.

Em um contexto no qual o racismo científico europeu havia encontrado ampla recepção, a ciência do “melhoramento” racial foi recebida com grande interesse no Brasil. Reunidos no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia<sup>84</sup>, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1929, médicos, professores, antropólogos, fisiologistas, juristas, dentre outros proeminentes homens de ciência da época, definiram a aplicação dos preceitos da ciência do melhoramento racial no Brasil como a materialização de um ideal nacional, uma vez que as ideias eugênicas enxergavam a miscigenação enquanto algo prejudicial ao desenvolvimento do povo brasileiro e da própria nação.

De acordo com Dávila (2006), desde a segunda década do século XX, os eugenistas brasileiros (médicos, cientistas e cientistas sociais, unidos por seu desejo nacionalista de raças

---

<sup>83</sup> Cor das alunas de acordo com os atestados de vacinação.

<sup>84</sup> De acordo com a tese *Educar é Eugenizar* de Gustavo Kern (2016), no discurso de abertura do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, o eminente antropólogo Edgar Roquette-Pinto (1884-1954), na qualidade de presidente do evento, chamou atenção para o fato de que ali se reuniam estudiosos “cujo interesse já foi despertado pelos problemas da eugenia”, todos empenhados em cuidar do melhoramento do “patrimônio biológico do nosso povo” e das “condições de aperfeiçoamento das raças futuras”. Os teóricos eugenistas procuraram, por sua vez, definir o papel da educação nesse processo de melhoramento racial da população nacional, como é possível perceber por meio da análise dos trabalhos de teóricos como os já referidos Kehl, Roquette-Pinto e Carneiro, mas também Fernando de Azevedo (1894-1974), Octavio Domingues (1897-1972). Tanto as medidas eugenistas quanto as medidas educacionais formuladas no âmbito do discurso eugenista possuíam o objetivo comum de ensinar a regeneração racial do corpo coletivo da nação.

e culturas) começaram a organizar associações para o progresso da eugenia e a tratar de questões eugênicas.

Ao buscarem consolidar suas respectivas áreas, conseguiram transformá-las no fundamento de diversos programas federais, estaduais e municipais, não apenas na educação e na saúde como também em áreas de ação pública, como a contratação de funcionários públicos, práticas criminológicas, recrutamento militar e tratamento da loucura. Por meio da criação desses programas e dos instrumentos educacionais que treinavam seus técnicos (na década de 1930 o treinamento formal de professores em todo o Brasil incluía, em proporções variáveis, disciplinas colaboradoras na eugenia, como a sociologia, a psicologia, a higiene, a educação física e a puericultura- ciência do tratamento pré e pós-natal tanto da criança quanto da mãe), esses pioneiros eugênicos garantiram que as ciências centrais da eugenia fossem amplamente ensinadas e praticadas. (DÁVILA, 2006, p. 54-55).

Ao pesquisar a I Conferência Nacional de Educação<sup>85</sup>, Pizolati (2018) estabeleceu uma relação entre o discurso eugênico apresentado no evento e a produtividade da ação preventiva da educação, a fim de evitar o surgimento de “anormalidades” que viessem a prejudicar o corpo social:

Ao pretender homogeneizar racialmente a população, sob a justificativa de que a miscigenação estaria levando a população brasileira à degeneração, uma parcela considerável da elite intelectual e política do Brasil entendia que a eliminação do negro, seja física (políticas de branqueamento) e/ou cultural, seria necessária para o pleno desenvolvimento e progresso do país. Na perceptiva eugênica, o atraso econômico seria de ordem biológica, ao passo que para antropólogos e sanitaristas essa situação teria uma origem sociocultural. (PIZOLATI, 2018, p. 51-52).

Se por um lado vimos a preocupação do governo Vargas em homogeneizar a população brasileira, temos, por outro lado, a constante acusação da mestiçagem enquanto causadora do atraso econômico. Mestiçagem essa que, de acordo com o pensamento eugênico, deveria ser excluída da nação brasileira em nome do desenvolvimento. Nesse sentido, Rocha (2010) buscou compreender de que modo a eugenia participou, em conjunto com a educação e a saúde, de um projeto de reconstrução nacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento do país.

Imputava-se principalmente ao negro e à mistura de raças entre brancos, negros e índios o fato de o Brasil não ter atingido um alto patamar de civilização e ser incapaz de desenvolver-se. Como o país possuía uma população mestiça e de indivíduos negros e indígenas, fora entendida como uma população constituída de fracos e de incapazes. Preponderava uma visão negativa da miscigenação construída sob a influência de teorias evolucionistas e racistas que glorificavam o tipo branco anglo-saxão ou o mito ariano, ou seja, partia-se da premissa da superioridade da raça branca e da inferioridade das outras raças. Por esse motivo seria preciso construir uma nação de homens brancos e diminuir a população não branca do país. (ROCHA, 2010, p. 70).

---

<sup>85</sup> Realizada na cidade de Curitiba/PR, em 1927.

Tal postura nos faz retornar aos atestados de vacinação analisados anteriormente e pensar que, possivelmente, o número de alunas identificadas como pardas e morenas seria maior, mas, por serem classificações que refletiam a miscigenação racial associada ao atraso, registrar fielmente a cor dessas estudantes significaria admitir que o corpo discente da escola não era composto majoritariamente por meninas brancas, o que para o pensamento da época poderia ser razão para duvidar do “desempenho” ou da “qualidade” da instituição de ensino. Sendo assim, devemos olhar o Ministério da Educação e Saúde durante o Estado Novo não somente como um órgão responsável por educar e estabelecer normas, mas também de “formar o homem brasileiro”, o que, eugenicamente, privilegiou o homem branco (em nosso caso a mulher), que seria o modelo nacional (PINTO, 2011).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas décadas de 1930 e 1940, o Ginásio do Espírito Santo e o Ginásio Maria Ortiz concentram a oferta do ensino secundário público na cidade de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Sobre o GES, a historiografia capixaba reserva número considerável de pesquisas e publicações, com destaque para Salim (2009), Borel (2017) e Faria (2019), as quais muito colaboraram para a realização deste trabalho. No entanto, ao voltarmos nossos olhos para o GMO, detectamos que a historiografia capixaba destinou pouca atenção a essa importante instituição, que funcionou em anexo à tradicional Escola Normal Pedro II. De fato, nenhum dos trabalhos levantados para este estudo investigou especificamente o Ginásio Maria Ortiz

A dificuldade de registros sobre a referida instituição de ensino secundário não esteve restrita aos trabalhos acadêmicos, mas também aos acervos do APEES, da Sedu e dos principais periódicos circulantes no período estudado.

Ainda que a EN Pedro II estivesse nas páginas da imprensa capixaba (revista *Vida Capixaba*, *Diário da Manhã* e a *Gazeta*), nada era noticiado sobre a instituição anexa que ocupava o mesmo espaço. Acreditamos que, possivelmente, o silêncio em torno do GMO tenha relação justamente com o fato de ser anexo à EN, local de formação de professoras<sup>86</sup>, em detrimento da supervalorização do ensino secundário destinado à elite masculina, ofertado pelo GES, que formava lideranças.

Dessa maneira, ainda que o objetivo inicial deste trabalho não fosse o de reconstituir a história do GMO, tornou-se necessário, antes de tudo, garimpar fontes e informações sobre esse tema. Sendo assim, antes de iniciarmos as buscas pelas alunas negras, ocupamo-nos de organizar as pistas, os indícios e os sinais (GINZBURG, 1989) fragmentados que recolhemos ao longo de uma verdadeira odisseia pelo arquivo da EEEM Maria Ortiz e o APEES. Entre indagações às fontes e questionamentos às pesquisas sobre o ensino secundário, foi sendo desenhada a configuração dessa instituição, como na metáfora utilizada por Ginzburg (1989, p. 170), ao comparar os fios da pesquisa aos fios de um tapete: “chegados a este ponto, vemo-los a comportar-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos em várias direções”.

As primeiras fontes consultadas, datadas da década de 1930, indicavam apenas o Curso Fundamental anexo à EN Pedro II e não o curso ginásial, esse que só foi identificado nas fontes da década de 1940. Assim, a princípio, pensamos tratarem-se de dois cursos diferentes ofertados

---

<sup>86</sup> Entendemos que as professoras formadas pela EN seriam lideranças, mas devemos nos atentar ao fato de que, no período estudado, as mulheres eram estigmatizadas na sociedade, por serem mulheres.

na mesma instituição. No entanto, as produções localizadas no contexto capixaba – Rosa (2008), Berto (2013) e Duarte (2016); a bibliografia geral sobre o tema aqui representada pelos trabalhos de Romanelli (1986), Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), Nunes (2001), Minhoto (2007) e Zacharias (2013), somadas à legislação estabelecida pelas reformas educacionais Francisco Campos e Gustavo Capanema, indicaram-nos que, entre as décadas de 1930 e 1970, no espaço da EN Pedro II, para além do curso normal, existiu o ensino secundário, ora na figura do Curso Fundamental ora na figura do Ginásio.

O ensino secundário ofertado pela EN Pedro II teve início no ano de 1936 e, em 1943, teve seu nome alterado para Ginásio Maria Ortiz, por meio de Decreto Estadual nº 14.388/1943. No entanto, para chegarmos a essa reconstituição sobre a instituição, percorremos o que já havia de conhecido nas produções e, de imediato, em mais de um trabalho identificamos apenas o ano de 1936 como o início não só do ensino secundário, mas do GMO. Essa informação causou-nos estranhamento uma vez que as fontes localizadas no arquivo da escola, datadas da década de 1930, não mencionavam o termo ginásio, mas sim curso fundamental, como dito anteriormente. Acreditando, assim como Bloch (2001, p. 75), que “o passado é por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”, ratificamos a importância da localização do Decreto Estadual citado acima, bem como o empenho da equipe do APEES para a colaboração desta pesquisa, pois, foi graças à identificação desse dispositivo legal que chegamos à conclusão de que a nomenclatura Ginásio Maria Ortiz só foi utilizada a partir de 1943 e não em 1936, como apresentava a bibliografia consultada até então.

Ao longo das investigações para a escrita desta dissertação, perguntamo-nos o porquê de o GMO não ter sido tema central dos trabalhos acadêmicos realizados até aqui e pensamos que, possivelmente, a instituição de ensino tenha passado esse tempo todo à sombra da história da EN Pedro II. Afinal, como observa Ginzburg (2002, p. 114), durante todo o processo investigativo, a narratividade característica da história se faz presente:

[...] as perguntas do historiador são colocadas sempre, direta ou indiretamente, em formas narrativas. Essas narrações provisórias delimitam um âmbito de possibilidades que, frequentemente, são modificadas ou até descartadas no curso do processo de pesquisa. Podemos comparar essas narrativas a instâncias mediadoras entre questões e fontes, as quais influem profundamente sobre os modos pelos quais os dados históricos são recolhidos, eliminados, interpretados - e por fim, naturalmente, narrados.

Ou seja, ao acrescentarmos novas informações aos trabalhos produzidos anteriormente a esta dissertação e que muito nos são caros, consideramos, assim como Bloch (2001), que a

história só pode ser feita com ajuda mútua. Trazemos a descoberta do referido Decreto Estadual de forma não só a ressignificar o ano em que o GMO foi assim nomeado, mas também confirmar que a escrita da história é coletiva.

Estando resolvida a questão quanto à nomenclatura do nosso objeto de estudo e definido o recorte temporal da pesquisa, empenhamo-nos na busca pelas fontes que nos fornecessem detalhes sobre o GMO e, mais especificamente, das alunas que por lá estiveram no intervalo entre 1936-1943. Por falar das alunas, finalmente pudemos mergulhar na busca pelas meninas negras, as quais, desde o rascunho do projeto desta pesquisa, foram as nossas primeiras inquietações. Destacamos a contribuição de dois trabalhos da educação capixaba que alicerçaram nossa escolha: Alvarenga (2018), quanto ao estudo de gênero, especialmente das mulheres, e Forde (2016), quanto ao estudo das relações étnico-raciais, sobretudo a narrativa negra.

O receio de não localizarmos as alunas negras nas fontes foi inevitável, uma vez que tratamos essencialmente aqui de duas temáticas por muito silenciadas nas narrativas históricas: a figura feminina e a figura negra. Forde (2016) aponta para ausência de acervos documentais organizados e instrumentos de pesquisas dedicados à questão racial na educação do Espírito Santo, fato esse que, ao longo desta pesquisa, pudemos confirmar. Sendo assim, nosso primeiro desafio foi o estabelecimento das fontes. Mas foram também as fontes encontradas no arquivo da EEEM Maria Ortiz que constituíram a grande contribuição deste trabalho e, conseqüentemente, para somar à escrita da educação capixaba. Com riquezas de detalhes e considerável conservação, as fontes foram aqui as responsáveis por nos conduzirem não só em busca das alunas negras, mas aos seus nomes, rostos, traços, origem, família, vida escolar, enfim, às suas histórias.

Diferentemente do clichê “dar vozes às minorias”, este trabalho propôs a escuta das vozes femininas negras a partir das fontes localizadas e que, aparentemente, estavam esquecidas. Guiadas pelo repertório ginzburgiano de indagação às fontes, memórias e documentos lançamo-nos a “[...] perseguir uma outra escrita da história capaz de farejar apagamentos produzidos em processos de colonização, cujas bases se assentam precisamente na negação de tantos ‘outros’, colocados à margem da historiografia produzida” (SIMÕES; FARIA FILHO, 2012, p. 34). Afinal, as alunas negras estiveram ali o tempo todo e não ter conhecimento de suas histórias não significa que não tenham existido, pelo contrário, por alguma razão (ou algumas razões) elas passaram pelo processo de silenciamento. Acreditamos que aqui esteja a força desta dissertação, desinvisibilizar as alunas negras e a história do GMO, a partir de fontes dispersas que até então não haviam sido exploradas por meio do paradigma

indiciário, pois nele entram em jogo “[...] elementos imponderáveis: faro, golpe de vista, intuição” (GINZBURG, 1989, p. 177), que o pesquisador não pode deixar que passem despercebidos. Até mesmo aquele documento que a um primeiro olhar parece não ter importância, se bem analisado, pode se tornar uma fonte em potencial se a escala de observação for reduzida, o que, nas palavras de Ginzburg (2007, p. 264), significaria “[...] transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé [...]”.

Como vimos, as nomenclaturas – parda, branca, morena, mestiça – utilizadas no registro da cor das alunas (quadro 11), a partir dos 64 atestados de vacinação localizados, inicialmente deu-nos a sensação de que as meninas negras não tivessem frequentado o GMO, com exceção da aluna Nicéa Souza (figura 48), única registrada como preta. No entanto a análise fenotípica das alunas a partir das fotografias indicaram-nos a presença de meninas com traços negroides.

No processo de entrecruzamento das fontes, confirmamos a hipótese de incompatibilidade entre os registros, sendo: 05 alunas registradas como brancas e 17 como não brancas. Ou seja, entendemos que essas meninas passaram por um processo de branqueamento<sup>87</sup>, e que registrá-las nos documentos oficiais de saúde com uma cor que não condizia aos seus reais traços pode ter sido influenciado pelas políticas públicas<sup>88</sup> do período estudado, uma vez que as ações do governo Vargas direcionavam para a construção de um “novo” Brasil, tendo o nacionalismo e as ideias eugênicas como fios condutores.

De todo modo, antes de formular uma razão que justifique ou explique o real motivo para o branqueamento das alunas nas fontes, importa-nos revelar que, a partir do método indiciário, localizamos as meninas negras, embora não registradas como tais, que estiveram ali, dividiram experiências, aprendizados e ocuparam aquele espaço de ensino.

Devidamente interrogado, o silenciamento sobre as alunas negras e o GMO mostrou ter muito a dizer. O pensamento de Ginzburg nos inspirou a farejar pistas, indícios e sinais que, tomados em seu conjunto, mobilizassem a compreensão das singularidades com relação às alunas e à instituição pública de ensino secundário.

As alunas negras identificadas, no conjunto de 144 meninas, são as protagonistas de uma história que, ao lado do GMO, passam a integrar as produções do Nucaphe, grupo composto por professores/as pesquisadores/as que se empenham na escrita e divulgação da história da educação capixaba, com temas que contemplam a formação docente, gênero, relações étnico-raciais, instituições de ensino, ensino de História, enfim, temas que de forma direta ou indireta

---

<sup>87</sup> Com exceção das 10 alunas que não tiveram seus atestados de vacinação, impossibilitando a verificação do processo de branqueamento.

<sup>88</sup> Materializadas pelas reformas Francisco Campos (1931) e Capanema (1942).

se encontram e constituem a tecitura dos fios do tapete, como na analogia de Ginzburg (1989), da história da educação no Espírito Santo. Dessa forma, a presente dissertação passa a configurar a lista de trabalhos que tem como local de estudo uma instituição de ensino e o corpo discente como foco de investigação.

Por fim, os obstáculos com os quais nos deparamos, desde a dificuldade de acessar a Escola, passando pela não identificação da documentação esperada (inicialmente), até a descoberta de um acervo pouco organizado e conservado, mostraram-nos que lidar com as ausências documentais ou com a inacessibilidade a algumas dessas fontes constitui, para o historiador, uma tarefa difícil, mas não impossível. Assim, a ausência de fontes pode ser entendida tanto pela sua inexistência quanto pela dificuldade de acesso a elas. No entanto, por maiores que tenham sido os impedimentos e as lacunas, a análise partiu de interrogações elaboradas a partir das fontes (GINZBURG, 2002). É então que encontramos a possibilidade de engendrar nova investigação e seguir no trabalho colaborativo para a escrita da história da educação do Espírito Santo.

## 7 REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.
- BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, p. 116, 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da escola activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOREL, Tatiana. **A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906- 1951)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 227-233, dez. 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702016000900227](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900227). Acesso em: 02 jul. 2020.
- CIPRIANI, Jader Rene. **Escola Normal Pedro II (1940-1950): Um estudo sobre a formação de sujeitos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2006.
- CHIOZZINI, Daniel Ferraz; ANDRADE, Nadia Arabadgi de. Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 95-109, jul./set. 2020.
- COSTA, Rita de Cássia O. P. **A constituição do Instituto de Educação de Vitória/ES e a formação de professores primários no Espírito Santo (1971- 2000)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- DALLABRIDA, Norberto. **Ensino Secundário público e de qualidade no antigo Instituto de Educação: Florianópolis, 1947-1963**. Florianópolis: Udesc; Dois por Quatro, 2017. 176p.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientia e Studia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DUARTE, Degelane Córdova. Ginásio Estadual Pedro II: cultura e clientela escolar na expansão do ensino secundário público em Santa Catarina. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 6., 2011. **Anais...** Vitória, 2011. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/index.htm](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/index.htm). Acesso em: 12 out. 2020.

DUARTE, Gerson Constância. **Pensamento Liberal na Primeira República no Brasil (1889 -1930) e seus reflexos na reconstrução da sociedade capixaba pelo viés da Educação**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação. **100 ANOS Escola Maria Ortiz: escola de talentos**, 1992.

FARIA, Paula Florinda de Freitas. **O Ensino de História no Ginásio do Espírito Santo durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível - o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 13, jan./abr. 2007.

FORDE, Gustavo. **“Vozes Negras” na História da Educação: Racismo, Educação e Movimento Negro no Espírito Santo (1978-2002)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

FRANCO, Sebastião Pimentel. **Do Privado ao Público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República**. 2001. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FRANCO, Sebastião Pimentel. As escolas femininas de formação para o magistério no Espírito Santo: Primeira República. **Dimensões**, v. 16, p. 311- 322, 2004.

FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GALTON, Francis. **Herencia y eugenesia**. Tradução, introdução e notas R. A. Peález. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. *In: NOVAES, Fernando A.; SILVA, Rogério F. (Org.). Nova história em perspectiva: propostas e desdobramentos*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. v.1, p. 341-358.

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades. *In*: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1991. p. 179-198.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONDRA, José G.; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

KERN, Gustavo da Silva. **Educar é eugenzar**: racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940). 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Útil e agradável**: a Revista de Educação (1934-1937): remodelização das práticas de ensino e divulgação da política reformista educacional do governo de João Punaro Bley no Espírito Santo. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes para formação de professores espírito-santenses na antessala da ditadura do estado novo (1930-1937)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LEMONS JÚNIOR, Wilson. **Canto Orfeônico**: uma investigação acerca do ensino de música na Escola Secundária Pública de Curitiba (1931-1956). 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p.133-161.

MINHOTO, Maria Angélica Pedra. **Da Progressão do Ensino Elementar ao Ensino Secundário (1931-1945)**: crítica do exame de admissão ao ginásio. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NUNES, Clarice. As políticas no governo. *In*: BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001. p. 103- 125.

PEIXOTO, Patrícia Rodrigues Luiz. **O Educandário Nossa Senhora Aparecida–Ipameri-GO (1936-1969)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013.

PESSANHA, Eurize Caldas. Relato de viagem pela história do Ensino Secundário no Brasil em perspectiva histórica e comparada (1942-1961). *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande: Ed. Oeste. 2021. v.1.

PETRUCCELLI, José Luis. Raça, identidade, identificação: abordagem histórica conceitual. *In*: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org.). **Características étnico-raciais da População- Classificação e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

PINTO, Felipe Menezes. **O vermelho e o negro: Intolerância, Construção da Identidade Nacional e Práticas Educativas durante o Estado Novo (1937 – 1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

PIZOLATI, Audrei Rodrigo da Conceição. **Discurso eugênico na I Conferência Nacional de Educação (1927, Curitiba/PR – Brasil)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set. dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/03.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

ROCHA, Célia A.. **A re-significação da eugenia na educação entre 1946 e 1970: Um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na Educação no Governo Vargas 1930-1945: O caso do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Claudécir dos; GIL, Leoncio Vega. O ensino secundário no Brasil enquanto um subcampo da Educação: da legislação à realidade educacional. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 29, n. 59, p. 43-61, jul./set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. v. III. p. 30-39.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário - Cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARTZ, Cleonara Maria. **Tradicional Instituição e Ensino de Qualidade: representação e imagem da escola normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES)**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Maria Helena Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SIQUEIRA, Vilma da Silva Siqueira. **Mulher:** entre o lar e o status de professora, uma questão de educação. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SILVA, Luiz Carlos da. **Políticas públicas de arquivo:** a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Wênia Mendonça. **A pedagogia musical do canto orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu Sergipense (1931-1956)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SIMÕES, Regina Helena Silva. Produção e uso das fontes: interdições, possibilidades e escolhas de historiadores/as da educação. *In:* SIMÕES, Regina Helena Silva; GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Invenções, tradições e escritas da História da Educação**. Vitória: Edufes, 2012. p. 215-235.

SIMÕES, Regina; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História e historiografia no pensamento de Carlo Ginzburg: tecendo diálogos com a pesquisa histórica em educação. *In:* LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pensadores Sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. v. 2.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da Escola Normal no Espírito Santo. *In:* ARAUJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Padua Carvalho (Org.). **As escolas normais no Brasil:** do Império à República. Campinas-SP: Alinea, 2008. p. 177-190.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

ZACHARIAS, Mariana Rocha. **Espaços e Processos Educativos do Ginásio Paranaense-** Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

## FONTES

### DISPOSITIVOS LEGAIS (LEIS E DECRETOS)

BRASIL. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. **Legislação**, Rio de Janeiro, 1931a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. **Legislação**, Rio de Janeiro, 1931b. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 nov. 2021.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. **Legislação**, Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Legislação**, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 01 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 11 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 300, de 7 de maio de 1946. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 74 de 30 de junho de 1936. Declara que o ensino da Escola Normal será ministrado em dois cursos e dá outras providências. **Diário Oficial**, Vitória, 1936a. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 7.921 de 15 de julho de 1936. Resolve aprovar o regulamento do Ensino Normal nos termos da Lei nº 74, de 30 de junho de 1936b. **Diário Oficial**, Vitória, 1936. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 04 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 190 de 31 de dezembro de 1936. Concede abatimento de taxas escolares e dá outras providências. **Diário Oficial**, Vitória, 1936c. Disponível em: <https://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em: 04 out. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 14.388 de 11 de março de 1943. Modifica denominação de estabelecimento. **Diário Oficial**, Vitória, 1943.

## RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ESCOLAR

RELATÓRIO apresentado à Exmo. Sra. D. Lucia Magalhães Diretora de Divisão de Ensino Secundário pelo inspetor federal do Ensino Secundário Pe. Osvaldo Rocha, em 23 de setembro de 1943. Arquivo da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Ortiz.

**APÊNDICE A – DISSERTAÇÕES E TESES SELECIONADAS PARA ANÁLISE**

	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>ANO</b>	<b>TIPO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
Mulheres no magistério capixaba	A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)	Elda Alvarenga	2018	T	UFES
	MULHER: Entre o Lar e o Status de Professora, uma Questão de Educação.	Vilma da Silva Siqueira	2008	D	UFES
Escola Normal Pedro II	Tradicional Instituição e Ensino de Qualidade: representação e imagem da escola normal D. Pedro II nos anos de 1950 - Vitória (ES)	Cleonara Maria Schwartz	2004	T	UFES
Eugenia	Às vésperas da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1934: uma história da eugenia e sua positivação constitucional	Taisa Regina Rodrigues	2017	D	UERJ
	Almanaques de farmácia: saúde, eugenia e trabalho no Governo Vargas (1930-1945)	Gabriela Ferreira Barbosa	2015	D	UECE
	Educar é eugениzar: racismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)	Gustavo da Silva Kern	2016	T	UFRS
Reforma educacional no ES	A constituição da escola activa e a formação de professores no espírito santo (1928-1930)	Rosianny Berto	2013	T	UFES
Políticas educacionais	A alfabetização na história da educação do Espírito Santo no período de 1924 a 1938	Sílvia Cunha Gomes	2008	D	UFES
	Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no Governo Vargas 1930-1945: O caso do Espírito Santo	Josineide Rosa	2008	D	UFES

	Pensamento Liberal na Primeira República no Brasil (1889 -1930) e Seus Reflexos na Reconstrução da Sociedade Capixaba Pelo Viés da Educação.	Gerson Constância Duarte	2016	T	UFES
<b>Ensino Secundário no Espírito Santo</b>	Encontros e desencontros entre e mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República	Maria Alayde Alcantara Salim	2009	T	UFES
	A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906- 1951)	Tatiana Borel	2017	T	UFES
	Diretrizes para formação de professores Espírito-Santenses na antessala da ditadura do Estado Novo (1930- 1937)	Rafaelle Flaiman Lauff	2018	T	UFES
	O Ensino de História no Ginásio do Espírito Santo durante o Estado Novo (1937-1945)	Paula Florinda de Freitas Faria	2019	D	UFES
<b>Relações étnico-raciais</b>	“Vozes Negras” na História da Educação: Racismo, Educação e Movimento Negro no Espírito Santo (1978-2002)	Gustavo Henrique Araújo Forde	2016	T	UFES
<b>Ginásios anexos às Escolas Normais</b>	O Educandário Nossa Senhora Aparecida – IpameriGO (1936-1969)	Patrícia Rodrigues Luiz Peixoto	2013	D	UFGO
	Espaços e Processos Educativos do Ginásio Paranaense - Os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949)	Mariana Rocha Zacharias	2013	D	UFPR
	Escola Normal Pedro II (1940-1950): Um estudo sobre a formação de sujeitos	Jader Rene Cipriani	2006	D	FURB

## APÊNDICE B – TRABALHOS APRESENTADOS NOS PRINCIPAIS EVENTOS NA ÁREA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

TÍTULO	AUTORIA	EVENTO
Duas propostas para a educação na Bahia entre as décadas de 40 e 70 do século XX: Os Ginásios Públicos do Deputado Rubem Nogueira e os Centros Educacionais de Anísio Teixeira	José Roberto Gomes Rodrigues	VI CBHE
Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 - 1971)	Antônio de Pádua Carvalho Lopes	VI CBHE
Ginásio Estadual Pedro II: cultura e clientela escolar na expansão do ensino secundário público em Santa Catarina	Degelane Córdova Duarte	VI CBHE
O curso ginásial do colégio Santos Anjos: espaço destinado à preparação da elite feminina na fronteira entre Paraná e Santa Catarina	Roseli Bilobran Klein	VIII CBHE
Os espaços educativos do ginásio paranaense e escola normal (1940-1949)	Mariana Rocha Zacharias	VIII CBHE
A Implantação Do Ensino Secundário Público Na Paraíba (1948-1961): Instituições, Políticas E Ações Dos Governos	Bruna Bianca Albuquerque de Souza Vivia de Melo Silva	IX CBHE
A Expansão dos Ginásios Oficiais No Estado de São Paulo e a Atuação dos Poderes Executivo e Legislativo (1947-1963)	Carlos Alberto Diniz	IX CBHE
O Ensino Ginásial no Piauí: Política Educacional e Memória	Antonio de Pádua Carvalho Lopes	IX CBHE
Economia Doméstica: Uma Disciplina Escolar no Secundário Ginásial Sergipano (1944-1947)	Sayonara do Espírito Santo Almeida	IX CBHE
Ensino Secundário em Porto Nacional: do Externato São Thomaz de Aquino a Colégio Estadual	Benvinda Barros Dourado	X CBHE
Aulas, Memórias Fotográficas e Fragmentos - Educação Física no Ginásio Monsenhor Messias Em Itabirito/MG, De 1940 - 1948.	Gláucia Gonzaga Galvão e Luzia Batista de Oliveira Silva	XII CHIELA
Ensino de História do Brasil: Representações de Nação e Identidade nos Manuais de Preparação para Os Exames de Admissão do Ginásio (1950-1960)	Cristiani Bereta da Silva	XII CHIELA
História da Implantação do Ginásio Evangélico Rui Barbosa de Marechal Cândido Rondon, Paraná (1959-1969)	Rodrigo Pinto de Andrade Francielle Aparecida Garuti de Andrade	XI COLUBHE
Um Ginásio Para Parnaíba: O Caso da Estadualização do Ginásio Parnaibano (1959-1970)	Juliana Brondani da Costa Antonio de Pádua Carvalho Lopes	XI COLUBHE

### APÊNDICE C – TRABALHOS

TÍTULO	AUTORIA	PERIÓDICO
Práticas do Ensino de Música e Canto Orfeônico no Ginásio Paranaense (1931-1961)	Wilson Lemos Junior	Revista de História da Educação/ Asphe
Uma configuração para o Ensino Secundário (1930-1960): Cultura, Formação Humana e Boa Educação	Fabiany de Cássia Tavares Silva Maurinice Evaristo Wenceslau	Revista de História da Educação/ Asphe
O ensino secundário no estado do Pará na Segunda República (1930-1945)	Tayana Helena Cunha Silva Cesar Augusto Castro	Revista Brasileira de Educação
O ensino secundário no Brasil enquanto um subcampo da Educação: da legislação à realidade educacional	Claudecir dos Santos Leoncio Vega Gil	Revista da FAEEDBA
Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino secundário em São Paulo	Daniel Ferraz Chiozzini Nadia Arabadgi de Andrade	Revista da FAEEDBA
A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário	Norberto Dallabrida	Revista Educação/ Porto Alegre
A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência, racionalidade e controle	Geysa Spitz Alcoforado de Abreu	Educar em Revista

**APÊNDICE D – NATURALIDADE E RESIDÊNCIA DO CORPO DISCENTE DO GMO**

<b>Naturalidade</b>		
<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Número de alunas</b>
<b>Sudeste</b>	Espírito Santo	122
	Minas Gerais	2
	Rio de Janeiro	8
	São Paulo	1
<b>Nordeste</b>	Bahia	2
	Rio Grande do Norte	2
	Sergipe	2
	Alagoas	1
	Ceará	1
<b>Centro- oeste</b>	Distrito Federal	3
<b>Residência</b>		
	<b>Município</b>	<b>Número de alunas</b>
	Vitória	120
	Vila- Velha	15
	Cariacica	02

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos do arquivo da EEEM Maria Ortiz.

### APÊNDICE E – COR NOS ATESTADOS DE VACINAÇÃO X TRAÇOS FENOTÍPICOS NAS FOTOS

Nome	Atestado de vacinação	Traços fenotípicos	Nome	Atestado de vacinação	Traços fenotípicos
Cláudia Passos	Morena	Negra	Marina Rocha Passos	Branca	Negra
Darcy Ferreira	Branca	Negra	Marinette Soares de Souza	Documento não localizado	Negra
Diester Cintra	Parda	Negra	Nelly Bittencourt Pinheiro	Documento não localizado	Negra
Dyléa Silveira de Almeida	Morena	Negra	Neyde Assis	Documento não localizado	Negra
Emília dos Anjos	Morena	Negra	Nicéa Souza	Preta	Negra
Ercília Gardioli dos Santos	Documento não localizado	Negra	Nirma Vieira de Souza	Documento não localizado	Negra
Francisca Araújo	Morena	Negra	Nize Pinto de Oliveira	Branca	Negra
Gilka Rios Pessanha	Documento não localizado	Negra	Norma Oliveira de Freitas	Documento não localizado	Negra
Halza Fraga	Documento não localizado	Negra	Odálea Rodrigues de Jesus	Morena	Negra
Hely Mendes Ferreira	Documento não localizado	Negra	Orly Cardoso	Morena	Negra
Henriqueta da Silva Borges	Morena	Negra	Raimunda Mendonça	Mestiça	Negra
Hermínia dos Anjos	Morena	Negra	Ruth Ribeiro	Documento não localizado	Negra
Isabel Matos Raposo Corrêa	Branca	Negra	Stella Corrêa de Jesus	Branca	Negra
Jandira Passos Gabriel	Parda	Negra	Yvete Jorge	Parda	Negra
Judith Cardoso	Documento não localizado	Negra	Zelúcia Cesar Nascimento	Documento não localizado	Negra
Licia Maria de Figueiredo Costa	Morena	Negra	Zuleika Luiza da Silva	Parda	Negra
Lucyolla Alves Delgado	Morena	Negra			
Luiza Gomes Pereira	Branca	Negra			
Maria da Glória Sá	Parda	Negra			

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos localizados no arquivo da EEEM Maria Ortiz

ANEXO A – PONTOS PARA A PROVA- 1ª SÉRIE TURMAS A E B (1943)



1ª série - Turmas A e B

### PONTOS PARA PROVA

N.º 1 Civilização egípcia - Religião dos persas - José, Moisés e Jesus - Síntese

« 2 Co. Assírios - Cultura do Egípcio - As colônias fenícias

« 3 Co. caldeus - Língua - Co. os hebreus

« 4 Co. hebreus - Religião, indústria e comércio do Fenício - Cambises

« 5 Co. fenícios - Período brahmanico e o budico - Juizes e patriarcas hebreus

« 6 Co. Persas - Religião e cultura dos Assírios - Período Jairo

« 7 Co. hindus - Dario I e Dario II - Religião e cultura dos hebreus

« 8 Medas - história sumaria dos hindus - A pré-história

« 9 História sumaria dos hebreus - Período sidonico - Língua

« 10 História sua definição e divisão - A monarquia de Israel

« 11 Origem da raça branca -

« 12

« 13

« 14

« 15

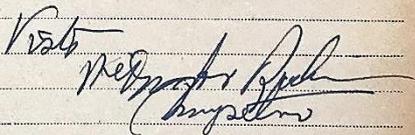
« 16

« 17

« 18

« 19

« 20

Visto  


Vitória, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1943

A banca examinadora:

Presidente: \_\_\_\_\_

1º Examinador: \_\_\_\_\_

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Fiscal: \_\_\_\_\_

Figura- Pontos para a prova de História, destaque para o ponto 11 “Origem da raça branca”. 1ª Série- Turmas A e B, 1943.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

## ANEXO B – LEI Nº 190/1936

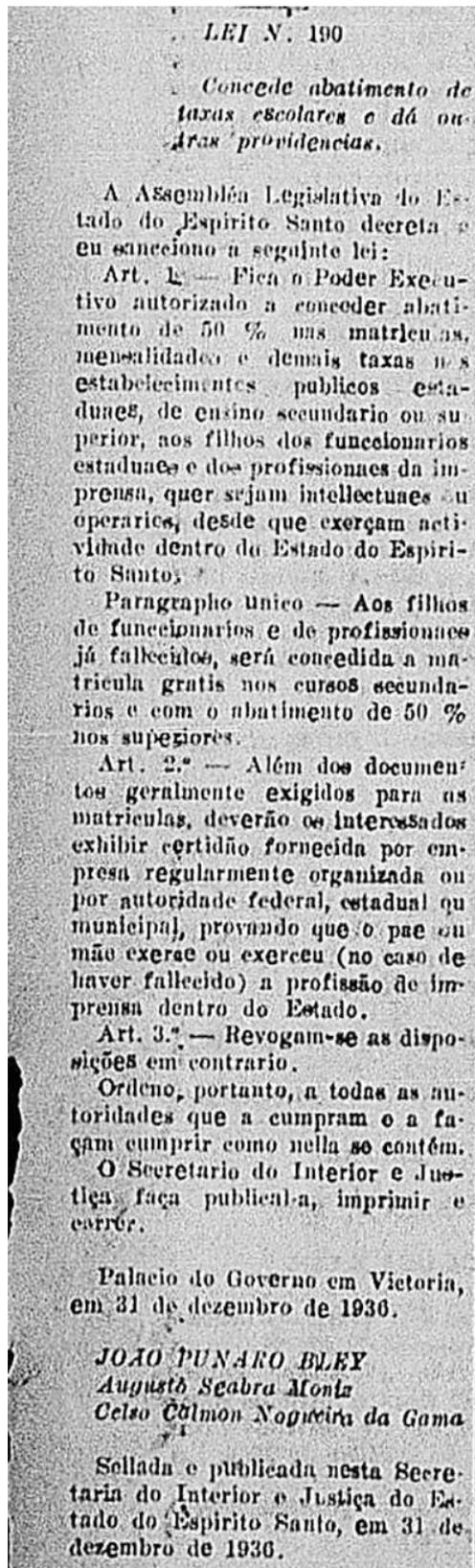


Figura- Lei Estadual nº 190- Concede abatimento de taxas escolares e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial no dia 09/01/1937.

Fonte: Diário da Manhã, Victoria, p. 3, 09 jan. 1937.

ANEXO C – HORÁRIOS DAS AULAS DO GINÁSIO MARIA ORTIZ

VITORIA      GINÁSIO "MARIA ORTIZ"      ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

H O R A R I O

Ginásial CURSO      1ª. SÉRIE      TURMA A

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	DESENHO	Canto ortográfico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa
2ª. feira	10,10 11,00	11,10 12,00	8,10 9,00										9,10 10,00		7,10 7,50	
3ª. feira					10,10 11,00		9,10 10,00		11,10 12,00				7,10 8,10			8,10 9,00
4ª. feira	8,10 9,00	9,10 10,00	11,10 12,00									10,10 11,00				
5ª. feira					11,10 12,00		8,10 9,00		9,10 10,00		10,10 11,00				7,10 7,50	
6ª. feira	8,10 9,00	9,10 10,00	10,10 11,00								11,10 12,00					
Sábado	8,10 9,00				9,10 10,00						11,10 12,00	10,10 11,00				
TOTAL	4	3	3		3		2		2		3	2	2		2	1

Diretor: *Luiz Antonio*      Inspeitor: *Luiz Antonio*

Figura- Curso Ginásial. 1ª Série – Turma A.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA      GINÁSIO "MARIA ORTIZ"      ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

H O R A R I O

Ginásial Curso      1ª. SÉRIE      TURMA B

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	Desenho	Canto ortográfico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa
2ª. feira	9,10 10,00	8,10 9,00										11,10 12,00	10,10 11,00		7,10 7,50	
3ª. feira			8,10 9,00		9,10 10,00			10,10 11,00	10,10 11,00		11,10 12,00		7,10 8,00			
4ª. feira	9,10 10,00		8,10 9,00				10,10 11,00					11,10 12,00				
5ª. feira		10,10 11,00			8,10 9,00				9,10 10,00		11,10 12,00				7,10 7,50	
6ª. feira	9,10 10,00		8,10 9,00				10,10 11,00				11,10 12,00					
Sábado	9,10 10,00	8,10 9,00			11,10 12,00											10,10 11,00
TOTAL	4	3	3		3		2		2		3	2	2		2	1

Diretor: *Luiz Antonio*      Inspeitor: *Luiz Antonio*

Figura- Curso Ginásial. 1ª Série – Turma B.

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA GINASIO "MARIA ORTIZ" ESTADO DO ESPIRITO SANTO

H O R A R I O

GINASIAL...Curso 1a. SÉRIE TURMA C

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	Desenho	Canto orfeônico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa	
2a. feira		9,10 10,00			10,10 11,00				8,10 9,00		11,10 12,00					7,10 7,50	
3a. feira	8,10 9,00		9,10 10,00				11,10 12,00					10,10 11,00	7,10 8,00				
4a. feira			9,10 10,00		10,10 11,00						11,10 12,10		8,10 9,00				
5a. feira	9,10 9,00	9,10 10,00			10,10 11,00							11,10 12,00			7,10 7,50		
6a. feira	8,10 9,00		9,10 10,00				11,10 12,00		10,10 11,00								
sábado	10,10 11,10	9,10 10,00									11,10 12,00					8,10 9,00	
	4	3	3		3		2		2		3	2	2		2	1	

Diretor *Dr. Christiano Frega* Inspetor Padre Osvaldo Rocha

Figura- Curso Ginásial. 1ª Série – Turma C.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA GINASIO "MARIA ORTIZ" ESTADO DO ESPIRITO SANTO

H O R A R I O

GINASIAL .. curso 2a. SÉRIE TURMA A

Disciplinas	Português	Latim	Francês	INGLÊS	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	Desenho	Canto orfeônico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa
2a. feira	8,10 9,00	10,10 11,00		7,10 8,00	9,10 10,00							11,10 12,00				
3a. feira			9,10 10,00				8,10 9,00		10,10 11,00		11,10 12,00				7,10 7,50	
4a. feira	9,10 10,00	11,10 12,00		8,10 9,00	10,10 11,00											
5a. feira			8,10 9,00				9,10 10,00		10,10 11,00		11,10 12,00		7,10 8,00			
6a. feira	9,10 10,00	11,10 12,00		10,10 11,00											7,10 7,50	8,10 9,00
sábado			10,10 11,00		8,10 9,00							11,10 12,00	9,10 10,00			
TOTAL	3	3	3	3	3		2		2		2	2	2		2	1

Diretor *Dr. Christiano Frega* Inspetor Padre Osvaldo Rocha

Figura- Curso Ginásial. 2ª Série – Turma A.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA GINASIO "MARIA ORTIZ" ESTADO DO ESPIRITO SANTO

H O R A R I O

GINASIAL Curso 2a. SÉRIE TURMA B

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos Manuais	Desenho	Canto orfeônico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa
2a. feira	8,10 / 9,00	10,10 / 11,00	9,10 / 10,00								11,10 / 12,00					
3a. feira				8,10 / 9,00				9,10 / 10,00			10,10 / 11,00	11,10 / 12,00			7,10 / 7,50	
4a. feira	8,10 / 9,00		10,10 / 11,00		9,10 / 10,00				11,10 / 12,00							
5a. feira		8,10 / 9,00		11,10 / 12,00	9,10 / 10,00							10,10 / 11,00	7,10 / 8,00			
6a. feira	10,10 / 11,00			11,10 / 12,00			9,10 / 10,00								7,10 / 7,50	8,10 / 9,00
Sábado		7,10 / 8,00	9,10 / 10,00		10,10 / 11,00		11,10 / 12,00						8,10 / 9,00			
TOTAL	3	3	3	3	3		2		2		2	2	2		2	1

Diretor Dr. Christiano Fraga Inspetor Padre Osvaldo Rocha

Figura- Curso Ginásial. 2ª Série – Turma B.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA GINASIO "MARIA ORTIZ" ESTADO DO ESPIRITO SANTO

H O R A R I O

GINASIAL Curso 3a. SÉRIE TURMA A

Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matemática	Ciências naturais	História geral	História do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	Desenho	Canto orfeônico	Economia Doméstica	Educação Física	Educação Religiosa
2a. feira		9,10 / 10,00	10,10 / 11,00	8,10 / 9,00				11,10 / 12,00					7,10 / 8,00			
3a. feira	10,10 / 11,00				11,10 / 12,00	9,10 / 10,00				8,10 / 9,00				7,10 / 8,00		
4a. feira		10,10 / 11,00		9,10 / 10,00				11,10 / 12,00							7,10 / 7,50	8,10 / 9,00
5a. feira	8,10 / 9,00		9,10 / 10,00		10,10 / 11,00				11,10 / 12,00			7,10 / 8,00				
6a. feira		10,10 / 11,00	11,10 / 12,00	9,10 / 10,00		8,10 / 9,00										
Sábado	9,10 / 10,00	11,10 / 12,00			10,10 / 11,00	8,10 / 9,00								7,10 / 7,50		
TOTAL	3	4	3	3	3	3		2		2		1	1	1	2	1

Diretor Dr. Christiano Fraga Inspetor Padre Osvaldo Rocha

Figura- Curso Ginásial. 3ª Série – Turma A.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz

VITORIA		GIMNASIO "MARIA ORTIZ"										ESTADO DO ESPIRITO SANTO				
		H O R A R I O														
Ginasial CURSO		4a. SÉRIE										TURMA A				
Disciplinas	Português	Latim	Francês	Inglês	Matematica	Ciencias naturais	Historia Geral	Historia do Brasil	Geografia geral	Geografia do Brasil	Trabalhos manuais	Desenho	Canto orfeonico	Economia Domestica	Educação Fisica	Educação Religiosa
2a. feira	9,10 10,00		11,10 12,00		8,10 9,00			10,10 11,00					7,10 8,00			
3a. feira	11,10 12,00	10,10 11,00		7,10 8,00		8,10 9,00				9,10 10,00						
4a. feira		8,10 9,00	9,10 10,00		11,10 12,00										7,10 7,50	10,10 11,00
5a. feira	9,10 10,00	11,10 12,00		7,10 8,00				10,10 11,00				8,10 9,00				
6a. feira				8,10 9,00	10,10 11,00	9,10 10,00							11,10 12,00			
Sabado		10,10 11,00	11,10 12,00			9,10 10,00				8,10 9,00					7,10 7,50	
TOTAL	3	4	3	3	3	3		2		2		1	1	1	2	1

Diretor Dr. Christiano Fraga Inspe tor Padre Osvaldo Rocha

Figura- Curso Giniasial. 4ª Série – Turma A.  
 Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.

## ANEXO D – RELAÇÃO DO MATERIAL DO GABINETE DE CIÊNCIAS

**DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL "PEDRO II" E ANEXAS**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

N. ....

Anexo ..... Relatório nº 5

*Visto*  
*Prof. Dr. ...*  
*Inspetor*

RELAÇÃO DO MATERIAL DO GABINETE DE CIÊNCIAS.

47

40 carteiras

1 cadeira

1 secretaria

1 quadro negro com tripé -

1 microscópio com chave

1 coluna

8 armários mostruários

2 esqueletos (humanos)

14 modelos de anatomia (5 em mau estado)

7 espécimes de mamíferos estando 4 em mau estado

9 espécimes de répteis (4 em mau estado)

2 espécimes de batrácios

2 espécimes de peixes

10 frascos com preparações

8 coleções de animais

1 coleção de moluscos (incompleta)

1 coleção de minerais (incompleta)

32 quadros murais de mineralogia (incompletos)

46 quadros murais de botânica

61 quadros de anatomia

82 quadros murais de zoologia

1 modelo de caule *2 modelos de pele*

1 modelo de raiz

8 modelos de flores + 9 -

1 modelo de frutos

3 espaduas de peixes

1 esqueleto de ave

3 crânios de animais

1 cuba perfeita

1 pé de ruminante

1 mesinha para o microscópio

1 coleção de borboletas

2 cantoneiras

1 esqueleto de coelho - *2 esqueletos de gato*

1 coleção de insetos *2 coleções de insetos*

21 coleção de vermes *2 coleções de vermes*

1 coleção de dentes *(naturais em quadros)*

2 vidros de areia monazítica

6 modelos de cristais

9 modelos de minerais

21 modelo de moluscos

1 coleção de plantas marítimas *1 coleção de madeiras x*

*1 modelo de esôfago*

*1 " de cabeça*

*1 " de dentes*

*1 " de coração*

*1 " do ouvido*

*1 " de passáros x*

*1 esqueleto de cobra ?*

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.



ANEXO F- BOLETIM DE FREQUÊNCIA DA 1ª SÉRIE- MÊS DE MAIO

GINÁSIO "MARIA ORTIZ"  
**ESCOLA NORMAL "PEDRO II"**  
 OFICIAL  
 LEI 74 - 30 DE JUNHO DE 1936  
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Boletim de Frequência **Maio**

CURSO FUNDAMENTAL 1ª SÉRIE Turmas

NOME DO ALÚNO	Português	Francês	Inglês	Latim	História	Geografia	Matemática	Ciências	Física	Química	FALTAS				TOTAL
											13	8	8	7	
TOTAL DAS AULAS DADAS	16	11		12	7	8	12				13	8	8	7	102
1 Amabilis Modenesi	1	.		1	1	1	1				1	1	1	.	8
2 Alba Carvalho da Silva	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	.
3 Alba da Fraga Lucas	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	.
4 Aida Neves	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	1
5 Alayde Rosa Leite	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	2
6 Adagmar Costa Pinto	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	1
7 Aurea Santos	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	1
8 Benedita Borges	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	1
9 Cléa Bueno Cóbe	1	.		1	2	2	2				.	.	.	.	9
10 Clarice Rebuzzi	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	.
11 Cleonice Souza Santos	1	.		1	.	.	.				.	.	3	2	7
12 Celiza Penha Suzano	1	.		1	.	.	.				.	.	1	.	3
13 Consuelo Santos Braga	2	.		.	.	.	.				.	.	.	.	3
14 Celme Maria Cruz	.	1		3	2	2	3				.	1	1	4	17
15 Domitila Corrêa Lopes	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	.
16 Dalva Maria Zamprogno	2	.		.	.	.	.				.	.	.	1	3
17 Déa de Souza Rego	.	2		2	.	1	1			2	.	1	1	1	10
18 Dilma Barbosa Alvarenga	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	1
19 D'hea Ramos de Carvalho	.	.		.	.	.	.				.	.	.	.	.
20 Diracy Ramos de Carvalho	.	.		.	.	1	.				.	.	.	.	1
21 Dircey Corrêa Barcelos	1	.		2	2	1	2				.	.	2	4	14

VISTO: *Padre Osvaldo Rocha*  
 Padre Osvaldo Rocha

Diretor  
**Dr Christiano Fraga**

Tipografia da Seção de Aparentamento Escolar

Secretário  
**Maria José de Carvalho**

Fonte: Arquivo da EEEM Maria Ortiz.